



ARTHUR PRANDO DO PRADO

**SOCIABILIDADE, DISTINÇÃO E CIDADE:  
AS ELITES CAMPINEIRAS E SEUS PROJETOS DE ORGANIZAÇÃO  
DA VIDA (1933-1956)**

CAMPINAS  
2015





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ARTHUR PRANDO DO PRADO

**SOCIABILIDADE, DISTINÇÃO E CIDADE: AS ELITES CAMPINEIRAS E  
SEUS PROJETOS DE ORGANIZAÇÃO DA VIDA (1933-1956)**

ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Silvana Barbosa Rubino

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas para  
a obtenção do Título de Mestre em História na  
área de Política, Memória e Cidade.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL  
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO  
ARTHUR PRANDO DO PRADO, ORIENTADA PELA  
PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> SILVANA BARBOSA RUBINO, E  
APROVADA NO DIA 30/03/2015.

CAMPINAS  
2015

---

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecilia Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

P882s Prado, Arthur Prando do, 1984-  
Sociabilidade, distinção e cidade : as elites campineiras e seus projetos de organização da vida / Arthur Prando do Prado. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Silvana Barbosa Rubino.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Elites (Ciências sociais) - Campinas, SP - História . 2. Planejamento urbano.  
3. Sociabilidade. I. Rubino, Silvana, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Sociability, distinction and city

**Palavras-chave em inglês:**

Elites (Social sciences) - Campinas, SP - History

Urban planning

Sociability

**Área de concentração:** Política, Memória e Cidade

**Titulação:** Mestre em História

**Banca examinadora:**

Silvana Barbosa Rubino [Orientador]

Antônio Carlos Galdino

Cristina Meneguello

**Data de defesa:** 30-03-2015

**Programa de Pós-Graduação:** História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 30 de março de 2015, considerou o candidato ARTHUR PRANDO DO PRADO aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Silvana", written over a horizontal line.

Profa. Dra. Cristina Meneguello

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Cristina", written over a horizontal line.

Prof. Dr. Antonio Carlos Galdino

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Antonio Carlos Galdino", written over a horizontal line.



## RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo propor uma análise da história urbana de Campinas no período compreendido entre 1933 e 1956, que possa levar em conta as atitudes de sujeitos particulares e suas intervenções sobre a vida pública. O período delimitado é importante por ser marcado pela atuação de um grupo que pode ser situado como uma fração intelectual da elite que, devido às posições ocupadas por seus representantes em meios predominantemente culturais, puderam divulgar seus ideais de cidade e civilidade de forma decisiva na condução da opinião pública. Essa hipótese de pesquisa desenvolve-se a partir de uma investigação que procura relacionar três dimensões da vida urbana: 1- a visão de mundo compartilhada pela elite em questão, sobretudo no que diz respeito à autoridade de seus discursos morais, 2- circunstâncias da vida material em Campinas no período, que permitiam a realização de um estilo de vida de acordo com os valores sustentados pela elite e, por fim, 3- a forma da cidade e do espaço público, no qual circulava e habitava a totalidade da população campineira, cujo projeto tinha por pressuposto os interesses particulares do grupo estudado.

Palavras-chave: Cidade. Campinas. Elites. Urbanismo. História.





## **ABSTRACT**

This research proposes an analysis about the urban history of Campinas in the period between 1933 and 1956 that can take into account the attitudes of particular individuals and their interventions on public life. This period is important to the investigation because it was marked by the acting of a group which corresponds to an intellectual fraction of the elites, since their representatives occupied important positions in many cultural organizations of the city, allowing them to publicize their ideals of city e civility in a decisive way for the conduct of the public opinion. This research hypothesis was developed from the association of three dimensions of the urban life: 1- The world view shared by the elite in question, specially with respect to the authority of their moral discourse. 2- Circumstances of the material life in Campinas during the period, which allowed the realization of a life style in accordance with the values held by the elite and, at last, 3- the shape of the city and the public space in which circulated and lived the totality of the population of Campinas, whose project presupposed the particular interests of the studied group.

Keywords: City. Campinas. Elites. Urbanism. History.



## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>1</b>   |
| PREMISSAS TEÓRICAS.....   | 1          |
| INQUIETAÇÕES INICIAIS.....  | 8          |
| REDES DE RELAÇÕES.....  | 14         |
| DEBATES EM TORNO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO .....  | 19         |
| DIVISÃO DE TEMAS E METODOLOGIA .....  | 30         |
| <b>CAPÍTULO I: MORAL E IMAGEM PÚBLICA .....</b>                                     | <b>33</b>  |
| 1.1 INTERESSES PARTICULARES E AS PRETENSÕES DO ESTADO .....                         | 33         |
| 1.2 VALORES MORAIS E EMPREENDEDORISMO .....   | 42         |
| 1.3 A FAMÍLIA COMO BASE DO HOMEM PÚBLICO .....                                      | 48         |
| 1.4 INDUSTRIALIZAÇÃO E O PROGRESSO URBANO .....                                     | 51         |
| 1.5 VISÃO DE MUNDO E VALORES MORAIS .....   | 55         |
| 1.6 SENSIBILIDADE E TÉCNICA; CIÊNCIA E ARTE .....                                   | 63         |
| 1.7 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COMO FORMULAÇÃO DE REFERÊNCIAS .....                    | 67         |
| <b>CAPÍTULO II: A MODERNIDADE E A FABRICAÇÃO DA SOCIEDADE .....</b>                 | <b>93</b>  |
| 2.1 CINEMAS E RESTAURANTES: ROTEIRO DE LAZER REFINADO .....                         | 93         |
| 2.2 ENCONTROS COTIDIANOS E EXCLUSÕES.....   | 101        |
| 2.3 OS OBJETOS COMO MATERIALIDADE DO ESTILO DE VIDA .....                           | 106        |
| <b>CAPÍTULO III: O URBANISMO COMO CONSEQUÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE CLASSE .....</b> | <b>129</b> |
| 3.1 AS CONCEPÇÕES DE PRESTES MAIA E O BAIRRISMO CAMPINERO .....                     | 133        |
| 3.2 AS ELITES E A CIDADE.....   | 141        |
| 3.3 OS BAIROS OPERÁRIOS E A EXPANSÃO DO PERÍMETRO.....                              | 152        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>161</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>165</b> |
| <b>FONTES .....</b>   | <b>168</b> |
| <b>SITES.....</b>   | <b>171</b> |



## AGRADECIMENTOS

Registro aqui meu agradecimento àqueles que mais diretamente contribuíram para a escrita dessa dissertação, colaborando com seu trabalho cotidiano para tornar disponíveis os materiais de arquivo, como também as obras existentes nas bibliotecas, sempre com uma organização sem a qual não é possível imaginar as dificuldades que se colocariam à atividade da pesquisa. Agradeço ao historiador Fernando Antonio Abrahão e a toda a equipe do Centro de Memória da Unicamp; à Regina Joselita dos Santos e à equipe do Arquivo Municipal de Campinas; ao Marino Ziggiatti e à equipe do Centro de Ciências, Letras e Artes; à equipe da Biblioteca José Roberto Amaral Lapa; à equipe do Arquivo Edgard Leuenroth; à equipe do Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. Agradeço também às equipes que trabalham nas bibliotecas da Unicamp, sobretudo as do IEL, IE, IA e, especialmente, a do IFCH.

Não poderia também deixar de reconhecer as contribuições realizadas por Antônio Carlos Galdino e Cristina Meneguello, que gentilmente aceitaram o convite para comporem as bancas de qualificação e defesa, e que nas duas situações apresentaram da forma mais proveitosa, apontamentos de uma leitura atenta e cuidadosa do texto. No mesmo sentido, agradeço à Silvana Rubino, que desde a graduação me orientou com indicações fundamentais para meu amadurecimento intelectual, como também permitiu, desde o início, grande liberdade para que eu escolhesse meus caminhos e as formas de abordagem que julgasse as mais adequadas para defender meus pontos de vista.



# INTRODUÇÃO

## PREMISSAS TEÓRICAS

A presente dissertação foi produzida a partir da análise de documentos históricos julgados pertinentes ao período e ao tema escolhidos. A forma final da análise e as conclusões a que foi possível chegar, contudo, dependem fundamentalmente de uma orientação teórica a partir da qual tais documentos foram lidos e compreendidos de um modo e não de outro. Pensar, portanto, a especificidade de um dado momento histórico da cidade de Campinas, significa aplicar a um objeto particular, a uma seleção parcial de registros, um método fundado em concepções precedentes a respeito da vida urbana, da teoria social e da própria história. Inevitavelmente, quanto a isso, as obras teóricas que orientam a análise empírica dependem da trajetória e das inclinações pessoais do próprio autor. Claro que ao adentrar um campo já consolidado do conhecimento, toma-se contato com uma bibliografia clássica a partir da qual os estudos urbanos vêm sendo produzidos tradicionalmente, de modo que essas particularidades advindas da formação de cada novo autor têm seus limites a partir do momento que não podem deixar de dialogar com os textos preexistentes para que seus novos termos tenham sentido. De todo modo, o que faz com que o conhecimento na área avance é o modo como, dialogando dentro da tradição, cada autor individual consegue fazer valer as proposições que sustenta a partir de posições mais ou menos inovadoras. Essas inovações decorrem, em alguma medida, do modo de ver próprio à trajetória pessoal de cada autor e das experiências por ele vivenciadas, mas também, mais diretamente no que diz respeito à escrita de um texto acadêmico, ao modo como essa experiência pessoal produz inclinações a ter como referência um ou outro autor clássico ou corrente de pensamento.

Portanto a presente pesquisa tem para cada um dos temas principais que aborda, alguns autores preferidos. O principal deles, sem dúvida, é Pierre Bourdieu, cujas reflexões a respeito da formação social do gosto e do papel da acumulação e reprodução do capital cultural para a definição de classe social e legitimação de posições objetivamente consolidadas definiram as premissas principais a partir das quais é entendida nessa pesquisa

a atuação de uma fração da elite campineira, hegemônica durante um dado período. Trata-se de um grupo formado sobretudo por profissionais liberais inclinados a diversas práticas culturais, literárias e musicais e que além do mais ocupavam frequentemente posições em instâncias de decisão política da cidade. Essa fração de elite que se contrapõe à decadente elite cafeeira estava, entre os anos 1920 e início da década de 1940, bastante envolvida especificamente com a questão do urbanismo e preocupada com a fisionomia da cidade, destacadamente em termos de progresso e modernidade. Tendo em vista essas especificidades do citado grupo, tornou-se indispensável ao entendimento das relações de classe no período, a noção de capital cultural e seus meios de reconversão em outras formas de relação social propícias à validação de sua autoridade para a tomada de decisões de utilidade pública, ainda que realizadas em instituições privadas.

É nesse sentido que à compreensão do perfil dessa fração da elite a partir dos conceitos de Pierre Bourdieu, acrescenta-se um entendimento da vida urbana tendo como referência principal as reflexões de Richard Sennett. As contribuições desse autor são decisivas para a formulação da hipótese central dessa dissertação, que parte da percepção de que o tipo de cidade em que Campinas converteu-se ao longo do século XX, dependeu, em muitos aspectos, da eficácia das representações formuladas pela fração de classe aqui estudada, simultaneamente à sua contribuição especificamente urbanística. Mais diretamente, a pesquisa empírica permitiu observar que os homens que faziam parte da fração de classe em questão compartilhavam em grupo valores que encontravam no próprio fato do compartilhamento sua validade. São, notadamente, valores morais que implicam a construção de ideais de conduta pessoal, sociabilidade e civilidade, de forma inseparável da formulação de um tipo de cidade na qual a vida de acordo com este sistema de valores pudesse ser realizada. Como contrapartida, esses ideais, cujos fundamentos estão na convicção da necessidade de normatização e, implicitamente, de exclusão ou correção dos elementos destoantes, acabam por gerar o desejo, também compartilhado em grupo, de supressão da diversidade, claro que colocado em termos de construção de uma comunidade harmoniosa, funcional, capaz de prover o bem geral, e assim por diante.

Considerada a questão por esse ponto de vista, o argumento é conduzido na direção de propor o entendimento de que esse tipo de postura de classe, portanto, baseia-se



em um sistema simbólico pelo qual o poder de classe encontra legitimidade. Mais que isso, a presente pesquisa propõe que se compreenda essa formação de identidade, assim como as prerrogativas que a ela se atribui, tendo em vista uma cultura material que dá lastro ao estilo de vida adotado pelas elites. Nesse sentido a discussão alinha-se à perspectiva de Sennett, que argumenta que o desejo de construção de uma comunidade purificada que tem como consequência a exclusão da diversidade, resulta justamente das sociedades de abundância (*communities of affluence*)<sup>1</sup>. Este entendimento contribui para que, na presente pesquisa, a atuação da fração da elite envolvida nos debates sobre urbanismo possa ser compreendida considerando-se o desejo de inserir Campinas na lógica do capitalismo moderno mundial. A abundância, nesse sentido significa a centralidade da acumulação como resultado do esforço individual, cuja consequência pessoal é a redução do sentimento de necessidade em relação aos outros. Nas comunidades de abundância, portanto, a realização pessoal, e sobretudo a aparência de sucesso, passa pela supressão da necessidade de compartilhar e, por fim, de lidar diretamente com o outro.

Outra dimensão da discussão é pensada a partir do conceito de *habitus*, do modo como ele é empregado por Pierre Bourdieu. Essa noção parece adequada para abordar a relação com a cultura material, uma vez que o *habitus* expressa justamente aqueles “esquemas de percepção” que definem atitudes e posturas a partir de disposições incorporadas, ou “inscritas no corpo”, pela força das experiências passadas e das tradições herdadas.<sup>2</sup> A cultura material, ou o conjunto de objetos com os quais os indivíduos se relacionam, justamente, cumpre seu papel no nível do uso, desempenhando sua eficácia de distinção, a partir dos discursos implícitos no tipo de material de que são feitos, no preço de sua aquisição, e sobretudo no modo de usar. Contribuíu para a legitimação das atitudes políticas, e especificamente da autoridade atribuída à elite campineira para decidir diretrizes de remodelação urbana, seu gosto refinado, que incluía práticas culturais como escrever poesia e contos, participar de debates sobre música erudita e arte em geral, conhecer a história dos grandes personagens da cidade. Nada disso seria o mesmo, entretanto, se não

---

<sup>1</sup> SENNETT, Richard. *The uses of disorder*, New York, Norton, 1970, p. 46-49

<sup>2</sup> A leitura de Pierre Bourdieu pelos historiadores ainda é bastante rara. Roger Chartier chama a atenção para o bom proveito que o trabalho do sociólogo pode ter também para a produção historiográfica. Cf. BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Autêntica, Belo Horizonte, 2011, p. 120

estivesse acompanhado de uma mobília diferenciada, residências com fachadas pomposas, bons ternos, bons vinhos – tudo com moderação. Isso não é, de forma alguma, especialidade dessa elite campineira, uma vez que a acumulação de objetos – inseparável do domínio de um modo inimitável de seu uso – é o sinal generalizado da vida bem-sucedida no mundo moderno capitalista. Na verdade, é a ordem material que define o sentido das lutas simbólicas e é pela garantia de que ela permaneça como é que a burguesia realiza seu lado na luta de classes. De todo modo, a relação com a cultura material é o que orienta, no nível das sensibilidades, o que possa existir de mais concreto sobre si, de maneira que aí se constitua um lugar privilegiado a partir do qual se toma posições.

A hipótese principal dessa pesquisa, portanto, propõe que a fração de elite hegemônica entre as décadas de 1920 e 1940, em sua contribuição para a modernização do espaço urbano campineiro contribuiu decisivamente para a composição de uma cidade profundamente segregada espacial e culturalmente. O desejo de construir uma cidade segundo os ideais compartilhados por este grupo pressupunha a exclusão da classe trabalhadora do convívio social nas áreas centrais da cidade. Consequentemente, a impossibilidade em lidar com a diversidade empobreceu de forma duradoura o estilo de vida da elite, que tendeu à privatização da sociabilidade. Esse processo deveu-se, certamente, à frustração da realização integral de seus projetos, dada a inevitável resistência da população pobre, que permaneceu como pode, ocupando os espaços públicos. Pode-se dizer, como reflexão posterior, que com o passar dos anos a visão de mundo dessa elite ganhou lugar no ideário preconceituoso de uma classe média que se expandiu e encontrou motivos para desejar uma vida de Shopping Center, clubes, colégios particulares, condomínios fechados, etc. tanto mais quanto se expandiu também a classe trabalhadora e as ocasiões desagradáveis de encontrá-los fora de seus postos de trabalho.

Dessas aspirações resultou uma demanda pelo urbanismo moderno, que, além do mais era matéria de prestígio entre as pessoas cultas da época. Talvez fosse o engenheiro ferroviário Carlos William Stevenson um dos maiores entusiastas do movimento em Campinas nos anos 1930, sendo suas soluções urbanísticas para o centro da cidade, referência para os estudos posteriormente realizados por Anhaia Mello e Francisco Prestes Maia. No campo das formulações teóricas o repertório urbanístico moderno contava

necessariamente com algumas imagens de lugar comum como as avenidas amplas, o traçado retilíneo em forma de tabuleiro de xadrez, os arranha-céus, as áreas verdes, a iluminação pública elétrica, zoneamento industrial, eliminação de cortiços e localização apropriada de bairros operários. Todos esses elementos estavam articulados de maneira a satisfazer princípios também já consagrados no urbanismo europeu e estadunidense, como salubridade, funcionalidade, fluidez.

Na presente pesquisa a questão da racionalidade que define a vida no espaço urbano das grandes cidades foi pensada a partir de algumas das reflexões do sociólogo Georg Simmel. As metrópoles europeias desde a segunda metade do século XIX já suscitavam relatos de poetas e observadores sociais fascinados – e em parte aterrorizados – com o fenômeno das multidões nas ruas. A estatística, a partir de então passou a ser a ferramenta central do Estado para gerir o espaço público, tratando, obviamente, a população a partir de números, visando deste modo evitar o caos. Tratando da pesquisa aqui realizada, ao estudar os documentos produzidos anualmente pela Prefeitura, nota-se que o aparelho burocrático municipal da cidade – e isso de forma nenhuma é exclusividade de Campinas – tinha números sobre cães e outros animais apreendidos, automóveis, carroças, construções, pavimentação e iluminação de ruas e assim por diante. Essa calculabilidade de todas as coisas acompanha, na cidade moderna, o processo de despersonalização das relações, na qual as trocas são feitas pela intermediação do dinheiro, que ao mesmo tempo que racionaliza as negociações, suprime fatores afetivos.<sup>3</sup> Quanto mais a lógica da industrialização aumenta as distâncias, a população e a velocidade, mais se define também uma atitude tipicamente metropolitana, *blasé*, na qual não há nem necessidade nem possibilidades psíquicas de lidar de forma pessoal, ou afetiva em relação a todas as pessoas.<sup>4</sup>

Particularmente no ponto em que essa crítica recai sobre o urbanismo moderno, novamente é Richard Sennett a principal referência. Refletindo ao lado do autor pode-se

---

<sup>3</sup> SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental” in VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, Zahar, 1973, 2ª ed. p. 15. Sobre o número, a cidade e a necessidade de prever o que poderá acontecer, ver também FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*, São Paulo, Martins Fontes, 2008, p. 26-27

<sup>4</sup> Idem. p. 20

dizer que a cidade, quando tomada por uma tendência à supressão de sua diversidade, acabará por tornar-se um espaço homogeneizado e monótono que, no limite, exclui a alteridade. Em tais condições, os habitantes da cidade, intermediados pelos aparelhos burocráticos e pela organização da repressão aos desviantes, conseqüentemente, podem esquivar-se das situações em que é preciso lidar com conflitos.<sup>5</sup> Nesse sentido é cabível dizer sobre os urbanistas modernos, adeptos de concepções supostamente progressistas, que suas ideias são baseadas em suposições e medidas não humanas que visam o funcionamento conjunto do todo – como em uma máquina, em que nenhuma das peças individuais pode espontaneamente alterar sua finalidade, a não ser que esteja com defeito –, na intenção de excluir os riscos do inesperado e, ao mesmo tempo, as possibilidades de crescimento por caminhos desconhecidos, o que acaba por negar a história.<sup>6</sup> Também é referência importante para essa reflexão, Jane Jacobs, que afirma que planejadores de cidade modernos como Ebenezer Howard, Le Corbusier e Daniel Burnham<sup>7</sup>, estão alinhados entre técnicos que ao basearem seus projetos em cidades imaginárias, negligenciando os exemplos de cidades reais que funcionam, contribuíram para a monotonia e decadência das cidades, destruindo as manifestações das pessoas que, ao viverem suas atividades cotidianas próprias, constroem o espaço urbano.

Por fim, é fundamental dizer que essa dissertação, apesar de tratar de um período bastante curto e pontuado por acontecimentos no nível político – que duram apenas um instante, portanto – tem a pretensão de demonstrar que as expectativas, conflitos e debates em torno do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, são alimentados por forças históricas de longa duração. Além do mais, essa longa duração pode ser dividida em vários níveis, uma vez que fazem parte dela, por exemplo, desde a herança da mentalidade escravocrata campineira, indissociável das riquezas produzidas pelas culturas agrícolas de cana de açúcar, café e algodão, como também toda a carga da tradição europeia posterior às revoluções liberais. Deste modo, questões específicas acerca do contexto campineiro

---

<sup>5</sup> Cf. SENNETT, op. cit. p. 50; sobre a destruição da realidade urbana histórica pela generalização do valor de troca e construção de espaços vazios e homogêneos, ver também LEFBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*, São Paulo, Centauro, 2009, p. 47

<sup>6</sup> Idem. p. 98

<sup>7</sup> Cf. JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*, São Paulo, Martins Fontes, 2009, 2ª ed. p. 24-26

podem ser situadas como parte de um debate mais amplo envolvendo a cidade moderna, a sociabilidade no mundo capitalista ocidental e os limites entre o espaço público e o privado. Além disso, a construção da imagem do homem público, seus meios recorrentes de atuação e associação, os usos simbólicos da cidade e do consumo, todos aspectos centrais articulados na narrativa aqui produzida a partir dos registros consultados, são manifestações singulares e locais que, no entanto, despontam do distante processo pelo qual a civilização ocidental, passando por inúmeras transformações, produziu a chamada modernidade.

A vida urbana moderna e o urbanismo, portanto, são desdobramentos das forças colocadas em movimento pela ascensão da burguesia e das potências revolucionárias do capitalismo. A industrialização acentuou esse processo transformando a fisionomia das cidades e o caráter das relações sociais. Para a discussão sobre esse sentido da modernidade é referência principal o filósofo Marshall Berman. A ruptura com as instituições e tradições feudais colocou o movimento e a circulação no centro da vida humana, por um lado desamparando os indivíduos ao retirar-lhes suas antigas garantias asseguradas pela servidão, e por outro possibilitando que expandissem seus interesses e capacidades pessoais. A modernidade, deste modo, caracteriza-se pela contradição e pela ambiguidade de todos os aspectos da vida.<sup>8</sup> Como contrapartida, cabe apontar alguns aspectos pertinentes a uma transição ainda mais longa, da *polis* grega para a cidade moderna, sobre a qual reflete Hannah Arendt. A ambiguidade da questão observada na cidade de Campinas na presente proposta, em que decisões de utilidade pública são tomadas dentro de círculos privados, compõe-se, nesse sentido, em elementos de longa duração da modernidade. Diferentemente do que acontecia na *polis* grega, na cidade moderna as esferas pública e privada encontram-se confundidas na esfera social. Isso significa que a subsistência, as necessidades econômicas e domésticas, que no mundo antigo eram questões privadas, próprias ao domínio da família, na modernidade foram elevadas ao nível público, tornando-se, deste modo, interesse coletivo.<sup>9</sup> Conforme foi apontado anteriormente, esse movimento gerou esforços na direção da composição de uma uniformidade estatística da população, cujo

---

<sup>8</sup> Cf. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 113. Mais especificamente sobre a cidade capitalista ver ENGELS, Friederich, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, São Paulo, Boitempo, 2008, p. 47; LEFBVRE, Henri. op. cit., p. 23

<sup>9</sup> Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*, Rio de Janeiro, 1983, 2ª ed, p. 42

inevitável conformismo, tendeu a substituir a ação pelo comportamento, o que significa que no processo estavam implicados meios de racionalização da vida capazes de reduzir ou coibir ações espontâneas ou reações inusitadas.

## INQUIETAÇÕES INICIAIS

*Campinas de hoje é uma conseqüência e continuação de sua história. Seu progresso aprofunda as raízes originárias, derradeiras nas modestas roças do século dezoito, das quais partiram elementos dinâmicos, de sangue bandeirante, que hoje honram seus antepassados, pioneiros do povoamento e desbravadores primeiros do gigante mato grosso que vestia luxuosamente o rico solo de Campinas.<sup>10</sup>*

Esse trecho escrito pelo tradicional historiador campineiro Celso Maria de Mello Pupo, foi publicado em 1969 pela Academia Campinense de Letras. Seu livro clássico, *Campinas, seu berço e juventude*, após muitas páginas de minuciosa análise de documentos relativos à Campinas dos séculos XVIII e XIX, encerra-se com duas páginas nas quais estão listados todos os grandes progressos da Campinas do século XX. Celso Maria de Mello Pupo está inserido em uma tradição de estudiosos que rememoram e reconstituem narrativamente o passado da cidade sem que seja possível evitar conclusões orientadas por um sentimento flagrantemente bairrista. Em *Campinas, seu berço e juventude* a história da cidade, dividida pelos períodos econômicos do milho, do açúcar e do café, é contada colocando em relevo justamente as realizações dos personagens ilustres da fundação, ligados à família de Barreto Leme, e em seguida seus descendentes. Nesse sentido, como inquietação que motiva essa pesquisa, colocam-se justamente as recorrentes narrativas gloriosas a respeito dos feitos de grandes personagens, que aparecem como os realizadores da grandeza de Campinas, da qual ao mesmo tempo são os filhos legítimos. Essa pesquisa pretende, portanto, investigar a vasta atuação de um grupo de cidadãos ilustres e influentes na vida pública campineira entre as décadas de 1930 e 1940 para, em um segundo momento, estender ainda mais a análise no sentido de apontar o modo pelo

---

<sup>10</sup> PUPO, Celso Maria de Mello Pupo, *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas, Academia Campinense de Letras, 1969, p. 220

qual suas atividades institucionais, preferências estéticas, disposições morais e políticas estavam intimamente relacionadas à vivência da materialidade da cidade.

Foram escolhidos seis personagens principais: Edmundo Barreto, Lix da Cunha, Azael Álvares Lobo, Sylvino de Godoy, Carlos Penteadó Stevenson e Carlos William Stevenson. Em torno deles, articulam-se outros, que faziam parte de sua classe, ou ao menos, de um grupo de interesses convergentes: Nelson Omega, Paranhos de Siqueira, Carlos Francisco de Paula, Theodoreto de Camargo, Joaquim de Castro Tibiriçá, entre outros. Os seis personagens principais eram membros de uma elite urbana campineira cujos nomes apareceram recorrentemente durante as pesquisas de arquivo. Eram, portanto, homens envolvidos em diversas esferas de atuação da vida pública, desde as comissões formadas em torno dos debates sobre o urbanismo, cargos do poder público, clubes de serviço, organizações culturais, ações de filantropia e empreendimentos de naturezas diversas. Alguns deles estavam também envolvidos em instituições educacionais e importantes jornais da cidade. Verifica-se nesse sentido, portanto, que os personagens escolhidos tinham seus meios de exercer influência sobre a formação e a condução da opinião pública, uma vez que, atuando de modo organizado, estavam inseridos nas instâncias mais propícias à difusão de informação e à composição de consensos sobre a cidade.

Durante a pesquisa documental foi importante também notar que os personagens principais aqui estudados frequentemente fizeram parte de organizações propícias à consolidação e propagação de seus ideais, que além do mais funcionavam como lugares sociabilidade. Considerando-se um perfil médio da fração da elite abordada, estabelecido a partir do que foi possível encontrar recorrentemente nos registros, deu-se destaque ao Rotary Club, um clube de serviço, cujas premissas de conduta e ideário parecem fundamentais para as questões observadas ao longo da pesquisa. Além do Rotary Club, duas outras organizações são importantes para definir referências culturais em torno das quais se articulavam os personagens escolhidos. Uma delas é o Centro de Ciências Letras e Artes (CCLA), instituição cultural fundada em 1901 e lugar de intensa participação dos homens pertencentes ao grupo social que interessa a esta pesquisa. É importante destacar também a Academia Campinense de Letras (ACL), fundada em 1956, que elegeu e

reuniu, entre patronos e membros titulares, um conjunto de notáveis campineiros de todos os tempos, cujos textos, muitas vezes autorreferentes, cumprem a função de confirmar visões hegemônicas sobre a cidade e o papel de sua classe dirigente. O ano de fundação da ACL é o marco final do recorte temporal dessa pesquisa uma vez que se entende que ele encerra um período de transformações urbanas, simbólica e concretamente, com a demolição da Igreja do Rosário e alinhamento da Avenida Francisco Glicério.

Para satisfazer os interesses que motivaram a presente pesquisa, é importante avaliar o modo como se desdobrou historicamente o desenvolvimento do espaço urbano desde o início da década de 1930 até meados dos anos 1950, que partindo de um legado, em grande parte, herdado da política urbana do século XIX, passou a ser regido, fortemente, por uma ideologia do progresso e um desejo de modernização, posteriormente trespassados pelo ímpeto de acumulação e reprodução do capital mobilizado na esteira da especulação imobiliária. Para isso, primeiramente, é preciso apresentar em linhas gerais quais tipos de avaliação vêm constituindo os referenciais principais para abordar a história urbana de Campinas. A abordagem realizada nesta dissertação privilegia as especificidades de pessoas envolvidas nas tomadas de decisão acerca do referido processo de urbanização desencadeado pelas condições que emergiram nas primeiras décadas do século XX. Essas pessoas, os personagens a partir dos quais se desenrola a narrativa aqui produzida, não são consideradas as mais importantes ou os sujeitos históricos do processo. São, no entanto, certamente, representativos de uma fração da elite e, portanto, pessoas em posição de fazer valerem suas ideias. Trata-se de indivíduos envolvidos em debates intelectuais restritos, com pretensão à cientificidade e, conseqüentemente à autoridade e legitimidade política. Os estudos que se tornaram referências principais para a história urbana de Campinas, por sua vez, enfatizam o processo, no sentido de que neles o modo como estão relacionadas condições econômicas e circunstâncias políticas baseia-se em conexões abstratas, constituídas a partir da composição de funcionalidades supostamente lógicas de como tais e tais fatores encadeados devem levar a tais e tais resultados mais ou menos óbvios. Trata-se, em muitos casos, de transposições para o caso específico da história urbana de Campinas,



dos grandes debates da história econômica acerca do funcionamento do capitalismo, seu desenvolvimento e seus rumos no Brasil.

Para começar com uma das obras mais influentes para as interpretações da história de Campinas, é preciso citar o arquiteto e urbanista Ricardo Badaró, que realizou na FAU-USP uma dissertação de mestrado com o título “Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1962)”. O autor argumenta, em seu estudo, que a implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas e a expansão da urbanização acompanharam o ritmo da economia nacional. Nesse sentido, aponta o desenvolvimento da industrialização brasileira, entre 1934 e 1956, afirmando que neste momento a produção industrial conseguiu sua autonomia em relação à agricultura cafeeira. Badaró aponta, entretanto, que esta fase de autonomia da indústria baseou-se em investimentos em setores já consolidados – bens duráveis leves, etc. – quando a política econômica do Estado incentivava o crescimento da indústria de bens de produção, necessários por conta da Segunda Guerra Mundial e da recessão. Divide, então, a partir dessa perspectiva, o Plano de Melhoramentos Urbanos em duas fases: a primeira, de 1934 a 1955, marcada pela insuficiência do setor de bens de produção, e a segunda, de 1956 a 1962, desenvolvida segundo o ritmo do crescimento industrial em expansão.<sup>11</sup> Trata-se, portanto, de uma narrativa explicativa baseada na determinação econômica, cujos desdobramentos têm efeitos mais ou menos inevitáveis, no que se poderia chamar de “nível superestrutural”. Os indivíduos envolvidos na concepção do Plano, suas relações concretas e específicas com a materialidade urbana, como suas redes de relações e formação intelectual, nessa forma de análise, estão colocados abaixo daquilo que aparece como realmente decisivo.

Pode ser citado também Antônio Carlos Cabral Carpintero, autor de *Momento de Ruptura*, igualmente publicado pelo Centro de Memória da Unicamp. Tratando especificamente da região central da cidade, Carpintero descreve, a partir de Badaró e do tradicional historiador de Campinas, Celso Maria de Mello Pupo, as principais transformações da malha urbana desde a fundação da paróquia de Nossa Senhora da

---

<sup>11</sup> BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. *Campinas, o despontar da modernidade*, Campinas, CMU-Unicamp, 1996 p.101-120

Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí, em 1774, e a construção da igreja Matriz, até a remodelação promovida pelo Plano de Melhoramentos Urbanos. Destaca a permanência da malha ortogonal definida pelos três largos – o da Matriz (atual Igreja do Carmo), o da Igreja do Rosário, e o da Matriz Nova (atual Catedral). A partir disso, enumera as construções de grandes proporções que se instalaram na região central ao longo do tempo, a começar pelos sobrados e edificações administrativas, com destaque para a instalação da Companhia de Estradas de Ferro Paulista, que ao definir o largo da Estação, passou a representar um espaço constituído em nome da função econômica, distinto dos largos das igrejas, de função religiosa. Chegando ao período do Plano, Carpintero continua enumerando os grandes edifícios, que neste momento se tornaram mais altos e ostentavam traços modernos.<sup>12</sup> O autor enumera também estabelecimentos comerciais instalados na região central. Identifica, ainda, uma divisão entre comércio popular, concentrado na Avenida 13 de Maio e o comércio mais sofisticado, concentrado na Rua Barão de Jaguará. Mas Carpintero limita-se a enumerar. A análise carece de pessoas, de relações. Os prédios foram derrubados, as ruas alargadas, mas quem vivia e morria na cidade? Que impacto o novo aspecto causava aos campineiros? Que valores, hábitos e sociabilidades se transformavam com o crescimento das ruas comerciais? A historiografia sobre este período traz um tipo de abordagem útil para localizar referenciais mais amplos (da economia nacional, da política de Estado), mas não contribui com a intenção de conhecer as transformações da cidade em relação às transformações que ocorrem nas pessoas.

Trata-se de uma montagem histórica linear, que faz parecer que os fatos acontecem na ordem em que deveriam acontecer, pautados pelas grandes forças econômicas e por desdobramentos políticos por elas desencadeados. Esse processo que na narrativa explicativa de Carpintero aparece quase como natural, conduz ao Plano de Melhoramentos Urbanos, pelo qual é coroado e que, como o título do livro anuncia, deve ser entendido como “momento de ruptura” que inaugura uma nova era. O que o presente estudo pretende contrapor a este tipo de argumento, é que se o processo histórico é marcado por transformações, certamente, ao mesmo tempo, ele guarda permanências, as quais estão

---

<sup>12</sup> CARPINTEIRO, Antônio Carlos Cabral. *Momento de Ruptura*, CMU-UNICAMP, Campinas, 1996. p. 47-62

sempre dialeticamente relacionadas àquilo que se transforma no tempo. O título do livro de Badaró traz o mesmo tipo de imagem, na qual, apesar do posicionamento crítico que o autor assume em relação a alguns aspectos, o desenvolvimento do argumento tem como desfecho o triunfo de um caminho em direção ao progresso, que produz o *Despertar da modernidade*.

Mais um importante estudo sobre Campinas é o de Antônio da Costa Santos, *Campinas, das Origens ao Futuro*, que se propõe a explicar o desenvolvimento histórico de Campinas desde as divisões na capitania de São Paulo com a mudança da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, e a fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá, tudo isso inserido na política econômica portuguesa liderada pelo Marquês de Pombal. Para acrescentar mais uma consideração a respeito do que significam retoricamente e politicamente os títulos desses livros, também este autor, ao recorrer à complicada noção de origem como o ponto de onde se parte em direção ao futuro, talvez contribua com a confirmação de uma visão naturalizada da contraposição entre arcaico e moderno, a qual se constitui, na verdade, a partir de juízos de valor especificamente comprometidos com algum tipo de fé no progresso. Santos baseia sua análise em uma tradição historiográfica que inclui Caio Prado Junior, Celso Furtado e Fernando Novais. Chega ao ponto de seu objeto específico de estudo, a divisão da fazenda chamada Chácara Paraíso, antigo Pouso das Campinas Velhas, analisando o desenvolvimento do capitalismo e as transformações exigidas para a reprodução das condições de produção.

No ponto da discussão sobre o plano de urbanismo nos anos 1930, o autor narra as etapas de formulação do plano destacando a participação dos engenheiros, urbanistas e arquitetos que trabalharam junto ao poder municipal, desde Anhaia Mello até Prestes Maia, passando por Carlos William Stevenson. Santos também não estava particularmente interessado na profundidade histórica desses nomes, nem tampouco na complexidade dos papéis que desempenharam no processo em que os situa. Suas posições e atitudes, para o autor, dependem fundamentalmente das determinações econômicas e das circunstâncias políticas colocadas pelo governo de Getúlio Vargas. Apoiando-se também em Badaró, as considerações de Antônio da Costa Santos têm por base uma avaliação do período histórico

nacional, correspondente ao Estado Novo, como momento no qual o país entrou em uma fase de mudanças estruturais do capitalismo.<sup>13</sup>

## REDES DE RELAÇÕES

Em uma dissertação de mestrado produzida no ano de 1991, com o título *Crise Urbana e Habitação Popular em Campinas (1870-1956)* aparecem hipóteses iniciais bastante intrigantes a respeito do período situado entre o apogeu da economia cafeeira e a primeira epidemia de febre amarela (1870-1889). Seu autor, Edemir de Carvalho propõe que, naquele período, dada uma indistinção entre público e privado, ocorreu uma apropriação do interesse comum pela classe dos “cidadãos-proprietários”. Esse argumento traz em si uma ideia interessante e um problema. O aspecto positivo que dele se destaca está na ideia de que existia em Campinas um grupo de homens poderosos que tomou para si a prerrogativa de definir os rumos da cidade, o que significa que a utilidade pública estaria, desde então, sujeita aos critérios de decisão de um grupo restrito de sujeitos particulares. Essa predominância dos interesses particulares sobre o todo da coletividade que habitava a cidade, além do mais, teria como fundamento uma estrutura cultural herdada da relação entre senhores e escravos, que naquele momento, apenas começava a passar por modificações por conta da introdução da mão de obra livre europeia. Como aspecto problemático da proposta de análise do autor, está a ideia de que o “cidadão-proprietário” surgiu do fato de que até o final do século XIX, o público e o privado se fundem constantemente, de acordo com as demandas da sociedade.<sup>14</sup> Tal concepção é questionável no sentido de que parece duvidoso que existissem claramente a esfera pública e a esfera privada, e que em uma ou outra situação elas, inevitavelmente, se tornassem a mesma. Na presente pesquisa, contra Edemir de Carvalho, pretende-se argumentar que é provável que os cidadãos proprietários, na verdade, agiam com a certeza de que cuidar daqueles interesses públicos lhes cabia por direito, como atribuições próprias a sua classe, de modo

---

<sup>13</sup> Cf. SANTOS, Antônio da Costa. *Campinas, das Origens ao Futuro*, Editora da Unicamp, Campinas, 2002, p.270-295

<sup>14</sup> CARVALHO, Edemir de. *Crise Urbana e Habitação Popular em Campinas. 1870-1956*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – IFCH/UNICAMP, 1991, Campinas, p. 28-29

que se não havia distinção clara entre o que era público e o que era privado, não seria possível, portanto, apropriação de um pelo outro. Além do mais, que esse tipo de relação entre público e privado se encerre no século XX, é algo que só se pode afirmar levado pelas aparências de que o aparelho burocrático estatal, que nesse período tomará forma mais próxima da atual, constitui uma instância na qual são tomadas decisões impessoais, apesar de estarem alinhadas à manutenção das condições de reprodução e acumulação do capital. A pesquisa aqui realizada pretende demonstrar que durante as primeiras décadas do século XX, as instituições políticas eram formadas por homens que ocupavam posições análogas às ocupadas pelos “cidadãos-proprietários” nas décadas finais do século XIX, e que suas disposições pessoais eram decisivas para as decisões de utilidade pública tomadas.

As concepções de Edemir de Carvalho estão bastante alicerçadas em uma visão de história baseada na identificação de ausências estabelecidas a partir de julgamentos sobre o modo como as coisas deveriam acontecer para serem melhores. É daí que o autor argumenta, que a “crise urbana” de habitação por ele identificada ocorreu devido à indistinção entre as esferas pública e privada, como também à omissão do Estado em agir segundo seu papel de árbitro. No limite, esse tipo de abordagem pode levar a anacronismos e teleologias. Apoiado sobretudo em um debate da história econômica, que tem como autores principais João Manoel Cardoso de Mello e Wilson Cano, Celso Furtado e Warren Dean, o autor criou uma estrutura explicativa para montar seu argumento a respeito do problema da habitação popular em Campinas. Os referenciais teóricos encontrados na história econômica serviram de base para discutir as particularidades da história urbana de Campinas. Nesse campo, Edemir de Carvalho dialoga especialmente com estudos como a dissertação de mestrado de Ricardo Badaró, alguns artigos de Antônio Carlos Cabral Carpintero e de Ulisses Semeghini. Há também, como apoio, o trabalho específico de Cléber Maciel sobre a questão dos negros e a dissertação de mestrado de Antônio da Costa Santos, a qual também trata do problema da habitação.

A bibliografia clássica sobre Campinas não se detém muito à forma pela qual se articulavam as redes de relações e à importância desse aspecto para as transformações pelas quais passou a cidade no início do século XX. Mais recentemente, no entanto, devido a mudanças nas tendências da história social, surgiram alguns estudos interessados na

aproximação em relação à vida concreta dos indivíduos envolvidos nos “processos históricos”, de modo a fazer ver o papel de suas relações pessoais, sua formação intelectual, seus posicionamentos políticos. Esse modo de considerar as transformações históricas, capaz de promover uma ruptura em relação à objetividade impessoal da história econômica, tem contribuições valiosas ao entendimento da cidade, uma vez que privilegia a formação dos afetos, o funcionamento da sensibilidade, das disposições estéticas e intelectuais, das visões de mundo e do imaginário. A vida urbana, entendida desse ponto de vista não leva, necessariamente, a uma aleatoriedade de relatos fragmentados de fenômenos subjetivos, mas contribui para a percepção das recorrências entre as motivações das escolhas e das atitudes dos indivíduos segundo as posições que ocupam na estrutura social, ao longo do tempo.

Data de 2007 a dissertação de mestrado de Flávio de Godoy Carnielli, que ao delimitar suas investigações em torno de três memorialistas campineiros, deu visibilidade a uma série de discussões acerca da própria vida na cidade. Para o autor, a natureza da produção memorialística pressupõe um tipo de relação com o espaço da cidade e com os eventos de seu cotidiano, de modo que a vida do memorialista chega a confundir-se com a da cidade. Trata-se também, como debate que aproxima de uma dimensão à qual não se pode chegar apenas pelo viés da história econômica tradicional, de uma discussão sobre a memória e sua construção pelo memorialista. Carnielli, nesse ponto, reflete a partir de Pierre Nora, sobre os limites entre memória e história, acrescentado ao argumento um entendimento do modo como as lembranças, os lugares físicos que as suscitam e as reavivam na própria dinâmica do cotidiano, como também a produção e circulação de narrativas do passado, constituem referências a partir das quais as pessoas se relacionam com a cidade. Nesse sentido, ao mesmo tempo que defende que o memorialista não deve ser visto – em relação ao historiador profissional – como historiador de segunda classe, aponta para seu inevitável bairrismo, para o ufanismo do progresso, sempre em tensão com recorrentes nostalgias do passado, e a uma concepção de história marcada pela ideia de necessidade entre a sucessão de eventos.

Dessas reflexões surgiram boas indicações para a presente pesquisa à medida que contribuem para a compreensão do compartilhamento de modos de ver. Isso não

significa que não houvesse entre os cronistas – Julio Mariano, Castro Mendes e Jolumá Brito – divergências em suas avaliações dos acontecimentos observados. Mas, para além das diferenças, o que se pode ressaltar é que as condições definidas pelas posições por eles ocupadas condicionaram seus pontos de vista sobre os temas de que tratavam. Cabe dizer que, como jornalistas, os três circulavam por grupos semelhantes de sociabilidade particularmente afeitos aos acontecimentos notórios do cotidiano, em si mesmos, pela sua apresentação mais que por seus significados. De todo modo, Carnielli se propõe a avaliar historicamente a atuação dos três sem deslegitimar a forma de sua produção intelectual<sup>15</sup>. O autor, apoiado em considerações de Antônio Cândido e Angel Rama, traça o perfil do papel do jornalista na sociedade campineira, como posição que almejava estar próxima dos debates de cultura letrada que ocorriam segundo uma disposição fortemente compartilhada no sentido de construir uma imagem de Campinas, sobretudo, como cidade culta. Apoia o argumento demonstrando uma tradição que remonta ao século XIX, quando jornalistas e outros letrados circulavam por estabelecimentos comerciais e cafés do centro da cidade, como também espaços especificamente voltados aos intelectuais, como o Centro de Ciências Letras e Artes – do qual se tratará mais adiante – para debater, sobretudo questões ligadas à história de Campinas.<sup>16</sup>

Em 2012 veio a público a tese de doutorado da arquiteta Silvia Zakia, na qual os temas discutidos são apresentados em torno da trajetória e da formação específica de quatro engenheiros envolvidos nas transformações urbanas pelas quais passou Campinas durante as primeiras décadas do século XX. São abordadas as figuras de Hoche Neger Segurado, Lix da Cunha, Mário Camargo Penteado e Eduardo Badaró, sobretudo do ponto de vistas da formação técnica de cada um, a partir do que são encontrados nexos explicativos para a arquitetura por eles produzida na cidade. Essa perspectiva, composta a partir da escolha de quatro personagens principais, oferece uma possibilidade de abordagem

---

<sup>15</sup> De todo modo, para o historiador campineiro, Lycurgo de Castro Santos Filho, “os vinte e tantos volumes” escritos por Jolumá Brito sobre a história de Campinas, deveria se chamar “Crônica” em vez de “História”, afirmando ainda que seus escritos carecem de uma relação de fontes e bibliografia consultadas. Lycurgo de Castro Santos Filho recomenda que o cronista corrija essas falhas, “do contrário, seu labor terá sido em vão, nos domínios da historiografia”. SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro, *Campinas (Evolução Histórica)*, Atlântida Editora, Coimbra, 1969, p. 43

<sup>16</sup> Cf. CARNIELLI, Flávio. *Gazeteiros e Bairristas*. Dissertação de Mestrado – IFCH/UNICAMP, Campinas, 2007 p. 82-90

interessante, sobretudo, como aponta Zakia, para que se possa perceber a recorrência dos mesmos nomes em diversos meios de atuação preocupados com a questão do urbanismo. Ao destacar a importância de algumas das concepções de Anhaia Mello para os processos que se seguiram, a autora menciona a formação de associações cívicas, que tanto para este urbanista como para Francisco Prestes Maia, eram organizações indispensáveis para a realização de um plano para a cidade. A Associação dos Amigos da Cidade de Campinas, o Rotary Club, a Associação dos engenheiros Arquitetos e outras cumpriam para Anhaia Mello e Prestes Maia um papel de legitimação, “suporte técnico, burocrático e político para a implantação do plano”<sup>17</sup>, como cabia às associações nos Estados Unidos, o grande modelo de organização para esses urbanistas.

Zakia entende as transformações da década de 1930 como um movimento de “ascensão da burguesia à esfera do poder”<sup>18</sup>, que teria criado condições para a crescente participação nas instâncias de decisão, de diversos setores de profissionais liberais, com destaque para os engenheiros, além de comerciantes e industriais. Nesse sentido, as transformações da cena política abriram espaço para a ascensão de uma nova mentalidade, especificamente no sentido dos referenciais a partir dos quais seria pensado o espaço da cidade:

*A questão do urbanismo em voga na Europa e nos EUA entra no repertório das preocupações cívicas da elite local, representada, nesse outro contexto econômico, por profissionais liberais, comerciantes e industriais. A classe política dirigente, composta por essa elite burguesa, acreditava convictamente na ideia de progresso da coletividade identificado com industrialização, crescimento econômico e modernidade.<sup>19</sup>*

A autora, contudo, não pretende aprofundar suas investigações a respeito das qualificações técnicas de seus personagens, com uma abordagem que busque também as motivações e os elementos que compunham suas disposições políticas e estéticas em outros níveis de atuação. Parece relevante ressaltar essa escolha como opção que pode ter excluído aspectos explicativos importantes, uma vez que os homens da classe de seus personagens

---

<sup>17</sup> ZAKIA, Silvia Amaral Palazzi. Construção arquitetura e configuração urbana de Campinas nas décadas de 1930 e 1940. Tese de doutorado em Arquitetura. FAU-USP, São Paulo, 2012, p. 47-48

<sup>18</sup> idem, p. 37

<sup>19</sup> Idem. p. 32



no período, tinham inclinações que os tornavam especialmente engajados na participação em outras esferas de atuação da vida pública, para além de suas atividades diretamente profissionais.

A presente pesquisa tem, portanto, a pretensão de preencher algumas lacunas observadas na bibliografia a respeito da história urbana de Campinas. Esse trabalho parte de uma reflexão teórica específica e da abordagem de registros talvez pouco usuais, pela qual foi possível construir, ainda que de forma fragmentária e parcial um debate a respeito das transformações na vida urbana campineira durante as primeiras décadas do século XX, a partir da análise do estilo de vida de uma fração da elite especificamente interessada nas questões do urbanismo. Deste modo, as interpretações aqui empreendidas tiveram sempre o sentido de ir para além da superfície daquilo que aparece mais consolidado na bibliografia, e que tem condicionado de forma decisiva e recorrente, na maioria dos estudos, as leituras das fontes, aliás também quase sempre as mesmas.

## DEBATES EM TORNO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

No que diz respeito às avaliações realizadas pela bibliografia acerca do plano de urbanismo elaborado para Campinas, pode-se recorrentemente observar que os autores incorporam em suas explicações as razões apresentadas por aqueles que à época estavam interessados em propor e justificar o plano.<sup>20</sup> Isso quer dizer que muitas vezes a análise parte da ideia de que era necessário o plano de urbanismo, dado que a cidade estava crescendo desordenadamente, que cresceria ainda mais com a ampliação da industrialização, etc. De fato, a partir de 1929, a questão era colocada justamente nesses termos e nesse sentido. O que é preciso observar é que essa perspectiva era própria à visão de cidade e de modernidade de um grupo específico de homens da elite, de modo que não é

---

<sup>20</sup> A presente pesquisa pretende dar atenção aos testemunhos involuntários, como chamava Marc Bloch, presentes nos registros, de modo a evitar, ao ler documentos do passado, tornar-se prisioneiro dos preconceitos daquela geração, e a partir deles entender a história. Cf. BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o ofício do historiador*, Rio de Janeiro, Zahar, 2002, p. 77-78. A esse respeito pode-se ver também a advertência de Marx e Engels sobre uma concepção de história, que ao tratar exclusivamente dos acontecimentos políticos “vê-se obrigada, especialmente, a *compartilhar*, em cada época histórica, a *ilusão dessa época*.” MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*, São Paulo, Huicitec, 1996, 10ª ed, p. 57

possível em uma análise histórica, partilhar seus pressupostos. O plano surgiu da conjugação de uma série de elementos em movimento naquela sociedade, impondo-se como necessário, não pela inevitabilidade, que se poderia sustentar a partir de uma concepção de história fundada na ideia de progresso, mas por relações de força.

A partir da chave explicativa que coloca a década de 1930 como divisor de águas entre um passado arcaico, embora glorioso, e uma grande cidade, tornaram-se recorrentes, ainda mais pela força da história econômica como referencial principal, alguns consensos com poucas variações de um autor para outro. O traço mais marcante da composição de uma história que é, sobretudo, progressiva e linear, é a periodização a partir de marcos econômicos. Estão alinhados o pouso dos viajantes a caminho das minas de Goiás, o ciclo da cana-de-açúcar, o ciclo do café. Nesse ponto, o apogeu econômico dá ensejo a um florescimento cultural que fará entrar em cena os republicanos históricos cujo triunfo, após a queda da monarquia, foi imediatamente maculado pela primeira epidemia de febre amarela, que ao tornar-se tema de estudo, motivou a narrativa trágica do declínio de uma cidade que até então rivalizava com São Paulo. Ao reerguer-se e adotar como símbolo a fênix, a cidade não superou, contudo nem o trauma das muitas mortes causadas pela febre amarela, nem o bairrismo orgulhoso cultivado nos tempos da prosperidade do café. A história dessa reestruturação é contada de modo a desembocar na necessidade de um plano de urbanismo que deveria sanar de uma vez por todas os problemas de insalubridade da cidade, pela construção de meios eficientes de adução de água do Rio Atibaia, erradicação de cortiços, pavimentação de ruas, regulamentação sobre lixo, esgoto, animais, abatedouro, instalações para os atingidos por doenças infecciosas, assim por diante. Em seguida, cronologicamente, está colocado o surto da industrialização que, no mesmo sentido, aparece como confirmação dos prognósticos a respeito da vocação de Campinas ao progresso.

Um dos estudos recentes mais interessantes sobre o período articula as discussões em torno da história urbana campineira a partir do ponto de vista da questão da habitação popular, e especificamente levando em consideração as novas circunstâncias colocadas pelos projetos do Estado Novo. Nessa tese de doutorado, produzida por Daisy Ribeiro, pode-se notar o modo como está colocada a conexão entre os efeitos da epidemia

de febre amarela e as medidas urbanísticas. A autora, apoiada no tradicional historiador campineiro, Lycurgo de Castro Santos Filho e nos relatórios do prefeito Antônio Álvares Lobo, narra os acontecimentos trágicos desse momento crítico, para em seguida posicionar-se, considerando e reiterando que as políticas urbanas em Campinas antes de 1930 careciam de projetos, ou mesmo de atitudes políticas que permitissem a continuidade dos avanços feitos entre uma gestão e outra. Com essa perspectiva, Daisy Ribeiro acabou por pautar sua análise em juízos sobre o que foi e o que deveria ter sido, ou então, sobre o que faltou para que as coisas acontecessem de forma melhor.

Nesse sentido, qualificações como “falta de política de planejamento” e “despreparo do serviço público”<sup>21</sup>, pressupõem nesse caso, além de que o serviço público e a política de planejamento sejam fatos naturais em situações nas quais as coisas funcionam corretamente, um papel às elites, ao qual a elite campineira não correspondia. Ao contrário, a presente pesquisa pretende defender que se a elite agia mais em favor de seus interesses particulares que em prol da coletividade, isso dificilmente pode ser julgado como “equivoco na interpretação da realidade”, uma vez que este tipo de atitude é fundamentalmente o que caracteriza a posição ocupada pela elite na sociedade de classes. O desejo de que houvesse uma elite progressista, como referencial de análise, poderia fazer parecer que os discursos próprios à fração intelectualizada da classe dominante campineira, após a década de 1930, tenham alterado as relações sociais no espaço urbano campineiro no sentido de colocar no centro a importância do coletivo. Mais adiante será possível perceber que não era disso que se tratava.<sup>22</sup>

“O acontecimento [febre amarela] deixou para a história a evidência de que a lentidão e indisciplina pública municipal foram obstáculos expressivos à possibilidade da

---

<sup>21</sup> RIBEIRO, Daisy Serra. *Campinas no Estado Novo: Política de Habitação Popular na Formação da Cidade Industrial*. Tese de Doutorado em História. IFCH-Unicamp. 2007, p. 27

<sup>22</sup> Talvez seja preciso distinguir quais tipos de posicionamento cabe ao historiador em relação a seu objeto, tal como sugere E.P. Thompson: “Não me sinto nada constrangido pelo fato de que, ao apresentar os resultados de minha própria pesquisa histórica, formulo juízos de valor quanto a processos passados, seja de forma clara e incisiva, seja na forma de ironias a parte. Isto é adequado porque o historiador em partes examina vidas e escolhas individuais, e não apenas acontecimentos históricos (processos). E embora possamos não fazer atribuições de valor aos processos, as mesmas objeções não surgem com a mesma força quando examinamos as opções dos indivíduos, cujos atos e intenções podem certamente ser julgados (como foram julgados pelos seus contemporâneos) dentro do devido e relevante contexto histórico.” THOMPSON, E. P.. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 61

organização social e de ampliação do desenvolvimento econômico local.”<sup>23</sup>. No mesmo sentido, essa conclusão é o que abre caminho na argumentação, para alguns dos juízos de Daisy Ribeiro a respeito do que aconteceu posteriormente, no Estado Novo. A autora desenvolve sua crítica ao tipo de atuação da elite campineira anterior à década de 1930, até anunciar o movimento no qual se deu uma mudança de hegemonia, da qual surgiram transformações nas relações entre o público e o privado. De fato, como afirma a autora, Campinas tinha em sua estrutura de poder uma tendência à centralização de todas as decisões políticas e administrativas nas mãos de grupos locais. Em relação a isso, a Revolução de 1930 aparece como uma força que veio para promover a dissolução dessa concentração dos poderes no nível local, através da imposição de formas institucionais de interferência federal sobre os municípios por meio da nomeação de interventores aos quais deveriam ser reportadas as decisões tomadas em diversas esferas da vida da cidade.<sup>24</sup> O que parece importante salientar a respeito das escolhas de Daisy Ribeiro em sua análise, é que a partir do momento em que as políticas urbanas de Campinas foram classificadas como deficientes no período anterior a 1930, devido justamente às descontinuidades próprias à estrutura de poder característica da República Velha – quando era recorrente a concentração dos poderes em torno dos interesses de elites locais – o argumento foi conduzido para a afirmação de que o regime varguista, ao contrário, teve o mérito de produzir unidade.

*Apesar de sua concepção autoritária, essa intervenção tinha uma concepção de gerenciamento administrativo de qualidade e como veremos, elaboradas conceitualmente para o serviço público. Acreditamos ter sido esse o diferencial para o bom aproveitamento dos projetos que já vinham sendo gestados em municípios como Campinas.*<sup>25</sup>

Outro trabalho mais recente, também com contribuições importantes para uma contraposição às interpretações consolidadas da história de Campinas, permite um diálogo interessante com as posições de Daisy Ribeiro. A tese de doutorado de Fabíola Rodrigues, partindo de referenciais como Flávio Villaça, Rosana Baeninger e Manuel Castells, aborda o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, já em suas considerações iniciais, como

---

<sup>23</sup> Idem. p. 26

<sup>24</sup> Idem. p. 78

<sup>25</sup> Idem. p. 80

resultado da luta de classes<sup>26</sup>. Essa perspectiva tem como fundamento um debate em torno da formulação de planos diretores como uma “pactuação coletiva” na qual estão em jogo três elementos principais: população, economia e território. Ao propor a análise partindo dessas noções, Fabíola Rodrigues sustenta seu argumento de que a intervenção sobre o espaço, mais que uma forma pura de “ideologia dominante”, constitui um conjunto de estratégias nas quais são moduladas diversas relações de força distribuídas desigualmente entre as classes. Dado, portanto, que tal distribuição não é homogênea, a autora observa que se trata de uma “pactuação conservadora” que historicamente vem, contudo, servindo aos interesses das classes dominantes. Para compreender o argumento é importante expor brevemente o papel desempenhado pelo regime varguista, como está colocado na análise. Baseada no entendimento da cidadania no Brasil de José Murilo de Carvalho, a autora avalia o Estado Novo como período em que o avanço dos direitos sociais se deu à revelia dos direitos políticos e civis.

O poder público no Estado Novo, que para Daisy Ribeiro unificou as séries dispersas e fragmentadas em que consistiam as políticas urbanas anteriores, segundo Fabíola Rodrigues, encobria o caráter privatista dos projetos de cidades. Já não era mais, nesse novo cenário, a elite cafeeira quem tomava decisões, mas era ainda um grupo restrito, movido por interesses privados, que agia no interior do aparelho burocrático estatal reformado aos moldes do projeto varguista. Seguindo a proposta de Fabíola Rodrigues, é importante sugerir uma explicação mais refinada, considerando que as atitudes dos homens da elite no poder não podem ser lidas simplesmente como oportunismo. As esferas do público e do privado na sociedade moderna se confundem tanto mais quanto a economia se torna o centro das preocupações.<sup>27</sup> Do ponto de vista das disposições íntimas que motivam as atitudes, portanto, é preciso considerar que a elite que tomava decisões a partir de 1930 representou a ascensão de uma mentalidade de engenheiro,<sup>28</sup> o que naquele momento significava manter um forte comprometimento com o discurso da coletividade, com a ideia

---

<sup>26</sup> Cf. RODRIGUES, Fabíola. *A Invenção da Cidade*. Tese de Doutorado em Demografia. IFCH-Unicamp. 2008, p. 9

<sup>27</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. “A governamentalidade” in *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 2009; ARENDT, Hannah. *A condição humana*, Rio de Janeiro, 1983, 2ª ed, p. 48

<sup>28</sup> Cf. RIBEIRO, op. cit. p. 28

de prestar serviço, etc. Esse tipo de postura era sustentada sem que com isso se rompesse a centralidade das posições individuais de classe, de modo que se pode dizer que os membros dessa nova elite assumiam o papel de homem público sendo ainda homens privados.<sup>29</sup>

Dentro dessa chave explicativa, o Plano de Melhoramentos Urbanos aparece relacionado ao quadro de transformações nos direitos, ao mesmo tempo que como manifestação dos embates entre o projeto varguista e as resistências oferecidas pelas elites locais. Desse ponto de vista, Fabíola Rodrigues ressalta que as pretensões iniciais de Francisco Prestes Maia quanto ao alcance de suas propostas urbanísticas estavam alinhadas à ampliação de direitos sociais – concedidos de forma paternalista por Vargas – e que, por esta razão, sua redução praticamente a um plano viário, ao longo dos debates com as comissões, resultou de pressões para que os interesses da elite local fossem favorecidos.<sup>30</sup> Privilegiou-se do plano de Prestes Maia, portanto, aquelas medidas que mais diretamente contribuía para a reprodução do capital, ficando a questão da habitação popular, por exemplo, para ser resolvida com caráter de política pública a partir de deliberações centralizadoras realizadas pelo Departamento das Municipalidades.

*A habitação social consistiu no quinhão do direito à cidade devido aos trabalhadores (quinhão esse negociado entre poder público local, governo federal e grupos dominantes na esfera local, sem a participação das camadas populares) ao passo que o plano viário e o zoneamento urbano proposto por Prestes Maia atenderam à lógica da acumulação e reprodução do capital, chancelando interesses privatistas de certos grupos sociais (particularmente industriais e incorporadores imobiliários) fazendo pender a balança da apropriação desigual dos recursos do espaço nitidamente para o lado dos economicamente poderosos.<sup>31</sup>*

É importante destacar do modo como o Plano de Melhoramentos Urbanos é abordado pela bibliografia, primeiramente, o aspecto que diz respeito às circunstâncias políticas nas quais se pautaram os debates propriamente urbanísticos. Quanto a isso, destacam-se as avaliações das correlações de força política entre as partes atuantes e os aspectos de formação e concepção técnica específica ao campo do urbanismo em circulação

---

<sup>29</sup> “Homem privado” no sentido de Walter Benjamin sobre a ascensão da burguesia parisiense. Cf. BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte; São Paulo. UFMG; Imprensa Oficial do Estado, 2007. p. 45

<sup>30</sup>Cf. RODRIGUES, op. cit. p. 15-16

<sup>31</sup> Idem. p. 17

entre os principais envolvidos no debate. Alguns autores se detêm também na exposição dos termos a partir dos quais foram formulados por Prestes Maia os critérios para remodelação do centro da cidade, e principalmente quanto ao alargamento das avenidas Campos Salles, Francisco Glicério, e as intervenções na Praça Visconde de Indaiatuba (Largo do Rosário). Outro aspecto é a expansão do perímetro para além do núcleo original com a construção de novos arruamentos, com destaque para o surgimento de bairros populares relacionados ao crescimento da industrialização, já a partir de meados da década de 1940 em diante. Quanto a este ponto estão fortemente presentes nas análises consultadas os referenciais da história econômica, tendo em vista perspectivas em nível nacional, a partir do qual se definem tendências explicativas para o crescimento das grandes cidades brasileiras, dentre as quais Campinas se inclui com suas especificidades. Este viés, ao considerar a centralidade do crescimento da industrialização, coloca o problema da formação e concentração da população operária na cidade, o que suscita, do ponto de vista da história social, a questão das convivências entre classes no espaço urbano e, mais diretamente, as forças atuantes nos processos de segregação social no espaço pelas lógicas de organização urbanística e econômica do território.

Como antecedentes que conduzem à proposição do plano, representada de forma definitiva pela contratação de Prestes Maia, aparecem os debates na Câmara Municipal de Campinas em 1929, que levaram primeiro à solicitação dos trabalhos de Anhaia Mello, sobretudo graças à articulação ensejada pelo vereador Waldemar Belfort de Mattos. Antônio da Costa Santos talvez seja o autor que mais detalhes reuniu a respeito dessa “etapa”, destacando as circunstâncias particulares da gestão de Orosimbo Maia. A narrativa explicativa de Santos se organiza em torno da perspectiva da ascensão de Getúlio Vargas como acontecimento desencadeador de forças transformadoras no sentido da desarticulação de um cenário político e econômico no qual os rumos do desenvolvimento da cidade estavam sujeitos ao arbítrio dos poderes regionais. O autor reitera, nesse argumento, a ideia da ascensão de uma burocracia estatal como nova classe capaz de tensionar o estado consolidado de coisas que os representantes da velha ordem cafeeira se

esforçavam por fazer ainda vigorar.<sup>32</sup> De fato, as circunstâncias colocadas pelo projeto varguista aparecem como fator decisivo para sucessivas interrupções nos debates sobre o urbanismo e ainda mais para que as medidas formuladas fossem postas em prática. Deste modo, no estudo realizado por Antônio da Costa Santos, as concepções iniciais de Anhaia Mello dão lugar às propostas de Carlos William Stevenson e, em seguida às de Francisco Prestes Maia.

Os autores que abordam este âmbito da história política da cidade destacam alguns elementos presentes no pensamento de cada um dos três urbanistas, o que permite notar o modo como estavam presentes no debate, termos próprios ao ideário do urbanismo moderno.<sup>33</sup> Sem entrar em detalhes, estão em destaque o modo como é recorrentemente citado o urbanismo americano e, ao mesmo tempo, a ideia de ordenação técnico-científica do espaço, capaz de alcançar uma racionalização do movimento da totalidade da cidade, além do mais comprometida com um ideal de articulação entre sociedade civil e exercício do poder público.<sup>34</sup> Nesse ponto, já na pesquisa de Antônio da Costa Santos, fica indicada a penetração de elementos da nova elite nas instâncias responsáveis por deliberações de utilidade pública, uma vez que os urbanistas veem como representantes das aspirações coletivas as comissões formadas para o plano da cidade, sempre em conjunto com organizações como a Associação dos Amigos da Cidade e outras.

Contratado Prestes Maia, após o discurso de Carlos Williams Stevenson no Rotary Club – fato recorrentemente mencionado, mas sobre o qual pouco se desenvolve no que diz respeito a seus significados no campo ideológico – as análises concentram-se destacadamente no relatório de 1935 das realizações da prefeitura de Campinas, em que está anexo o “Rascunho de exposição preliminar” do urbanista. Ricardo Badaró, Daisy Ribeiro e Silvia Zakia, em determinado momento de seus estudos, expõem ponto a ponto as propostas de Prestes Maia. Variam as ênfases, mas apenas ligeiramente. Badaró e Daisy Ribeiro estão preocupados com o modo como a delimitação da perimetral externa

---

<sup>32</sup> SANTOS, op. cit. p. 237-252

<sup>33</sup> SANTOS, op. cit. p. 254-257; ZAKIA, Silvia, op. cit. p. 33-37; MILANEZI, Siomara Barbosa Stroppa de Lima. As áreas verdes no plano de melhoramentos urbanos de Campinas. In: VIII Seminário da história da Cidade e do Urbanismo, 2004, Niterói. Anais - VIII SHCU, 2004.; BADARÓ, op. cit. p. 38-39

<sup>34</sup> Na concepção de Anhaia Mello, mas fortemente também na de Prestes Maia. Cf. idem. 257



influenciará na formação dos novos bairros. Silvia Zakia destaca as implicações da noção de modernidade que perpassa o plano, quanto ao aspecto físico da cidade, no que diz respeito a um novo padrão de vias e espaço público, como também da ocupação dos lotes; a questão das avenidas centrais (Francisco Glicério e Campos Salles) e do Largo do Rosário aparecem recorrentemente tanto no texto de Badaró como no de Zakia. Já para Daisy Ribeiro, a discussão principal aborda o problema da habitação popular, tendendo a concentrar as atenções na expansão para além do perímetro antigo.<sup>35</sup>

Mas são as propostas para o centro da cidade as que mais suscitam, na bibliografia, reflexões sobre modernidade pelo fato de colocarem nas dimensões de Campinas o problema das demolições – destacadamente a da Igreja do Rosário – assim como dos discursos em torno do valor simbólico das avenidas amplas. É também esta questão, principalmente, que permite encontrar referenciais teóricos urbanísticos estrangeiros, ou mesmo experiências urbanísticas realizadas em outras cidades brasileiras, e o modo como este repertório pode ter definido algumas das medidas sugeridas ao caso campineiro. A exposição ponto a ponto das propostas de Prestes Maia, no entanto, por Badró, Zakia e Ribeiro, permitiu poucas conclusões ou contribuições ao entendimento para além daquele que se pode ter ao ler diretamente as fontes. Essa exposição preliminar de Prestes Maia, como será afirmado na presente pesquisa, apresenta alguns indícios valiosos, sobretudo se analisada em diálogo com outros registros específicos relacionados às expectativas da elite campineira envolvida nos debates sobre o urbanismo.

Por fim, também a partir da exposição preliminar presente no Relatório de 1935, mas não só, são consideradas questões sobre ocupação do território do ponto de vista da reprodução do capital. Sobre este aspecto, a bibliografia destaca a expansão do perímetro como fonte de ganhos provenientes da grande especulação imobiliária que encontrava condições para desenvolver-se à medida que se davam os desmembramentos das antigas fazendas ao redor do perímetro e a construção de novos arruamentos.

Antônio da Costa Santos abordou a questão a partir de um caso particular, pelo qual é possível entrever algumas das relações de força e interesses que pautaram os desdobramentos do Plano de Melhoramentos Urbanos. Ao analisar o loteamento da chácara

---

<sup>35</sup> BADARÓ, op. cit. p. 52-110; RIBEIRO, op. cit. p. 60-61; ZAKIA, op. cit. p. 70-78

Proença, cujo processo iniciou-se em 1940, o autor encontrou as posições decisivas ocupadas por um dos herdeiros beneficiados, o Dr. Arlindo Joaquim de Lemos Junior. Este médico descendente de uma família de importantes proprietários de terra, contava também com possibilidades de inserção na vida política da cidade, chegando a vereador e presidente da câmara, o que sem dúvida o permitiu atuar de modo a favorecer a execução de seus interesses de forma mais direta, por exemplo, solicitando, em 1948, com a formação da nova Câmara democraticamente eleita após a queda do Estado Novo, a aprovação dos loteamentos do Jardim Proença Continuação e Vila Lemos.<sup>36</sup> Com essa perspectiva e em forte diálogo com as conclusões de Ricardo Badaró<sup>37</sup>, Santos colocou em destaque a tendência ao investimento em empreendimentos urbanos, no qual estavam em consonância os interesses de reprodução do capital, o comprometimento de uma “hegemonia política” exercida sobretudo pela classe dos engenheiros com os investidores imobiliários, e a apropriação política do aparelho de Estado municipal, de modo a que fossem viabilizadas alterações legais e reordenações nas conduções institucionais da urbanização como também na estrutura funcional do poder público, assim que fossem oportunas. Essa discussão a partir de um caso específico, sobre os desdobramentos e alterações no Plano de Melhoramentos aprovado pelo ato nº 118 de 1938 conforme se aproximava a década de 1950, o autor insere no panorama político da redemocratização após a deposição de Getúlio Vargas. Nesse sentido, a ênfase, nessa análise, recai sobre as disputas pelo poder na composição de divergências ou alinhamentos partidários entre os níveis federal, estadual e municipal.

De um ponto de vista mais alinhado às perspectivas da história econômica, Ulysses Semeghini, em um estudo que aparece como referência recorrente nas teses de Daisy Ribeiro e Fabíola Rodrigues, propõe que o período entre 1930 e 1947 seja entendido como etapa de maturidade do capital imobiliário que criou as condições para o surgimento de um novo padrão de crescimento urbano que passaria a vigorar na etapa seguinte. Para o autor merecem destaque nesse período um processo de adensamento decorrente do aumento da população que, em um primeiro momento não foi acompanhado pela expansão do

---

<sup>36</sup> Cf. SANTOS, op. cit. p. 303

<sup>37</sup> Sobretudo quanto à posição do poder público em relação à ampliação da especulação imobiliária. Cf. BADARÓ, op.cit. P. 115-124

perímetro. Os bairros operários surgidos ao longo das ferrovias, e próximos às áreas industriais acompanharam, de acordo com Semeghini, o crescimento industrial que se observa entre 1926 e 1930, quando a Vila Industrial já não podia mais comportar toda a população operária.<sup>38</sup>

O grande surto imobiliário, Semeghini situa entre as décadas de 1950 e 1960, a partir de um entendimento em boa parte baseado numa analogia da visão de Richard Morse sobre São Paulo nos anos 1930. São alinhados na explicação o aumento da taxa de imigração demandada pela industrialização, a inauguração da Via Anhanguera (1948), a conjuntura favorável das lavouras de algodão e cana e ainda o aumento da instalação e indústrias.<sup>39</sup> Mais um elemento importante presente nessa análise é o entendimento conjunto da verticalização do centro e da inclusão de terras distantes ao perímetro como empreendimentos de um mesmo projeto de instalação do novo padrão de crescimento. Importante destacar a presença do poder público sempre comprometido com a ampliação dos ganhos imobiliários, uma vez que facilitavam a criação de condições legais para o investimento na infraestrutura da região central, como também para a ampliação dos lucros especulativos, notadamente pela criação de vazios na malha urbana configurados pela sistemática incorporação de terras distantes ao perímetro.

Semeghini conclui suas considerações argumentando que este novo padrão de crescimento colocado a partir da década de 1950 constituiu uma dicotomia entre uma região caracterizada pelos arranha-céus e as áreas periféricas. A partir desse argumento o autor afirma a existência de um processo de segregação social na construção do espaço, o qual classifica como típico a todas as grandes cidades brasileiras no período. As contribuições de Semeghini repercutiram muito sobre as conclusões principais de Fabíola Rodrigues sobre o período. A autora explicita a coincidência entre as concepções urbanísticas de Prestes Maia e os interesses das elites campineiras – ao menos no que diz respeito à classe trabalhadora – uma vez que contribui para a expulsão dos pobres do centro, ao mesmo tempo que facilita seu recrutamento como força de trabalho, dada a

---

<sup>38</sup> Cf. SEMEGHINI, *Do café à indústria*. Campinas, Ed. Unicamp, 1991. p. 122-124

<sup>39</sup> Idem. p. 126

proximidade entre os bairros operários e as zonas industriais.<sup>40</sup> Em seguida, a autora conclui com um argumento que mantém o tom crítico, ao mesmo tempo que alerta contra uma análise reducionista: “contrariamente ao que poderia aparecer numa análise mais superficial, a ‘crise urbana’ vivenciada pelo município nas décadas seguintes, não é exatamente produto da ‘falta’ de planejamento, mas sim consequência de um modelo altamente excludente, [...]”<sup>41</sup>.

## DIVISÃO DE TEMAS E METODOLOGIA

No primeiro capítulo foram analisados um processo de desapropriação, algumas revistas do Centro de Ciências Letras e Artes e recortes de jornal nos quais há notas biográficas e outros tipos de notícia em que estão envolvidos os personagens principais dessa pesquisa. O processo de desapropriação é uma fonte interessante para acessar os termos jurídicos e os discursos morais que os acompanham, de modo a permitir uma primeira impressão acerca dos modos de atuação e das posições tomadas pelos indivíduos envolvidos nas medidas implicadas na concretização da remodelação da cidade. As revistas do Centro de Ciências, são importantes para introduzir a discussão acerca de referenciais que orientam a visão de mundo predominantemente compartilhada dentro da fração da elite aqui estudada, dada a relevância dessa instituição como ponto de encontro e produção tradicional de ideias que incidiam diretamente sobre a cidade e sua vida pública. Quanto às notas biográficas, a partir delas pretendeu-se empreender o esforço de traçar os perfis morais dos personagens estudados a partir dos termos nos quais são descritas e qualificadas suas trajetórias de vida. Essas fontes são tratadas como memórias, de modo que em muitos casos elas foram produzidas muitos anos após 1956, o limite temporal dessa pesquisa. Isso significa que sua validade como testemunho histórico parte de uma perspectiva metodológica a partir da qual se entende que naquilo que é dito sobre o que aconteceu há fragmentos que remetem ao sentido histórico do fenômeno que se pretende conhecer pelo contato com aquilo que se diz sobre ele. No caso desse tipo de fonte, especialmente, é

---

<sup>40</sup> Cf. RIBEIRO, op. cit. P. 97

<sup>41</sup> Idem. p. 97-98

preciso realizar o esforço de perceber que as formalidades e padrões estilísticos próprios a notas elogiosas dizem, justamente pelas constantes recorrências algo, não sobre quem de fato foi certo personagem ilustre, mas o que ele representou, de que modo se esforçou para a construção de uma imagem pública e para o modo como gostaria que ela repercutisse na posteridade.

O capítulo dois se distancia em alguns momentos dos personagens principais, no entanto, na intenção de fazer ver mais diretamente alguns aspectos do cotidiano no qual estavam inseridos, para com isso acrescentar ao entendimento de suas atitudes os condicionantes da vida material. Foram analisados principalmente os números publicados pela revista de variedades Palmeiras, nos quais foi possível encontrar registros sobre ocasiões da vida na cidade, cuja narrativa invariavelmente transparece os modos de ver e avaliar que acompanham as situações mais corriqueiras de lazer, consumo e encontros acontecidos na rua. A revista Palmeiras traz também anúncios de casas comerciais, a partir dos quais foi possível introduzir uma discussão sobre o papel da distinção na vida social. Sobre o conceito de distinção e o modo como se pode aplicá-lo aos registros consultados, foi possível abordá-lo pela análise de algumas fotografias de interiores das residências de um dos personagens dessa pesquisa e de outros homens de sua classe, das instalações de um reconhecido clube da cidade, como também de descrições de ambientes dessa natureza.

Por fim, o terceiro capítulo pretende realizar as conexões propostas entre os elementos analisados ao longo da dissertação, pela exposição de algumas das concepções urbanísticas de Francisco Prestes Maia, com a intenção de evidenciar os pontos de convergência e divergência entre elas e as expectativas sustentadas pela elite em relação ao plano de urbanismo. Em seguida, enfatizou-se a reflexão a respeito da segregação social no espaço, identificando-se nos documentos os registros sobre construção de vilas operárias e suas implicações no que diz respeito às distâncias e aos deslocamentos que a vida na cidade passou a exigir. Essa abordagem foi possível pela análise dos relatórios da prefeitura nos quais há a exposição preliminar de Prestes Maia e as divulgações a respeito da expansão da cidade. Acompanha essa discussão a análise de artigos da época a respeito da elite, em que ficam colocados alguns termos que revelam o modo como se intermediavam as relações entre as classes.



## CAPÍTULO I: MORAL E IMAGEM PÚBLICA

### 1.1 INTERESSES PARTICULARES E AS PRETENSÕES DO ESTADO

No dia 15 de Junho de 1937, a Prefeitura Municipal de Campinas abriu processo de desapropriação contra o Dr. Paulo de Almeida Nogueira e sua mulher, proprietários de imóveis localizados nas ruas José Paulino, número 1118 e Campos Salles, números 787 e 783.<sup>42</sup> Fazia parte do plano de urbanismo concebido pelo engenheiro Francisco Prestes Maia que fossem derrubados os prédios instalados naquele local, o Largo do Rosário, para a construção do edifício do Fórum.

Prestes Maia projetou entre 1934 e 1937 um conjunto de medidas para a remodelação da cidade, de acordo com as perspectivas de crescimento existentes naquele momento, bem como observando aspectos estéticos. Nesse sentido, é que está colocado no Relatório Municipal de 1935, que “Os edifícios públicos não devem ser tratados como prédios particulares, alinhados à margem das ruas. Eles devem sempre que possível ocupar pontos focais, eixos, praças, pontos dominantes”<sup>43</sup>. De acordo com essas considerações, o Largo do Rosário, lugar destinado à construção do edifício do Fórum, ocupa uma localização de destaque no centro da cidade. Prestes Maia previa também que este edifício público seria adequado para que a praça assumisse um papel de centro cívico, sobretudo assim que fosse demolida a igreja que lhe dava o nome (Igreja do Rosário), permitindo que quem passasse pela Avenida Francisco Glicério, uma das vias centrais do projeto, pudesse observar, ao fundo da praça, a arquitetura imponente do Fórum.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> Processo de Desapropriação n° 9319, 1° of., 1937, fl.2. Centro de Memória da Unicamp.

<sup>43</sup> Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1935, Campinas, Typografia da Casa Genoud, 1938, p. 102. Arquivo Municipal de Campinas

<sup>44</sup> Na verdade o largo da Igreja do Rosário, oficialmente, chama-se Praça Visconde de Indaiatuba. A demolição da Igreja do Rosário, que aconteceu apenas em 1956, já era sugerida por Prestes Maia desde 1935. Para o engenheiro essa Igreja não representava “Valor artístico especial nenhum, arquitetonicamente, uma banalidade, pelo menos externamente.” Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1935 [...] p. 112

Imagem 1 – Largo do Rosário, década de 1950



Fonte: Dezan (2007, p. 50).

Nota: Este postal retrata o Largo do Rosário já na segunda metade da década de 1950, quando pode-se ver, em primeiro plano, o monumento a Campos Sales, antes de ser deslocado para a avenida que tem seu nome; do outro lado da Avenida Francisco Glicério, a Igreja do Rosário, que brevemente seria demolida e, atrás dela, recém construído, o edifício do Fórum.



Imagem 2 – Igreja do Rosário, década de 1950



Fonte: Dezan (2007, p. 59).

Nota: Por este ângulo percebe-se o quanto estava fora do alinhamento a Igreja do Rosário.

O Dr. Paulo de Almeida Nogueira, “brasileiro, maior, casado, proprietário e industrial, domiciliado na Capital”, constituiu como seu procurador o advogado Edmundo Barreto, para defendê-lo no processo de desapropriação de seus prédios.<sup>45</sup> A partir do Decreto Municipal nº 83 de 1934,<sup>46</sup> ficou estabelecido pelo projeto de urbanismo, que as desapropriações necessárias para a realização dos melhoramentos tivessem caráter de utilidade pública, de modo que deveriam ser tratadas como indispensáveis para os interesses da coletividade. Desde a primeira leitura desse processo o Dr. Edmundo Barreto apareceu como um personagem interessante pelo modo como articulou para a defesa de seu cliente, uma argumentação envolvendo a questão do direito de propriedade em relação ao interesse público.

Edmundo Barreto foi membro da Comissão de Urbanismo de 1935, da Comissão de Melhoramentos Urbanos de 1938. Foi membro da Academia Campinense de

---

<sup>45</sup> Processo de Desapropriação nº 9319, 1º of, 1937, fl.15. Centro de Memória da Unicamp.

<sup>46</sup> Processo de Desapropriação nº 3931, 4º of., 1938, v. 27. Centro de Memória da Unicamp.

Letras e redator da Sucursal de Campinas do jornal *O Estado de São Paulo* por 49 anos. Também foi presidente do Conselho Deliberativo da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, dirigente da seção local do MMDC e fez parte por vários anos da diretoria do Clube dos Advogados de Campinas.<sup>47</sup> No decorrer da pesquisa o nome desse advogado voltou a aparecer recorrentemente. Este fato da leitura dos documentos produziu, somado a outras questões, um início para o problema central dessa pesquisa, quanto à atuação sistemática de homens de determinada fração da elite em diversas instâncias da vida pública.

A Comissão de Urbanismo de 1935 era formada por membros representantes de setores influentes da sociedade campineira e tinha o papel de trabalhar em conjunto com Prestes Maia, contribuindo com a execução do plano e “levando à equipe técnica as condições e aspirações gerais da comunidade”.<sup>48</sup> Edmundo Barreto era advogado, mas, na comissão, representava a imprensa de São Paulo. Também estavam representados os advogados, os médicos, os engenheiros arquitetos, os engenheiros civis, o comércio e a indústria, a agricultura, a imprensa local, a Sociedade dos Amigos da Cidade, a Delegacia de Saúde, a Cia. Paulista, a Cia. Mogiana, a Companhia Campineira de Tração, Luz e Força, a Companhia Telefônica e os proprietários de imóveis<sup>49</sup>. São setores técnicos e estratégicos, mas são, sobretudo, setores de poder encarregados de opinar sobre os critérios da remodelação urbanística.

Em 1936, a Comissão de Urbanismo deu lugar à Comissão de Melhoramentos Urbanos<sup>50</sup>, na qual Edmundo Barreto estava novamente presente, desta vez designado apenas como “cidadão”, sem representar explicitamente nenhuma categoria profissional ou social. Com ele permaneceram apenas três dos outros quatorze membros da primeira

---

<sup>47</sup> Cf. Edmundo Barreto, *O Estado de São Paulo*, 14 de Fevereiro, 1980. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.; Sobre o Clube dos Advogados, Cf. Monografia Histórica do Município de Campinas, Rio de Janeiro, Serviço gráfico do instituto brasileiro de geografia e estatística, 1952, p. 354-355

<sup>48</sup> Cf. BADARÓ, op. cit. p. 55

<sup>49</sup> BADARÓ, op. cit. p. 54

<sup>50</sup> Já estava previsto que no momento em que fosse restabelecida a Câmara Municipal – dissolvida com a Revolução de 1930 – seriam encerradas as atividades da Comissão de Urbanismo formada em 1935. Isso aconteceu em 24 de Julho de 1936. Cf. SANTOS, Antônio da Costa. op. cit., p. 290

comissão. Faziam parte da Comissão de Melhoramentos Urbanos<sup>51</sup>, vigente a partir de 1938, além do prefeito e dos diretores DOV e da DAE<sup>52</sup>, dois vereadores escolhidos pela Câmara e cidadãos “de notória competência e idoneidade”,<sup>53</sup> nomeados pelo prefeito. Sobre este aspecto, Ricardo Badaró assinala o “caráter hegemônico e paternalista das elites dominantes, que associadas à classe média urbana colocavam-se como representantes da sociedade como um todo”<sup>54</sup>.

A prefeitura ofereceu a Paulo de Almeida Nogueira, pela desapropriação de seus edifícios, como indenização o valor de 117:675\$000, o qual foi considerado injusto pelo expropriado, que, por sua vez reivindicou como contraproposta o valor de 276:000\$000.<sup>55</sup> Edmundo Barreto, apesar de ser membro da Comissão de Melhoramentos Urbanos, desenvolveu em sua argumentação de defesa, duras críticas à forma como a prefeitura municipal conduziu a desapropriação por utilidade pública. Coloca-se, portanto, uma situação na qual as partes envolvidas atuavam em meio a contradições que evidenciam o modo fragmentado como estavam configuradas as relações de força articuladas naquele contexto.

O sentido geral da defesa acusa a prefeitura de agir com oportunismo, de tendenciosamente lançar mão de tudo o que estivesse ao seu alcance para pagar as menores indenizações possíveis, ainda que com isso, destaca o advogado, fosse ferido o direito de propriedade. Para Edmundo Barreto, a partir do momento em que foi anunciada a desapropriação da quadra, dois anos antes, os edifícios instalados naquela importante área comercial, passaram por uma progressiva desvalorização, uma vez que “a ameaça de uma próxima desapropriação veio afastando dali os bons locatários”<sup>56</sup>. Em seguida o advogado demonstra seu embasamento na história, defendendo a “inviolabilidade da propriedade”

---

<sup>51</sup> A Comissão de Melhoramentos Urbanos foi criada por uma lei municipal em 1936 e eliminada no ano seguinte, em decorrência da dissolução da Câmara Municipal pelo Estado Novo. Em 1938 foi recomposta pelo Ato nº 115. Que a Comissão de Urbanismo tenha passado a chamar-se Comissão de Melhoramentos Urbanos, é resultado da redução das pretensões de Preste Maia ao longo de suas reuniões com a Comissão. Aconteceu que um plano de urbanismo que visava abranger todos os aspectos da vida da cidade, converteu-se em um conjunto mais modesto, de melhoramentos, de medidas pontuais. Cf. BADARÓ op. cit. p.51-53

<sup>52</sup> Diretoria de Obras e Viação e Diretoria de Águas e Esgotos

<sup>53</sup> BADARÓ op. cit p. 53

<sup>54</sup> Idem.

<sup>55</sup> Processo de Desapropriação nº 9319, 1º of., 1937 fl. 51. Centro de Memória da Unicamp.

<sup>56</sup> Idem. f. 55

como princípio respeitado (“a não ser na Rússia atual...”), desde a Revolução Francesa, citando em francês, como prova de erudição, a lei de 14 de Setembro de 1791: “La propriété est inviolable e sacrée; nul ne peut être privé si ce n’est lorsque la nécessité publique, legalment constatée, exige evidemment, et sous la condition dune JUSTE E PRÉLABLE indemnité.”<sup>57</sup>.

A acusação contra a prefeitura segue alegando que seu procedimento fere princípios constitucionais. Edmundo Barreto refere-se a uma “famigerada lei federal 1021 de 26 de Agosto de 1903”, a qual considera, para estabelecer a quantia da indenização, apenas o “valor locativo” do imóvel, excluindo o valor da construção, do terreno e de eventuais outras circunstâncias envolvidas. O tom de Edmundo Barreto continua agressivo, classificando como furto<sup>58</sup> a desapropriação feita nesses parâmetros que definem em muitos casos uma indenização muito menor que o “valor justo”, já que não pode ser inferior a dez vezes o “valor locativo” nem superior a quinze vezes este mesmo valor.

No entanto, chega o momento em que a essa agressividade contra a arbitrariedade do poder público e à defesa incondicional da propriedade, acrescenta-se uma relativização muito oportuna da lei de Agosto de 1903:

*Essa lei federal de 1903 e seu regulamento foram elaborados essencialmente para facilitar e abreviar a abertura e as obras da avenida Central da Capital Federal [Rio de Janeiro]. Tratava-se de desapropriar muitos prédios da cidade velha com a menor despesa possível.*<sup>59</sup>

Sabe-se o quanto foi conturbada, do ponto de vista social, a Reforma Urbana do Rio de Janeiro<sup>60</sup>, no que diz respeito às expropriações forçadas e destruição de cortiços.

---

<sup>57</sup> Idem. f. 56 [“A propriedade é inviolável e sagrada; ninguém pode ser dela privado a não ser quando a necessidade pública, legalmente estabelecida, exige claramente, e sob a condição de uma JUSTA E PRÉVIA, indenização.”]

<sup>58</sup> Coloca um exemplo baseado em casos de São Paulo: “Entretanto, aplicada aquela regra da lei federal, o desapropriante pagaria no máximo 15 vezes o valor locativo de 9:600\$000 anuais, ou o total de 144:000\$000! Seria um furto de 56:000\$000!” idem. f. 58

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Sidney Chalhoub, em diálogo com Nicolau Sevcenko, aponta as reformas urbanísticas da Capital, no início do século XX, como desdobramento da entrada do Brasil na divisão internacional do trabalho a partir da década de 1870. Para o autor, a ideia de progresso concebida pela burguesia carioca tinha como objetivo “realizar a civilização europeia nos trópicos.” Este projeto foi posto em prática pelas elites de forma agressiva e baseada na convicção de sua naturalidade e inevitabilidade, marginalizando todos os traços do tipo

Que justamente neste caso Edmundo Barreto tenha, sobre a aplicação da mesma lei, uma avaliação oposta a que teve em relação a seu abastado cliente campineiro, sugere o papel por ele desempenhado junto às classes proprietárias.

Edmundo Barreto declara nessa observação sobre o Rio de Janeiro, que seu testemunho é pessoal, devido ao fato de ter sido membro da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados naquela época, colaborando para o projeto de lei no qual se pautou a Reforma. O advogado manifesta, ainda, admiração pelo prefeito Pereira Passos, ao considerar que, de fato, a lei de Agosto de 1903 já era inconstitucional mesmo naquele período, mas não foi nunca aplicada rigorosamente “porque o gênio e o espírito justo do grande prefeito Eng<sup>o</sup> Passos, aliado à boa vontade e desprendimento dos proprietários (que afinal seriam beneficiados com as obras), chegaram sempre a acordos nos preços da indenização”<sup>61</sup>. O entendimento de que a lei, mesmo inconstitucional, pode ter sua utilidade reconhecida, dependendo da situação, e que, de todo modo, se for aplicada partindo de boas disposições dos particulares envolvidos – o “gênio e o espírito justo” de Pereira Passos e a “boa vontade” dos proprietários –, parece indicar uma inclinação para o entendimento de que assuntos públicos podem ser bem resolvidos pelo bom senso dos sujeitos particulares. No caso de Campinas a aplicação da lei pelo poder municipal é vista por Edmundo Barreto da seguinte maneira: “Querer reviver ao pé da letra aquela regra de 1903, passados 34 anos, e após a Constituição vigente, que expressamente manda pagar o justo preço, é disparate, senão comunismo oficial!”<sup>62</sup>.

Após ter mencionado de passagem que, universalmente, as desapropriações são feitas de acordo com o que ficou estabelecido desde a Revolução Francesa, “exceto na Rússia atual”, a acusação de “comunismo oficial” dirigida à prefeitura pode ser entendida como indício de um posicionamento político marcadamente crítico no que diz respeito aos limites do poder do Estado, que por vezes parece atravancar interesses legítimos dos cidadãos. Esse posicionamento constitui-se a partir de marcos históricos emblemáticos, a

---

de vida dos populares, que resistiram como puderam. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*, Campinas, Editora Unicamp, 2008, 2<sup>a</sup> ed. p. 251-253

<sup>61</sup> Centro de Memória da Unicamp. Processo de Desapropriação n° 9319, 1° of., 1937 fl. 58

<sup>62</sup> Idem. p. 59

Revolução Francesa e a Russa, entendidos como diametralmente opostos e associados respectivamente aos pares liberdade/direito e opressão/despotismo.

Já ao final de sua defesa, o advogado coloca claramente a oposição entre o povo campineiro e o poder público, e reforça que seu cliente, desde o início, sempre teve “espírito conciliador”, mas em momento algum foi levado em conta pela prefeitura:

*O expropriado, com isso, revela o seu intenso desejo de ver rapidamente levado avante o projeto de construção do Palácio da Justiça de Campinas. É essa uma antiga aspiração do povo campineiro, que unicamente tem encontrado obstáculo na obstinação da Prefeitura em negar-se a pagar pelos terrenos que precisa desapropriar o preço que realmente valem.*<sup>63</sup>

Estabelecido o impasse entre a proposta da prefeitura e a contraproposta do expropriado, cabia a três arbitradores, baseados em critérios técnicos, estabelecerem o valor justo. Definiu-se, assim, pelos peritos Augusto Moraes Carvalho, Luiz de Campos Salles e Humberto Soares de Camargo<sup>64</sup>, que avaliaram em 157:332\$000 os prédios de Paulo de Almeida Nogueira, valor que a Prefeitura não aceitou, insistindo, segundo Edmundo Barreto, em fazer valer a já citada lei de Agosto de 1903. O jogo de poderes torna-se ainda mais complexo quando é feita a acusação de que também por culpa da prefeitura, nem mesmo os peritos puderam estabelecer o valor considerado justo pelo expropriado. Este arbitramento funciona do seguinte modo: tanto o expropriante como o expropriado apresentam “quesitos” aos peritos, em que são colocados os critérios pelos quais deverá ser definido o valor da indenização. Para Edmundo Barreto “o quesito apresentado pela prefeitura foi francamente capcioso”<sup>65</sup>. O advogado argumenta que os termos articulados pela expropriante, intencionalmente, direcionaram a forma como os peritos avaliaram os prédios do Dr. Paulo de Almeida Nogueira, uma vez que o quesito se inicia com referência

---

<sup>63</sup> Idem. f. 64

<sup>64</sup> Humberto Soares de Camargo era engenheiro e teve ligações com o CCLA, participando das comemorações do centenário de Carlos Gomes em 1936, na sub-comissão de recepção e hospedagem. Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes – ano XXII, Campinas, Tipografia Casa Genoud, 1936. Teve também envolvimento com filantropia, sendo presidente do Conselho Deliberativo da Associação Beneficente Nossa Senhora das Dores (fundada em 30 de Junho de 1942). Ver *Monografia histórica do município de Campinas*, [...] p. 49

<sup>65</sup> Centro de Memória da Unicamp. Processo de Desapropriação n° 9319, 1° of., 1937, fl. 54

aos parâmetros de desapropriação considerados na lei de Agosto de 1903.<sup>66</sup> Em seu modo de ver, a prefeitura negou-se a pedir aos arbitradores que, simplesmente, “avaliassem os imóveis que iriam ser desapropriados” e, em vez disso apresentou “um quesito complexo, cheio de citações legais”. O problema para Edmundo Barreto, que acrescenta traços decisivos para que se possa entender suas convicções, é que a lei, nesse caso, aparece como um elemento externo, sem nenhuma relação legítima com a questão: “Sem de ver que lei nenhuma poderá reduzir o valor seja lá do que for”<sup>67</sup>, “como se o valor da coisa pudesse assim ser limitado ao invés de obedecer à lei econômica da oferta e da procura”<sup>68</sup>. Parece estar muito claro para ele, como princípio geral (uma vez que se refere ao “valor da coisa”) que orienta seu juízo sobre este caso de desapropriação, a noção de que as questões de compra e venda – como é, de modo especial<sup>69</sup>, o caso da desapropriação – deve ter como referencial de valor, exclusivamente o que o mercado determina.

Por fim, é colocado o problema dos honorários a serem pagos ao advogado, que Paulo de Almeida Nogueira, ao ter seus prédios desapropriados, viu-se obrigado a contratar para defendê-lo. Deste modo cabia à prefeitura arcar com este custo, segundo Edmundo Barreto, baseado na “jurisprudência dos nossos tribunais”, no valor de 20% da diferença obtida pelo expropriado por sua contraproposta sobre a indenização primeiramente oferecida pela expropriante. Acrescentava ao argumento, que os honorários deveriam corresponder a esses 20% e não a 10%, como queria a prefeitura, porque, para o advogado, a quantidade de trabalho que teve e a dificuldade para resolver as questões nele implicadas, deveram-se justamente aos entraves colocados pela relutância do poder municipal em entrar em acordo com seu cliente de um modo razoável.<sup>70</sup> Após todos estes exercícios de retórica, o processo encerra-se abruptamente. A prefeitura foi condenada a pagar os 157:332\$000 determinado pela avaliação dos peritos, mais 3:965\$700, 10% da diferença entre a oferta da prefeitura e a indenização final, como honorários pagos ao advogado.

---

<sup>66</sup> Idem. fl. 20

<sup>67</sup> Idem. fl. 54

<sup>68</sup> Idem fl. 63

<sup>69</sup> De acordo com o próprio Dr. Edmundo Barreto, “Sempre assim foi e deve ser porque a desapropriação é uma compra e venda forçada, [...]” idem. fl.55

<sup>70</sup> Cf. idem fls. 62-63

Com isso, a prefeitura não pagou tão pouco quanto gostaria, mas Paulo de Almeida Nogueira não recebeu o valor que seu advogado considerava justo: 276:000\$000, valor da contraproposta. Quanto aos honorários do Dr. Edmundo Barreto, suas justificativas não foram aceitas. A prefeitura, por sua vez, dispunha-se a pagar no máximo 10%, baseada também numa jurisprudência do Tribunal, que enunciava que em casos de desapropriação “Não devem ser incluídos os honorários do advogado nas indenizações devidas aos expropriados, por ser a desapropriação uma necessidade de ordem pública”<sup>71</sup>. Novamente aparece um conflito entre os interesses públicos e as questões particulares em relação às quais eles se colocam.

## 1.2 VALORES MORAIS E EMPREENDEDORISMO

Nos registros do processo contra Paulo de Almeida Nogueira, no momento em que são apresentados os arbitradores<sup>72</sup>, aparece entre os indicados não selecionados da parte da prefeitura o engenheiro Lix da Cunha<sup>73</sup>. Sobre este personagem, que durante toda a vida esteve envolvido em diversos tipos de atividade, é importante destacar, primeiramente, sua formação internacional, tanto no que diz respeito às instituições de ensino pelas quais passou, como pelas corporações em que atuou profissionalmente. Destacam-se o Rose Polytechnic Institute, entre 1914 e 1918, quando se diplomou em Engenharia e Arquitetura, para logo em seguida trabalhar como engenheiro na Nashville & Louisville Railroad até 1919, quando retornou ao Brasil. De volta, prestou seus serviços para o Departamento de Engenharia da Standard Oil Company of Brazil, em São Paulo e no Rio de Janeiro, em seguida transferindo-se para a São Paulo Railway Company, onde atuou durante menos de um ano, para em 1924 abrir sua própria firma, Gouvêa e Cunha. Em Campinas, já no ano de 1936, fundou seu próprio escritório de Engenharia e Arquitetura.<sup>74</sup>

---

<sup>71</sup> Idem. fl. 51

<sup>72</sup> Idem. fl. 10

<sup>73</sup> Em mais que um processo de desapropriação foi possível encontrar Lix da Cunha desempenhando o papel de perito arbitrador. Ver, por exemplo, Processo de Desapropriação nº 4383, 4º of. 1940; idem, Processo de Desapropriação nº 148, 3º of. 1939. Centro de Memória da Unicamp.

<sup>74</sup> Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Uma vida cheia de realizações. *Correio Popular*. 7 de Agosto de 1984



O espírito empreendedor de Lix da Cunha tem por base, além de sua instrução formal, uma ideologia específica que orienta as atitudes que se deve ter para alcançar uma carreira de sucesso. Em sua “mensagem ao jovem empresário”, publicada pelo Jornal da Cidade na ocasião do cinquentenário da Construtora e Pavimentadora Lix da Cunha S.A. (1924-1974), sinteticamente estão colocados os alicerces de sua postura profissional, como modelo aos futuros empreendedores. Segue abaixo a transcrição integral da mensagem:

*A vida é uma luta constante.  
Mas é bela.  
Sempre vence aquele que acredita no sucesso. Aquele  
que tem objetivos definidos e nobres ideais.  
Sempre vence o otimista. Porque ele produz o otimismo,  
que atrai as pessoas e os bons negócios.  
Sempre vence aquele que não esmorece. Aquele que  
trabalha com amor.  
Aquele que ao invés de censurar faz uma  
crítica construtiva  
Em níveis elevados.  
Toda eficiência de um colaborador deve ser reconhecida,  
porque ele produz mais. Gera mais energia.  
Fica satisfeito. E você também fica satisfeito.  
Não enfeixe todos os negócios em suas mãos.  
Nunca tente fazer o seu trabalho sozinho, prescindindo  
de terceiros: utilize sabiamente do trabalho e da colaboração  
do próximo. Saiba delegar. Pague bem.  
Forme equipes.  
Se você for integrante da equipe – preocupe-se com o conjunto.  
Opere e coopere. Faça todos crescerem. As pessoas  
crescem, quando estimuladas. Melhore a imagem do outro.  
Pesquise, estude, aprenda, seja curioso: procure saber  
cada vez mais na sua profissão.  
Seja entusiasta.  
Mantenha-se saudável, cuide do seu corpo: para que ele  
seja um mecanismo perfeito sob o seu controle.  
Procure sempre novas fórmulas – novas ideias –  
elas podem representar a diferença entre o sucesso  
e o fracasso.  
Seja criativo – liberte seu potencial muitas vezes não usado,  
consciente da realidade.  
Não calunie. Não perca tempo com ninharias.  
A vida é curta, não seja mesquinho.  
Ame a sua Pátria.  
Ame a sua família.  
Ame o seu próximo.  
E a vida será sua.<sup>75</sup>*

---

<sup>75</sup> Lix da Cunha, Mensagem ao jovem empresário, Jornal da Cidade, Campinas, 17 de Junho de 1974. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

Trata-se de uma filosofia de bem viver cujo centro é a satisfação que se pode alcançar pelo trabalho. As lições para o sucesso profissional, no entanto, estão misturadas e associadas a atitudes e a posturas de outras naturezas, com que se pretende construir um modelo capaz de satisfazer de forma coerente e harmoniosa diversos aspectos da vida. São disposições internas que fazem vencer: a capacidade de acreditar no sucesso, o otimismo que tem o poder de atrair bons negócios. Essas recomendações que colocam uma boa carreira empresarial como consequência da construção de uma boa personalidade, são reforçadas a partir de uma associação com a disciplina, como valor indispensável e condição para traçar “objetivos bem definidos”. De todo modo, não se trata simplesmente de método, mas de unir aos “objetivos bem definidos”, “nobres ideais”. Esta última noção, por sua vez, não é em si um bem definida. Seu sentido dentro deste discurso se constrói pela imagem geral dos atributos que ao longo do texto todo constituem valores ligados à postura de um empresário de sucesso. Ele não esmorece, ele trabalha com amor, etc.

Após essas palavras iniciais, Lix da Cunha parte para algumas questões práticas, sugerindo a divisão do trabalho gerencial, cujo benefício para o bom empresário está na possibilidade de não concentrar nas próprias mãos todo o trabalho. Duas atitudes principais são sugeridas para fundamentar a qualidade de saber delegar: “utilize-se sabiamente do trabalho e da colaboração do próximo” e “pague bem”. A partir desses traços destaca-se uma preocupação, marcadamente, de um homem que se coloca como empresário moderno, capaz de desvencilhar-se do ranço patriarcal, típico dos antigos administradores, para os quais todas as funções da empresa deveriam estar sob seu controle direto.<sup>76</sup> Mas a recomendação dessas posturas, que podem ser entendidas como evidências de um sistema produtivo dirigido por relações impessoais, não está livre de intenções morais, quando divisão do trabalho tem sentido de cooperação e pagar bem significa retribuir, reconhecer com justiça um bom trabalho. Além do mais esse sistema de atitudes está pautado por uma concepção segundo a qual medidas tomadas de forma acertada resultam automaticamente em bons resultados que, por natureza geram benefícios a todas

---

<sup>76</sup> Edgar Carone aponta as décadas de 1920 e 1930 como período no qual um primeiro ramo empresarial, ainda ligado à uma mentalidade típica do sistema agrário, começou a ser substituído por homens com tendências a uma concepção impessoal de gestão, que iniciaram um “sistema burocrático de mando”. Cf. CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo - Rio de Janeiro, Difel, 1976. 2ª Ed. P. 84

as partes: “Toda eficiência de um colaborador deve ser reconhecida, porque ele produz mais. Gera mais energia.” O resultado do reconhecimento à produtividade de um colaborador eficiente, tratado em termos de “energia”, por analogia, conduz a uma distribuição equivalente das satisfações, na qual “[o colaborador] Fica satisfeito. E você também fica satisfeito.”

Chegando ao final do texto o autor aponta a importância de iniciativas ligadas a uma força de vontade individual que pode ser decisiva para o desenvolvimento de qualidades profissionais. “Pesquise, estude, aprenda, seja curioso: procure saber cada vez mais na sua profissão.” O trecho evoca uma disposição positiva e ao alcance de todos em relação à vida, desde que se disponham a agir de acordo, na verdade, com um conjunto muito simples de preceitos básicos, perfeitamente coerentes e capazes de fazer emergir aquilo que reside no interior: “Seja criativo: liberte seu potencial muitas vezes não usado, consciente da realidade”. Essa consciência da realidade, por sua vez, indica o reconhecimento de que, apesar de tudo, as pessoas têm limitações. Para um posicionamento crítico em relação a esse texto, é preciso considerar que algumas limitações, no entanto, são maiores que outras e que a diferença entre o fracasso e o sucesso muitas vezes está para além da incapacidade de ter “novas ideias”. Percebe-se, portanto, que as palavras de Lix da Cunha têm como objetivo principal estimular as qualidades individuais do jovem empresário. Ainda assim não existe intenção de recomendar o individualismo, mas, ao contrário, a cooperação – valor rotariano<sup>77</sup> fundamental – que, de todo modo, não pode prescindir da hierarquia e da liderança competente que deve despertar do procedimento correto de um empresário. Este ideal de cooperação hierárquica e harmônica integra, nas últimas frases do texto, um todo maior que se expressa de forma afetiva: “ame sua Pátria”, em letra maiúscula, ao mesmo tempo que à família e ao próximo, o que coloca, de acordo com a coerência de valores estabelecida entre os homens da classe de Lix da Cunha, esse amor à pátria, como um princípio universal, que completa o sentido da vida. De fato, a mensagem encerra-se como começa, referindo-se à “vida”: “E a vida será sua”, essa vida que é “uma luta constante. Mas é bela.”

---

<sup>77</sup> Mais adiante será discutida a importância da ética difundida pelo Rotary Club, organização da qual Lix da Cunha fazia parte.

Em Campinas, Lix da Cunha, que foi também membro da Comissão de Urbanismo de 1935, construiu, entre muitas outras obras, a sede atual do Centro de Ciências Letras e Artes<sup>78</sup>, concluída em 1942 e ainda em funcionamento na esquina da Avenida Francisco Glicério com a Rua Bernardino de Campos. Neste ano, o CCLA tinha como presidente o jornalista Nelson Omegna, cuja casa também fora construída por Lix da Cunha. Estes dois personagens atuantes na vida cultural e política de Campinas, mantinham uma relação pessoal de amizade. Na ocasião da morte de Lix da Cunha, Nelson Omegna escreveu no *Correio Popular* um texto em sua homenagem, no qual colocava o amigo, ao lado de Prestes Maia, como um dos responsáveis pela transformação da fisionomia urbana, “murando as ruas alargadas pelo primeiro [Prestes Maia] com formosas edificações”<sup>79</sup>. Continua o elogio, tornando evidente a proximidade de seus laços com o falecido, ao agradecer em nome da esposa pela construção de sua casa: “Foi esplêndido o modo como esse técnico compreendeu o lar que minha Camila idealizara, [...]. Boníssimo Lix, não esqueço, não nego, devo-lhe a maior ventura do Pai de Família, a de ter minha casa, qual sonhava a inesquecida (sic) esposa.” O texto todo é marcado pela ênfase na figura de Lix da Cunha como homem dedicado à família, e cujos filhos puderam levar a diante seu ideal, continuando sua obra. Este traço está destacado também em outra nota expressa em termos nos quais se verifica a presença do discurso do trabalho associado à família e às qualidades morais: “Lix da Cunha construiu família e a ela deu exemplo da retidão de seu caráter e do seu perfil de homem de elevada estatura moral, de espírito empreendedor e realizador e de quem sempre acreditou que só o trabalho honesto constrói.”<sup>80</sup>. Neste trecho, a “retidão do caráter” e a dedicação profissional aparecem como elementos que geram reciprocamente um ao outro; um não existe sem o outro e em meio a essa união está a construção da família.

---

<sup>78</sup> O Centro de Ciências Letras e Artes é um lugar de sociabilidade importante de ser considerado para discutir o papel dos investimentos em atividades culturais para os muitos homens influentes na esfera pública que o frequentavam. Mais adiante essa instituição será abordada mais detalhadamente.

<sup>79</sup> Lix e as obras que o seguem. *Correio Popular*, 16 de Agosto, 1984. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

<sup>80</sup> Campinas está enlutada. *Diário do Povo*, 7 de Agosto de 1984. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

Nelson Omegna expressava também alguns traços de suas próprias posições ao colocar a obras do homenageado como realizações que elevaram Campinas, uma vez que “altaram céu acima, o nível dos tetos, alargaram os espaços urbanos, derramando a urbe sobre os alqueires que ontem eram cafezais, dando ao povo praças, ruas quarteirões em que a cidade vai se desfogando.” Há nessa imagem composta pelo jornalista, claramente a contraposição, em termos simbólicos, entre aquilo que caracteriza uma grande cidade como lugar do progresso, e uma antiga ordem fundamentalmente rural e marcada por estigmas de atraso civilizatório. Omegna estabelece, deste modo, uma continuidade entre qualidades pessoais valorizadas do ponto de vista moral, capacidades profissionais e atuação cívica. Essa construção biográfica de Lix da Cunha permite evidenciar o papel determinante no processo social, do modo específico pelo qual os membros de uma classe dominante se colocam publicamente. Os tipos de atividades e de relações que desenvolvem, justificam, nesses discursos, suas entradas nas instâncias em que podem exercer, de forma legítima, poderes que definem condições fundamentais da vida na cidade.

O tom elogioso encontrado na maioria dos testemunhos analisados refere-se sempre à sensibilidade, à bondade, ao caráter. Talvez pelo fato de muitas das notas de jornal consultadas serem dedicadas a homenagens póstumas, seu conteúdo traz a público traços íntimos daqueles nomes já conhecidos dos campineiros, revelando nessa ocasião aspectos que, durante a vida, estiveram certamente mais resguardados, como se fossem qualidades de uma outra face dos homens públicos. É o momento oportuno no qual são acrescentados à imagem pública atributos privados moralmente ideais. Nessas notas, além do mais, a face desconhecida não somente é revelada, como também é, muitas vezes, colocada pelo colunista como o motivo interior da grandeza e do espírito empreendedor dos homens homenageados. O colunista Paranhos de Siqueira diz o seguinte sobre Lix da Cunha, na ocasião em que o engenheiro foi eleito “industrial do ano”, pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo: “Não por se tratar de um homem de empresa ao qual Campinas deve uma respeitável porção de seu progresso. Mas por se tratar de um homem bom, [...]”.<sup>81</sup> Verifica-se, nessas fontes, a recorrência das qualidades morais como aspecto

---

<sup>81</sup> Paranhos de Siqueira, Dr. Lix da Cunha. *Diário do Povo*, Campinas, 28 de maio, 1981. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

dominante das biografias dos personagens. Mais do que isso, os elementos com os quais são construídas as memórias se repetem, certamente também, a partir de um trabalho de amplificação das qualidades e ocultação dos defeitos.

Juntamente com a moralidade e sua divulgação como exemplo, está o fato de que Lix da Cunha era um homem metódico, preocupado com a organização do ambiente de trabalho. Em entrevista concedida à pesquisadora Silvia Zakia, José Carlos Cunha, filho de Lix declarou sobre o pai que “Tal era o grau de limpeza e organização da obra que o engenheiro visitava e acompanhava os trabalhos portando terno de linho”<sup>82</sup>. Esse testemunho é bastante importante no sentido de revelar o tipo de postura pela qual Lix da Cunha pretendia ser reconhecido e lembrado, constituindo uma imagem inteiramente coerente em relação à suas demais atitudes.

### 1.3 A FAMÍLIA COMO BASE DO HOMEM PÚBLICO

Os grandes jornais da cidade certamente desempenham um papel fundamental para a vida urbana, à medida que são responsáveis por produzir, difundir, tornar públicos, fatos, informações, conhecimentos. Aquilo que o jornal veicula depende dos critérios e dos interesses que definem as escolhas daqueles que são responsáveis por fazê-las. Azael Álvares Lobo foi diretor secretário do *Correio Popular* e diretor do *Diário do Povo*. Transitando pelos dois veículos de comunicação, evidencia-se o grande interesse que este homem atuante em diversos meios tinha pela difusão da informação na cidade. Em suas notas biográficas publicadas nestes jornais, aparecem destacadas, de forma quase poética, suas qualidades morais: “Tudo nele era sol, era limpidez, era sinceridade. Dentro daquela austeridade prussiana em que se elaboravam todas as suas ações, pulsava um coração extraordinariamente humano, talhado para o perdão, feito para a renúncia.”<sup>83</sup>. Nesse elogio, escrito pelo já citado Paranhos de Siqueira, está claramente colocada, entre a “austeridade prussiana” e “um coração extraordinariamente humano”, a oposição entre a aparência, aquilo que Azael Álvares Lobo apresentava em público, e a essência, o “eu” verdadeiro,

---

<sup>82</sup> ZAKIA, op. cit. p. 190

<sup>83</sup> Paranhos de Siqueira. Morreu Azael Lobo. *Diário do Povo*, Campinas, 17 de Março de 1964. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

cujo lugar era a vida privada, o acolhimento dos parentes, “No lar onde viveu como santo, onde fez da família a maior razão de sua existência.”

Como se pode notar, nesses registros consultados em notas biográficas de jornal, existem elementos que permitem chegar a informações sobre os próprios autores, seu modo de descrever e qualificar a vida de personagens do passado. Pode-se levantar hipóteses sobre suas intenções ao destacar determinados aspectos e não outros. O passado que se pretende acessar na presente pesquisa, no entanto, é aquele no qual viveu o personagem objeto da nota biográfica, de maneira que, para isso, é preciso considerar a possibilidade de extrair das imagens construídas nas notas, apesar de todas as marcas das escolhas do autor, algo que se refira à existência real do personagem sobre o qual ele escreveu. O aspecto principal verificado nas fontes, ao refletir sobre a construção da imagem de um homem público, é a recorrente presença de atributos privados, traços da intimidade, com os quais ela é construída. Essa constatação indica a manifestação na cidade de Campinas no século XX, de uma tradição de longa duração na qual personagens ilustres têm seus feitos realizados na esfera pública reconhecidos pela exaltação de suas qualidades familiares.

Azael Álvares Lobo, este prestigiado médico formado na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, além de atuar na imprensa tinha seus meios de intervir nos assuntos da cidade por sua colocação em organizações privadas das quais foi membro e presidente, tais como a Sociedade dos amigos da Cidade de Campinas e o Rotary Club de Campinas, do qual foi um dos fundadores. Ainda quanto a instituições restritas a grupos seletos, foi fundador do Tênis Clube de Campinas, frequentado pelas elites até a atualidade.<sup>84</sup> No âmbito do poder público ligado à remodelação urbanística da cidade foi, como Edmundo Barreto, membro da Comissão de Urbanismo e da Comissão de Melhoramentos Urbanos. Raramente a atuação em empreendimentos como esses surge pelo acaso ou por uma grandeza individual isolada. Azael Álvares Lobo, portanto, certamente herdou muitas das disposições que formaram suas competências profissionais, sociais e políticas. Seu pai, Antônio Álvares Lobo, patrono da Cadeira 40 da Academia Campinense de Letras, ocupou

---

<sup>84</sup> Cf. Faleceu Dr. Azael Lobo, *Correio Popular*, Campinas, 17 de Março de 1964. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

o cargo de intendente municipal, que tinha atribuições correspondentes às de prefeito, por quatro vezes entre 1894 e 1904. O pai de Antônio Álvares Lobo foi Elias Álvares Lobo, compositor nascido na cidade de Itu, que depois mudou-se para Campinas, “onde segundo consta, foi professor de música de Carlos Gomes”<sup>85</sup>. Tinha como irmão Pelágio Álvares Lobo, advogado, “homem de letras e historiador campineiro”<sup>86</sup> que foi ligado ao CCLA e patrono da Cadeira 28 da Academia Campinense de Letras. Segundo outro colunista que escreveu na ocasião de sua morte, trata-se de “Família privilegiada pelos dotes de coração e de inteligência, [...]”<sup>87</sup>. “Coração” é talvez um dos elementos mais recorrentes nas notas biográficas de quase todos os personagens. Esta palavra aparece insistentemente como que no esforço de trazer à tona, trazer a público, as motivações sentimentais das atitudes políticas e intelectuais dos homens que, dominando estes círculos, tinham o poder para decidir boa parte dos rumos da vida da cidade. O coração aparece somado à inteligência, mas é, ao mesmo tempo, sua contrapartida, o outro lado desta qualidade, de fato, central ao papel de homem público. Os atributos sentimentais, por sua vez, aparecem ligados à família e, em alguns casos ao povo humilde de Campinas, de modo a compor um repertório de qualidades morais também indispensável, aos olhos da população anônima. Entre suas diversas atividades, Azael Álvares Lobo era ligado à filantropia, fundando, inclusive, um posto de socorro na Associação de Amigos dos Pobres. A relação construída pelas notas biográficas entre ele e o povo, na ocasião de sua morte, é marcadamente sentimental: “será chorado não apenas por sua família, mas por toda a pobreza campineira, que ele atendia e tratava de graça”<sup>88</sup>.

Importante dizer que, sobre Lix da Cunha, que também realizava atividades de filantropia, a relação com os pobres aparece igualmente formulada com palavras afetivas: “O casal [Lix e a esposa] teve sempre marcante presença na vida social e filantrópica, conquistando o bem querer das classes sociais mais altas e o amor carinhoso e agradecido

---

<sup>85</sup> Ver Bombana, Maria Célia. Elias Lobo: um exemplo de fé e civismo. Imprensa Oficial do Município de Itu, 2 de Fevereiro de 1978. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP..

<sup>86</sup> Farjallat, C. Siqueira, Oitenta anos a serviço da cultura. *Correio Popular*, Campinas, 3 de Outubro, 1981. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP .

<sup>87</sup>Faleceu Dr. Azael Lobo, *Correio Popular*, Campinas, 17 de Março de 1964. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

<sup>88</sup> Paranhos de Siqueira. Morreu Azael Lobo. *Diário do Povo*, Campinas, 17 de Março de 1964. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.



dos menos favorecidos”<sup>89</sup>. A filantropia é realizada a partir de motivações privadas e, deste modo, pode envolver a esposa – de modo geral as esposas dos personagens analisados estão excluídas das atividades públicas dos maridos –, cujo papel tradicional ligado ao lar e ao sentimento, mais ao “coração” que à “inteligência”, aparece bem colocado neste tipo de atuação. Há também uma distinção nas palavras com as quais o colunista qualifica o modo de sentir a perda de Lix da Cunha pelas “classes sociais mais altas” e pelos “menos favorecidos”. Os primeiros, cujo contato com o engenheiro dava-se na “vida social”, terão em suas lembranças um sentimental, mas recatado “bem querer”, enquanto que aqueles que conheceram Lix da Cunha em sua vida “filantrópica”, os pobres, expressarão seus sentimentos com “amor carinhoso” e com gratidão, no que fica colocada uma relação predominantemente afetiva e hierárquica.

#### 1.4 INDUSTRIALIZAÇÃO E O PROGRESSO URBANO

Outro personagem, que como Azael Álvares Lobo estava ligado aos veículos de comunicação, é Sylvino de Godoy, presidente do *Correio Popular* e, mais que isso, junto ao já citado jornalista Nelson Omegna, acionista na compra deste jornal em 1938. Advogado de formação, atuou principalmente como industrial no ramo de tecidos elásticos, ao fundar a Indústria Godoy e Valbert<sup>90</sup>, inclusive representando o comércio e a indústria na Comissão de Urbanismo de 1935. Para a instalação da fábrica na Rua José Paulino, recebeu, como incentivo dado pela Câmara Municipal, dez anos de isenção de impostos, o que se deu “a contragosto dos homens da lavoura, que temiam a falta de braços em suas propriedades agrícolas”.<sup>91</sup> Essa avaliação feita pelo próprio Godoy em um artigo sobre a indústria de Campinas, marca a construção da imagem de um homem que via a si mesmo como alguém que desempenhava um papel histórico, uma vez que, para ele, de 1912 até

---

<sup>89</sup> Campinas está enlutada. *Diário do Povo*, 7 de Agosto de 1984. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

<sup>90</sup> As vantagens concedidas a Sylvino de Godoy pela Câmara Municipal para a instalação da fábrica, localizada na Rua José Paulino, foram fixadas pela Resolução nº 606 de Dezembro de 1920. Ver *Monografia histórica do município de Campinas*, [...], p. 526. Atualmente, suas instalações, ainda preservadas, funcionam como sede da Igreja do Nazareno. O processo de tombamento da fábrica como patrimônio históricos foi concluído em 10/02/1994. <<http://www.campinas.sp.gov.br/sobre-campinas/atracoes-culturais.php>>.

<sup>91</sup> *Monografia histórica do município de Campinas*, [...], p. 526

1920, quando por proposta do “saudoso vereador Álvaro Ribeiro”<sup>92</sup> foram criadas condições favoráveis ao seu empreendimento, “nenhuma fábrica de certa importância foi montada, talvez porque as leis municipais, se não proibiam, em nada favoreciam a indústria nova”. As leis municipais são consideradas inadequadas às ações dos homens de negócio. Outro entrave eram os “homens da lavoura”, que o jornalista relaciona, em um raciocínio causal, a um passado arcaico: “Campinas era um dos maiores núcleos de escravos, os quais só cuidavam da cana e do café nas terras que constituíam uma espécie de feudo dos fazendeiros e latifundiários de então”<sup>93</sup>.

Trata-se de uma oposição da mesma natureza daquela apresentada em outro caso, quando o colega de Sylvino de Godoy, Nelson Omegna, escreveu sobre os arranha-céus de Lix da Cunha, que superavam a paisagem dominada pelos cafezais, colocando de um lado o mundo rural e de outro o urbano. Este tipo de registro pode ser entendido de modo a confirmar, como aspecto central no início do governo de Getúlio Vargas, o caráter de oposição entre setores agrários e burguesia. É preciso, no entanto, tomar alguns cuidados antes de generalizar casos específicos como evidências que comprovam modelos explicativos consolidados. Deste modo, ainda que a Revolução de 1930 marque “a queda do antigo sistema político” e, associado a ele, o “declínio do sistema agrícola”<sup>94</sup>, nem sempre é possível afirmar a separação e o conflito entre essas frações distintas da elite, de forma clara e definitiva. Nas palavras de Edgar Carone, “Classes agrárias e burguesia são conservadoras, existindo entre ambas identificação social e ideológica”<sup>95</sup>. Além do mais, muitas vezes elas estavam economicamente aliadas, pelo menos até a passagem da década de 1940 para a de 1950. Ao tratar do posicionamento político dos homens de negócio no contexto campineiro do período considerado, é preciso levar em conta que, de fato, estes homens agiam de acordo com convicções ideológicas e visões de mundo predominantes em suas posições de classe, ao mesmo tempo em que havia sempre uma maleabilidade pautada pelos interesses mais ou menos imediatos de seus negócios. Essas circunstâncias geram,

---

<sup>92</sup> Pertencia a este vereador o jornal *Correio Popular*, até que passasse a ser propriedade de uma sociedade anônima e a ter como presidente Sylvino de Godoy. Cf. GUIMARÃES, Alaôr Malta. *Campinas: Dados Históricos e estatísticos*, Campinas, Livraria Brasil, 1952, p. 120

<sup>93</sup> Idem. p. 525

<sup>94</sup> Cf. CARONE, op. cit., p. 82

<sup>95</sup> Idem. p. 85

frequentemente, ocasiões ambíguas, difíceis de classificar com precisão; próprias, portanto, à complexidade das atitudes dos indivíduos inseridos no movimento histórico. Nesse sentido é que se pode encontrar em aparentes paradoxos o Dr. Sylvino de Godoy discursando em 1934 na abertura de um evento realizado na Praça Carlos Gomes, em homenagem aos soldados mortos na Revolução de 1932<sup>96</sup> e, conseqüentemente, contrário ao governo de Getúlio Vargas – o qual, como se sabe, era contrário à oligarquia agrária paulista –, como também o caso de Lix da Cunha, cujos empreendimentos, com o passar do tempo, possibilitaram investimentos na construção civil, mas também na agropecuária.<sup>97</sup>

Em outras esferas de ação, Sylvino de Godoy aparece, junto a Azael Álvares Lobo, como um dos fundadores do Rotary Club de Campinas, do qual foi presidente entre 1942 e 1943. Como era comum a esta classe de homens, era sócio do Jôquei Clube, do Clube Campineiro, e do Tênis Clube. Estes clubes, tão apreciados pelos personagens desta pesquisa, eram lugares privilegiados de sociabilidade da elite. São espaços fechados ao público e retirados, deste modo, da relativa aleatoriedade da circulação<sup>98</sup> que define os encontros nos bares, cafés, esquinas e praças da cidade. O colunista do *Diário do Povo*, João Ballesterus Neto, já em 1977, tem a seguinte visão sobre os clubes de Campinas:

*Neste nosso pedaço de chão, nesta nossa Campinas de tão grandes e tão gratas tradições de cultura, de amizade e sobretudo de crença nos grandes ideais, os homens deixaram por momentos as suas respectivas famílias e foram buscar a*

---

<sup>96</sup> Correio Popular da Kermesse, *Barraca Campinas*, 8 de Abril. Campinas, 1934. Arquivo Edgar Leuenroth – Unicamp. O registro mencionado pode ser consultado no *Correio Popular da Kermesse*, que foi publicado quinzenalmente entre 8 de Abril e 13 de Maio de 1934. Suas páginas anunciavam as atrações promovidas pelas barracas que organizavam as festividades no centro da cidade com venda de bebidas e comidas, além de noticiarem o que acontecia naquele espaço, quais pessoas conhecidas da cidade compareciam ao evento e assim por diante. Destacam-se também os inúmeros textos anti-varguistas e fortemente inclinados ao enaltecimento de São Paulo a partir do discurso do progresso e da moral, cujo símbolo mais destacado é a figura do bandeirante.

<sup>97</sup> Campinas perde o empresário Lix da Cunha. *Diário do Povo*, Campinas, 7 de Agosto, 1984. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

<sup>98</sup> A circulação pelo espaço público da cidade não pode ser considerada completamente aleatória. As pessoas deslocam-se motivadas por interesses diversos, mas definidos por sua condição de classe (capacidade de consumo, seu local de trabalho, lugares típicos de sociabilidade). Além disso, o traçado das ruas, o estado dos passeios públicos, a localização das praças e dos espaços cívicos definem, na própria materialidade da cidade rotas de deslocamento e pontos de encontro possíveis e às vezes prováveis. De todo modo, entre a total aleatoriedade e a total determinação, nas tensões entre as forças normatizadoras dos usos dos espaços e as possibilidades de escolha, acontece, na vivência social, um processo pelo qual as pessoas apropriam-se da cidade à medida que é possível exercer resistência em relação aos limites do poder dominante inscrito no espaço.

*formação de sociedades tão importantes, visando, está claro, a união fraterna de irmão.*<sup>99</sup>

As palavras do colunista dão a entender que inicialmente os clubes tendiam a ser frequentados predominantemente por homens. Era, portanto, um espaço restrito a uma espécie de convívio que se resguarda de tipos sociais inconvenientes, indesejáveis e, cada vez mais, perigosos, dos espaços de convivência na cidade, ao mesmo tempo em que era um espaço distante da vida doméstica e da relação conjugal. Como já foi possível sublinhar em alguns casos, entre os anos 1930 e 1950 ser visto publicamente como homem dedicado à família era um atributo moral fortemente considerado para a construção da respeitabilidade. O clube aparece, então, como lugar alternativo no qual um tipo especial de sociabilidade pode ser desenvolvido e no qual se pode colocar em prática “o desejo de conagração, de troca de ideias, de compreensão e entretenimento sadios”,<sup>100</sup> sem prejudicar o papel de homem de família. Nestes espaços, além do mais, acontecia a prática de esportes tradicionalmente ligados às elites tais como hipismo, que em 1951, era praticado por 70 pessoas (sendo que apenas três eram mulheres), tênis, praticado por 189 pessoas (29 mulheres) e esgrima, praticada por 4 pessoas (apenas homens).<sup>101</sup> Vale dizer ainda que, apenas o fato de possuir o título de sócio de algum clube, equivale à oportunidade de ostentar um consumo cujo uso distingue o sócio dos comuns, aos quais resta o espaço público da rua, frequentado por qualquer pessoa e, portanto, sem nenhuma marca de exclusividade. No caso de Sylvino de Godoy, que era sócio de três clubes, ele se distinguia, inclusive, daqueles que eram sócios de apenas um.

Também este personagem estava envolvido em atividades filantrópicas, como presidente do Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores. Os elogios às suas qualidades morais seguem o mesmo padrão do que até aqui pode ser verificado no caso dos personagens já apresentados: “Seu olhar sereno e penetrante revelavam paz interior. Paz que identifica a alma cristificada (sic) na doutrina do Divino Mestre. Paz que jorra espontaneamente do coração; coração que vive para amar e servir o lar que edificou e a

---

<sup>99</sup> Ballesterus Neto, João. Eleições no Cultura. *Diário do Povo*, Campinas, 27 de Maio, 1977. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> GUIMARÃES, Alaôr Malta. *Campinas: Dados Históricos e estatísticos*, Campinas, Livraria Brasil, 1952, p. 189

família que constituiu.”<sup>102</sup>. Novamente aparece o coração como motivação mais profunda e a família como fim mais nobre. Está colocada, na expressão de “olhar sereno”, uma transparência dos sentimentos, das disposições internas; por este olhar é possível desvendar a “paz interior”. O mesmo tipo de recurso de escrita foi usado por Nelson Omega em seu elogio a Lix da Cunha, quando, após descrever longamente as qualidades do caráter e da competência profissional do engenheiro, declarou: “Fica-se em lágrimas lembrando a fisionomia amável do Amigo, [...]”, essa “fisionomia amável” que se coloca quase como a expressão exterior, visível a todos, dos traços reais, interiores, que compunham a personalidade de Lix da Cunha.

## 1.5 VISÃO DE MUNDO E VALORES MORAIS

Como foi dito anteriormente, Sylvino de Godoy era rotariano. O Rotary Club aparece como organização à qual tendiam a associar-se boa parte dos homens atuantes na vida pública campineira. Destaca-se o papel do Rotary de Campinas como lugar de sociabilidade em que estava reunido um grupo de pessoas interessadas, entre outros temas, na questão do urbanismo e que, em seu interior, tomaram decisões de utilidade pública quanto a este assunto. Em 17 de Novembro de 1933 o Dr. Carlos William Stevenson proferiu uma conferência sobre urbanismo no Rotary Club. Nesta ocasião este importante engenheiro ferroviário, atuante já há muitos anos na cidade, expôs ideias a respeito de algumas soluções de remodelação urbana, nas quais estavam presentes preocupações tanto no que diz respeito à funcionalidade, quanto ao aspecto estético da cidade. Esta conferência é conhecida por ter motivado o convite oficial ao engenheiro Francisco Prestes Maia, encarregado da formulação do plano de urbanismo.<sup>103</sup>

Segundo o estudo de Maria da Graça Jacinto Setton, o Rotary Club agrega indivíduos pertencentes aos setores médios da sociedade, os quais se caracterizam, principalmente, por uma identidade baseada no trabalho e na ética profissional, enquanto que a relação com a cultura pode ser entendida como de baixo consumo, uma vez que para

---

<sup>102</sup> Josias de Paiva Pinheiro. Estante de Livros, *Correio Popular*, Campinas, 03 de Novembro de 1974. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

<sup>103</sup> BADARÓ, op. cit. p. 39

os rotarianos o conhecimento tem valor quanto mais for imediatista.<sup>104</sup> Essa consideração referente ao início do século XXI, talvez não caiba completamente para avaliar a situação dos personagens aqui estudados, primeiro porque não faziam parte exatamente de um setor médio, e depois, pelo fato de que havia entre eles a preocupação de manter relações – ainda que muitas vezes a partir de uma visão dogmática – com as práticas culturais legítimas. Mesmo assim, mantém-se a avaliação da autora, de que no tipo de sociabilidade que se estabelece no Rotary Club reproduz-se uma “violência simbólica”<sup>105</sup> originada na incorporação de pressupostos de moralidade ligados a noções de disciplina e coletividade,<sup>106</sup> conforme circulavam e se confirmavam as concepções e visões de mundo vigentes entre os participantes daquele grupo. Essas considerações, Setton sustenta a partir do entendimento do Rotary como uma escola moral, em moldes bastante próximos às soluções sugeridas por Durkheim à vida social. Nesse sentido valoriza-se um contrato social capaz de refrear os impulsos individuais, de modo a propiciar a harmonia entre as diferentes partes de uma dada comunidade. De acordo com esses valores, “O homem moralmente completo é aquele que age com regularidade segundo as normas da sociedade e presta serviço a ela a fim de garantir a paz e a harmonia entre os povos”<sup>107</sup>.

Mas a ideologia rotária ainda apresenta outros aspectos que merecem uma reflexão mais aprofundada. Para Águeda Bernadete Uhle, outra estudiosa do Rotary Club, o

---

<sup>104</sup> Cf. SETTON, Maria da Graça Jacinto. *Rotary Club. Habitus, estilo de vida e sociabilidade*. São Paulo, Annablume, 2004, p. 58-59

<sup>105</sup> “Ou seja, segundo Bourdieu, os agentes sociais submetidos a ações pedagógicas, em ambientes institucionais ou não, sofrem ao mesmo tempo que reproduzem a violência simbólica.” Idem. p. 48. O conceito de violência simbólica é definido por Bourdieu (com Jean-Claude Passeron em *A Reprodução*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1975) ao longo de uma extensa discussão conceitual. Para os propósitos da presente pesquisa cabe enfatizar aqui os aspectos que dizem respeito à “função de reprodução social da reprodução cultural” (p. 24), no sentido em que a comunicação pedagógica da cultura dominante, por dissimular a arbitrariedade de seu conteúdo e de seu modo de inculcação, caracteriza-se como violência simbólica, uma vez que sua legitimidade é reconhecida pelos dominados pelo fato do desconhecimento de suas bases objetivas, ou seja, as relações de força entre as classes. Para Bourdieu, “a força relativa do esforço entre os grupos ou as classes pelas relações simbólicas que exprimem essas relações de força é tanto maior, isto é, o peso das representações de legitimidade na determinação completa da relação de força entre as classes é tanto maior quanto (1) o estado das relações de força permite menos às classes dominantes de invocar o fato grosseiro e brutal da dominação como princípio de legitimação de sua dominação e quanto (2) o mercado onde se constitui o valor simbólico e econômico dos produtos das diferentes AP [ações pedagógicas] está mais completamente unificado.” (p. 28)

<sup>106</sup> Cf. Idem. p. 47-48

<sup>107</sup> Idem. p.72

princípio rotariano de promover a paz entre os homens, integrando-os em harmonia, tem também claramente como finalidade prática a conciliação entre classes dominantes e dominadas, certamente de modo que isso nunca apareça dessa forma. Esse tipo de dominação social, que nesse sentido combinava com a relação com as massas estabelecida durante os anos da ditadura de Getúlio Vargas,<sup>108</sup> dentre os membros do Rotary realizava-se por atividades filantrópicas e, paralelamente, por um esforço educativo de divulgação do valor moral do trabalho e do progresso. Segundo Uhle, essa prática expressa, além do medo da estatização da assistência social, o desejo de legitimar a própria exploração capitalista.<sup>109</sup> Ao longo do texto, a autora enfatiza as contradições inevitáveis entre a ideologia e a prática do Rotary Club de modo que apesar dos discursos sobre a harmonia entre os povos a predominância do coletivo, quando as classes que compõem a associação veem seus interesses ameaçados, sua organização pode agir de modo mais ou menos direto inclusive apoiando regimes autoritários.

Quanto ao discurso do predomínio do coletivo, é importante esclarecer que ele se refere precisamente ao projeto de harmonia social e a um ideal de cooperação entre aqueles empresários e profissionais liberais que, associados ao clube, encontram o espaço propício para colocar em pauta as medidas desejáveis que possam ser tomadas em favor de seus negócios. De acordo com Águeda Bernadete Uhle, a matriz da ideologia rotária deve ser pensada a partir do contexto específico da tradição moral estadunidense que serviu de base à fundação do Rotary Clube, sobretudo considerando-se os meios de organização e a difusão de preceitos das igrejas protestantes, nas quais a vida religiosa estava estreitamente ligada à moral do trabalho, disciplina e sobriedade. De todo modo, a autora argumenta que como traço fundamental da criação do Rotary estava colocado também o exemplo do colono americano no que diz respeito ao seu papel para a fundação específica da sociedade americana. Os colonos e seus descendentes, ao deixarem suas pequenas propriedades rurais para se deslocarem na direção das cidades, mantiveram seu senso de individualismo e liberdade: “O pequeno empresário urbano sobrevive como o melhor exemplo do homem

---

<sup>108</sup> Sobre a hierarquia social cooperativista no regime varguista ver LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas, ed. Unicamp/Papirus, 1989, 2ª ed.

<sup>109</sup> Cf. UHLE, Águeda Bernadete. *Comunhão leiga: o Rotary Club no Brasil*. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação – Unicamp. 1991. p. II-III

bem sucedido, que se fez pelo seu próprio esforço recompensado numa sociedade onde a ‘igualdade é garantida’ ou pelo menos defendida.”<sup>110</sup>.

Esses preceitos iniciais definiram entre os rotarianos um estilo de vida que, prezando pela disciplina e pela predominância do coletivo sobre o individual visa à moralização dos negócios e da sociedade. Além do mais é importante considerar que o Rotary Club possui regras e princípios com os quais seus membros devem estar identificados. Deste modo ao ingressarem na organização, um conjunto de atitudes, valores e concepções formados anteriormente, são ali confirmados, compartilhados e sistematizados nos moldes dos princípios rotários. Destaca-se o lema de “servir ao próximo”, associado à convicção da entrega ao dever e pautado por uma ética baseada no que os rotarianos chamam de “prova quádrupla”, ou seja, uma combinação de quatro perguntas que servem de guia para o modo como convém agir na sociedade. São elas: 1- é verdade? 2- é justo para todos os interessados? 3- Criará boa vontade e melhores amizades? 4- Será benéfico para todos os interessados?<sup>111</sup>

A prova quádrupla sintetiza na proposição de um exame prévio das atitudes planejadas, os limites da ação, tendo em vista proteger uma comunidade de empresários e profissionais liberais, unidos pela boa vontade, dos perigos de um capitalismo selvagem e das “transformações rápidas”<sup>112</sup> por ele promovidas nas primeiras décadas do século XX. Os abusos na exploração da classe trabalhadora e a competição desleal eram vistas pelo fundador Paul Harris como um perigo que poderia levar à autoaniquilação do capitalismo. Na intenção de preservá-lo, os rotarianos assumem um tipo de postura, central para o que se pretende sustentar na presente pesquisa, que pressupõe um conjunto de disposições ao mesmo tempo modernas e conservadoras que, no que diz respeito especificamente a propostas de intervenção sobre cidade, precisa ser observada a partir da noção de ordem e da meta do progresso como um ideal pelo qual se pretende conquistar a opulência.<sup>113</sup>

Feitas essas considerações, há ainda mais um aspecto acerca da moral rotária sobre o qual é preciso argumentar, no sentido de contribuir para o entendimento das

---

<sup>110</sup> Idem. p. 30

<sup>111</sup> Idem. p. 20

<sup>112</sup> Cf. Idem. p. 28

<sup>113</sup> Cf. idem. p. 61-62



práticas das elites a partir de seus fundamentos consolidados historicamente como fenômeno de longa duração. Em seu estudo sobre a queda do Antigo Regime no final do século XVIII, Reinhart Koselleck mostrou o modo como a maçonaria e as sociedades secretas contribuíram para esse processo, sendo seu papel importante também para a construção das bases ideológicas e intelectuais do mundo burguês que então se anunciava. Ainda que maçonaria e Rotary Club não sejam organizações da mesma natureza, há certamente algumas convergências de interesses de classe, como também aspectos semelhantes quanto ao papel que desempenham em determinadas situações históricas. No que diz respeito à relação entre as conclusões apontadas por Koselleck e a importância do Rotary na presente pesquisa, é preciso destacar as ligações entre moral e política.

Em linhas gerais pode-se dizer que os maçons do século XVIII propunham sua revolução a partir da formulação de uma filosofia da história, a qual se baseava em uma racionalidade que previa, como resultado dado pela lei natural, a queda do Absolutismo e a passagem para uma nova ordem regida por uma “soberania supraestatal” guiada pela moral. Isso se justifica uma vez que os maçons acreditavam na possibilidade do melhor dos mundos, necessariamente dirigido pelo “foro moral interior”, que é a própria manifestação da natureza no homem.<sup>114</sup> A partir dessa instância privada, íntima, relativa à sua consciência, o maçom tinha a convicção de que o Antigo Regime cairia naturalmente pelo fato de sua imoralidade, uma vez que estava fundado na separação entre moral e política, que evocava a separação entre o Estado e a sociedade. É a partir da filosofia da história na qual se apoiava a maçonaria, que a sociedade pode ser entendida, também em diálogo com o pensamento de Rousseau, como nação, sendo que sua autonomia moral conferia-lhe uma versão de soberania que, justificada como vontade geral, tinha o direito de afrontar a violência que servia de base ao Estado Absolutista.<sup>115</sup> É daí, inclusive, que provém a legitimidade da revolução, alcançada, de acordo com os maçons, de forma indireta, de modo que sem se comprometer politicamente, permanecia intacta a inocência burguesa.

De volta ao Rotary Club, ainda que os rotarianos não tenham nenhuma missão histórica que se compare à derrubada do Antigo Regime, os princípios e valores que

---

<sup>114</sup> Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*, Rio de Janeiro, Eduerj; Contraponto, 1999. p. 113

<sup>115</sup> Cf. idem. p. 142-143

fundamentam suas ações são, em muitos aspectos, não somente análogos, mas talvez haja neles sobrevivências culturais próprias aos burgueses que no século XVIII se organizavam em sociedades secretas. Segundo Águeda Bernadete Uhle, os projetos do clube para alcançar a paz mundial baseiam-se em noções idealistas, sobretudo a partir da ideia de que é importante contribuir para o desenvolvimento da “vida interior do homem”. Como conceito de homem, os rotarianos se utilizam da noção cristã da perfectibilidade proveniente de Deus, implicando que o homem como criação divina, na condição de um ser idealmente perfeito, deve compor uma sociedade harmônica.<sup>116</sup> Como consequência, quando há desarmonia é preciso identificar os culpados e corrigi-los. De todo modo, as ações do Rotary visam, não resolver diretamente os problemas da comunidade, mas servir no sentido de “encorajar e fomentar a melhoria da comunidade pela conduta exemplar de cada um na vida pública ou privada”<sup>117</sup>, como “concepção de vida”, mais no sentido moral que no material. De acordo com esses referenciais, argumenta a autora, o julgamento da realidade é feito pelos rotarianos a partir de uma posição intuicionista, que na prática significa que, a despeito do filtro da prova quádrupla, as decisões sobre se “é verdade?” e se “é justo para todos os interessados?”, são tomadas a partir de pontos de vista essencialmente pessoais. E uma vez que o homem é concebido a partir do modelo cristão, o julgamento moral de suas ações tende a excluir qualquer alteridade. Da mesma razão decorre que os rotarianos sustentem uma posição apolítica, de modo que suas ações sobre a sociedade realizam-se indiretamente, sobretudo por meio de ações pedagógicas, mantendo assim sua aparente neutralidade, uma vez que as decisões partem de homens de reconhecida conduta moral. Nesse sentido Uhle conclui que “Os preceitos propostos não se assentam sobre análises políticas ou econômicas da situação concreta dos homens ou das nações no mundo contemporâneo. A saída é o julgamento individual, o que coloca o rotariano acima de qualquer comprometimento político.”<sup>118</sup> Parece razoável, a partir do debate estabelecido entre os textos de Setton, Uhle e Koselleck, afirmar que entre os membros do Rotary Club há um “foro moral interior” que lhes informa qual a resposta e quais as atitudes evidentes a se tomar diante de cada questão, simplesmente pela crença de que a consciência individual

---

<sup>116</sup> Cf. Idem. p. 127

<sup>117</sup> Idem. p. 75

<sup>118</sup> Idem, p. 68

coloca o homem em contato com a verdade, uma vez que ele seja capaz de uma postura moral.

Os princípios rotarianos fundamentais, cuja prática tem a finalidade de difundir pelo discurso da solidariedade, a constituição de uma sociedade plenamente coerente eram vistos já por Antônio Gramsci, por volta da década de 1920, como uma filosofia do bem geral associada a uma prática capitalista concebida como serviço social.<sup>119</sup> Seguindo o entendimento crítico de Gramsci, é importante pensar o Rotary Club, para além de suas atribuições de sociedade de serviços, como lugar de sociabilidade no qual os homens da elite campineira se reuniam para compartilhar ideias e experiências. Um registro interessante sobre esse aspecto está numa nota do *Diário do Povo* de 10 de Outubro 1944, sobre o aniversário da organização. A matéria traz trechos de um discurso proferido na ocasião por Carlos Penteado Stevenson, filho de Carlos William Stevenson. Este personagem atuante em diversos círculos sociais, recordou em sua fala, o primeiro encontro entre os rotarianos de Campinas, acontecido em 4 de Outubro de 1931, e no qual estava presente um dos 14 diretores mundiais do Rotary na época, Arrojado Lisboa. Nas palavras de Stevenson revela-se, além da admiração pelo diretor, uma síntese dos princípios rotarianos e o entusiasmo com o qual aderiu a eles:

*Foi portanto grande a minha emoção ao vê-lo proferir palavras de louvor ao Rotary, discorrendo em linguagem sóbria sobre os princípios do Clube, seus objetivos filantrópicos, onde o ideal de servir significa espontâneo propósito de trabalhar, sem auferir lucro, pelo bem coletivo, independentemente de convicções religiosas ou preceitos filosóficos.*<sup>120</sup>

O ideal de servir, a filantropia, o bem coletivo, o valor do trabalho, todos estes princípios fundamentais são afirmados nas palavras de Carlos Penteado Stevenson pela lembrança da “linguagem sóbria” com que um grande homem deve expressar-se. Quanto ao laicismo rotariano presente neste trecho – “independentemente de convicções religiosas ou preceitos filosóficos” – nele está indicado o tipo de esclarecimento burguês que orienta a

---

<sup>119</sup> Cf. GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1980, 4ª ed. p. 415-416

<sup>120</sup> Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP . Aniversário do Rotary de Campinas em 1944. Oração pronunciada pelo Dr. Carlos Penteado Stevenson, [...] *Diário do Povo*, Campinas, 10 de Outubro. 1944

ação do Rotary Club junto aos interesses públicos. Segundo Gramsci, que relaciona o Rotary, a maçonaria e o saint-simonismo, o agnosticismo e a tolerância religiosa predominantes no interior destas organizações, fazem parte de um conjunto de posturas que, se fossem universalizadas, possibilitariam que todas as instituições fossem dominadas sem resistências. Gramsci baseia sua crítica na oposição católica a este tipo de organização e a seu ideário, sobretudo quanto ao panteísmo saint-simonista,<sup>121</sup> que tende a contribuir para a formação de instituições amorfas. Para o pensador italiano “O rotarianismo é um saint-simonismo de direita.”<sup>122</sup>.

Destaca-se, ainda, nas palavras de Carlos Penteado Stevenson, naquele evento de 1931, a citação da presença de Orosimbo Maia, que naquele momento exercia seu último mandato à frente da prefeitura de Campinas, e que na ocasião foi escolhido como primeiro presidente do Rotary Club. No modo como Stevenson descreve a presença do prefeito, aparecem, como já vem sendo recorrentemente apontado, elementos que qualificam o homem público a partir de suas qualidades morais que, além do mais, de algum modo evidenciam-se logo em sua aparência: “O primeiro presidente, Orosimbo Maia, com seu ar de Barão (talvez por ser o retrato vivo de Rio Branco), era a bondade em pessoa.” O “ar de Barão” alia-se à “bondade” para a composição de uma nobreza inegável. É importante dizer também, que elogios não são neutros, e revelam aspectos do repertório cultural do orador. Coloca-se esta consideração para argumentar que o ímpeto com a urbanização e com a modernidade não apagou um traço importante da identidade e do orgulho campineiro, fortemente baseado na memória dos tempos do café e, portanto, de seus barões.

É preciso deixar claro que os eventos narrados por Carlos Penteado Stevenson, e transmitidos pelo *Diário do Povo*, dizem respeito a fatos da vida de homens que se colocam como elite e cujos hábitos e posturas pretendem estar de acordo com o lugar social

---

<sup>121</sup> Conhecido como um dos principais teóricos do socialismo francês do século XIX, Saint-Simon produziu ao longo de sua vida um pensamento recorrentemente associado a um ideal de tecnocracia e a uma “ideia da felicidade social possível pelo trabalho”, fundada em um grande entusiasmo em relação à indústria. Como desdobramento de uma sociedade industrializada, cujo modelo real o pensador francês encontrou em sua viagem ao Novo Mundo, aparece um ideal de igualitarismo e tolerância religiosa, propondo ainda um novo cristianismo. Para Saint-Simon, “Os grandes pensamentos e as grandes revoluções científicas são o resultado das grandes fermentações morais.” Cf. RUSS, Jacqueline. *O socialismo utópico*. Martins Fonte, São Pulo, 1991, p. 90-103.

<sup>122</sup> GRAMSCI, op. cit. p. 419-421

por eles ocupado. É relevante, portanto, que aquele primeiro encontro do Rotary Club de Campinas tenha acontecido no Clube Campineiro, que assim como os demais clubes de prestígio da cidade, era frequentado exclusivamente pelos associados e, portanto, contava sempre com um grupo “seleto”, conforme já foi mencionado anteriormente. Stevenson recorda outro evento que reuniu os rotarianos, no qual estão presentes registros acerca dos hábitos envolvidos na sociabilidade dessas pessoas. Trata-se de um jantar, no qual se recitou poesia, o que deve ser entendido como manifestação de uma disposição estética diferenciada, uma dedicação à sensibilidade do gosto. “Uma ceia alegre regada de preciosos vinhos, foi, noite adentro, uma trégua de prazeres na trivial labuta quotidiana da vida.” De todo modo, os hábitos que indicam refinamento não são colocados como ostentação, uma vez que se deve manter a coerência em relação à moral rotária. Para Stevenson, os “preciosos vinhos” são como um direito moderadamente desfrutado, e conquistado graças a uma rotina intensamente dedicada ao trabalho.

## 1.6 SENSIBILIDADE E TÉCNICA; CIÊNCIA E ARTE

Mas é preciso dizer mais sobre Carlos Penteadó Stevenson e Carlos William Stevenson. Estes homens tão considerados pela memória histórica de Campinas são, talvez, o exemplo expoente das possibilidades de reprodução das condições de participação em círculos sociais e culturais de destaque, caso que, aliás, não é único na história da cidade. Conforme foi mencionado anteriormente, Azael Álvares Lobo teve familiares atuantes que lhe transmitiram um patrimônio material, cultural e social que definiu suas possibilidades de investimento em diversas áreas de atuação. No caso de Sylvino de Godoy, verifica-se que a compra do *Correio Popular* em 1938 converteu-se em um patrimônio cuja força cresceu ao longo dos anos, mantendo-se nas mãos da família até os dias atuais, das primeiras décadas do século XXI. Sylvino de Godoy Neto é atualmente presidente da RAC (Rede Anhanguera de Comunicação), que desde 1996 engloba o *Correio Popular* e o *Diário do Povo*, além de outros jornais criados posteriormente.<sup>123</sup>

---

<sup>123</sup> Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Sessão Solene para Comemorar os “80 anos de Fundação do ‘Correio Popular’ de Campinas”. 25ª Sessão, 03 de Setembro de 2007. A título de registro, cita-se aqui

Tratando especificamente dos Stevenson, é importante destacar, primeiramente, a força com que aparece nos registros a relação entre as competências profissionais e as disposições artísticas de Carlos William Stevenson. Em alguns momentos, essas duas qualidades do engenheiro aparecem como características complementares, mas sobrepostas, de modo que a sensibilidade está colocada sempre como algo que se manteve encoberto pela técnica e que, portanto, precisava ser revelada para que se fizesse conhecer o verdadeiro Carlos William Stevenson. Nas palavras do filho no *Correio Popular* de 4 de Setembro de 1947, vê-se um esforço em argumentar que estava equivocado o juízo pejorativo que muitas vezes se fazia a respeito dos homens que, junto do trabalho científico dedicavam-se às atividades artísticas. “Puro engano, pois meu pai soube aliar, com simplicidade e proficiência, bravura e força moral, agindo persuasivamente num misto de energia e tolerância.”<sup>124</sup>

Carlos Penteado Stevenson desejava destacar as qualidades intelectuais do pai, mas queria mostrar que associadas a elas estavam, como já foi colocado em relação à construção da memória de outros personagens, atributos do “coração”, aqueles traços de uma intimidade oculta, que na forma de homenagem, deveria ir a público: “É meu desejo todavia, desvendar outra faceta de sua personalidade, abrindo-lhe o cofre de um coração generoso e rico de preciosidades afetivas”. A imagem de um cofre, que precisa ser aberto, reforça o argumento que aponta para a disposição de guardar e de, talvez, resguardar a vulnerabilidade do lado sentimental de um homem conhecido por suas qualidades técnicas. Outro testemunho, deixado por José Wilson Coelho de Souza, apresenta um elogio ao engenheiro que se acrescenta ao sentido das palavras de Carlos Penteado Stevenson: “apesar, entretanto de ter sido toda vida ferroviário, [Carlos William Stevenson,] praticou várias especializações da engenharia” pois “fez arquitetura quando projetou e construiu o

---

uma homenagem da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo à RAC, na qual Sylvino de Godoy Neto foi premiado com a Medalha da Revolução Constitucionalista de 1932.  
[http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/integra\\_sessao/025aSS070903.htm](http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/integra_sessao/025aSS070903.htm)

<sup>124</sup> Stevenson, Carlos Penteado. Além de engenheiro, esteta e amante das belas artes: traços sobre a personalidade do Dr. Carlos William Stevenson. *Correio Popular*. Campinas, 04 de Setembro. 1947. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

poema de tijolo e aço que é a oficina da Companhia Mogiana.”<sup>125</sup> A imagem do “poema de tijolo e aço” produz uma visualidade apropriada à memória que se desejava perpetuar das atividades praticadas pelo engenheiro ao unir os materiais de seu ofício de construção ao seu hábito de escrever poesia.

Carlos Penteadó Stevenson, portanto, queria revelar a alma de seu pai, evidenciar o refinamento artístico que fazia dele um homem peculiar, cujas contribuições para a cidade deveriam ser percebidas como diferenciadas:

*Passaram-se os anos. Meu pai envelheceu e já deixou de existir, porém sua obra era tão avançada, que continuava sempre jovem e altaneira, como que a desafiar o tempo. As máquinas obsoletas vão sendo substituídas por outras mais eficientes e modernas, e as coberturas se alongando na medida das necessidades, dentro de um plano preestabelecido por ele previsto, de modo não se tornasse um dia uma colcha de retalhos.*<sup>126</sup>

Carlos William Stevenson aparece nas palavras do filho quase como um homem a frente de seu tempo, com uma capacidade de antevisão que tinha como motivação interna uma sensibilidade descomunal. É interessante notar que nos registros sobre o filho nota-se o mesmo tipo de testemunho, no que diz respeito às relações entre aparência e essência, competências de homem público e disposições do “coração”: “Em família, aquele homem calado e sisudo, foi o pai, o esposo, o irmão, o amigo atencioso, delicado, de uma bondade extrema.”<sup>127</sup> Nesta nota aparece a memória sobre a expressão de Carlos Penteadó Stevenson e, diferentemente do que foi mencionado a respeito de outros personagens – Lix da Cunha, Sylvino de Godoy e Orosimbo Maia –, neste caso, a expressão não revela o interior, mas aparece em completa discordância em relação a ele, oculta uma verdade íntima que não se poderia adivinhar superficialmente. De todo modo, aquilo que ele queria revelar no pai como homenagem, também precisou ser revelado sobre ele próprio por Célia Siqueira Farjallat, colunista e membro da Academia Campinense de Letras, que o homenageou. Como qualidades daquele “homem calado e sisudo”, confirma-se o padrão já

---

<sup>125</sup>Pupo, Benedito Barbosa. Grande Vulto da engenharia. *Diário do Povo*, Campinas, 20 de Agosto. 1969. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

<sup>126</sup> Idem.

<sup>127</sup> Farjallat, C. Siqueira. Este nome inesquecível. *Correio Popular*, Campinas, 11 de Fevereiro, 11 de Fevereiro de 1976. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

observado para qualificar os homens de seu círculo de sociabilidade e atividades, qualidades de homem de família e a inquestionável “bondade extrema”.

Para continuar sobre sua expressão, a mesma Farjallat articula atributos de nobreza que produzem uma imagem do modo pelo qual Carlos Penteado Stevenson era visto publicamente: “[...] aquele gentleman da cabeça aos pés, aquele homem culto, erudito, amigo das pesquisas e dos livros, um dos últimos fidalgos de nossos tempos agressivos e impetuosos”. Esta caracterização, além do mais, não é livre de associações morais, quando opõe sua condição de fidalguia aos tempos atuais (1976), “agressivos e impetuosos”. Pelo uso dessas palavras, qualifica por consequência o passado com adjetivos opostos – modos cortesões, apego ao saber, paciência, etc. – que cabem também aquele homem do passado, Carlos Penteado Stevenson.

“Dr. Carlos Penteado Stevenson, médico, urbanista, escritor e grande amigo da cidade”,<sup>128</sup> herdou do pai a sensibilidade, a dedicação ao conhecimento, às artes e a disposição para atuar em instâncias que lhe possibilitasse ações de intervenção sobre a vida pública. Diferentemente do pai, que foi vereador, membro da Comissão de Urbanismo de 1935 e presidente da Câmara<sup>129</sup>, nunca ocupou cargos públicos, mas foi membro e um dos fundadores do Rotary Club de Campinas, e da Sociedade dos Amigos da Cidade de Campinas.<sup>130</sup> Trata-se de um caso importante de reprodução social, dada a quantidade de atividades e círculos de relações em que estavam ambos envolvidos. Deve ser entendida essa reprodução como resultado de um processo no qual se articulam imposições relacionadas à manutenção do prestígio da família e a força do modelo constituído pela respeitabilidade da figura do pai, ainda que se admita a existência de espaços que possibilitassem desvios e escolhas individuais realizadas a partir do repertório de referenciais disponível na vivência social como um todo. Claro que essa “vivência social

---

<sup>128</sup> Farjallat, C. Siqueira. Este nome inesquecível. *Correio Popular*, Campinas, 11 de Fevereiro, 11 de Fevereiro de 1976. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

<sup>129</sup> Prof. Carlos William Stevenson. *Engenharia*, São Paulo, Setembro. 1946. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP

<sup>130</sup> A Sociedade dos Amigos da Cidade de Campinas foi uma organização particular fundada em 1936 dentro do Rotary Club e cuja principal responsabilidade era discutir questões referentes ao urbanismo, o que, após sua dissolução passou a ser diretamente assunto do Rotary. Cf. Aniversário do Rotary de Campinas em 1944. Oração pronunciada pelo Dr. Carlos Penteado Stevenson, [...] *Diário do Povo*, Campinas, 10 de Outubro. 1944. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP Cf.



como um todo”, como se pretende argumentar no presente trabalho, na verdade estava limitado a círculos restritos de convivência da elite. Carlos Penteadó Stevenson, profissionalmente, dedicou-se à medicina, mas como o pai, escrevia poesia e contos, o que o levou a ser titular da Cadeira 40 da Academia Campinense de Letras, onde era considerado um dos acadêmicos mais ativos.<sup>131</sup> Quanto ao urbanismo, para ele certamente foi uma disciplina pela qual desenvolveu interesse e competência, ao menos em parte, no interior da própria família.

Carlos Penteadó Stevenson, com Azael Álvares Lobo, foi um dos fundadores do Hospital Vera Cruz e presidente do Instituto Artístico do Brasil,<sup>132</sup> o que reforça a importância de seu interesse pela arte, que era partilhado por muitos de seus pares. Seu colega de medicina, Azael Álvares Lobo, também conhecido por seu vasto campo de atuação, possuía uma vocação musical de destaque como pianista e compositor, sendo de sua autoria o hino oficial do Instituto Carlos Gomes.<sup>133</sup> Também o advogado e empresário Sylvino de Godoy tinha suas atividades culturais, sendo “diplomado sócio remido da Sociedade Sinfônica de Campinas”, além de fazer parte da Comissão de restauração do Patrimônio Histórico da Catedral Metropolitana.<sup>134</sup>

## 1.7 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COMO FORMULAÇÃO DE REFERÊNCIAS

Verifica-se uma relação constante entre as práticas culturais legítimas e os personagens principais dessa pesquisa. Uma instituição já mencionada anteriormente, o Centro de Ciências Letras e Artes, fundado no Clube Campineiro, espaço onde trinta anos depois seria fundado o Rotary Club de Campinas, talvez seja o lugar onde melhor se pode perceber o modo pelo qual se manifestam essas disposições neste caso específico. A

---

<sup>131</sup> Toledo, Conceição Arruda. Uma crônica de saudade. *Diário do Povo*, Campinas, 16 de Agosto. 1975. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

<sup>132</sup> Cf. *idem*

<sup>133</sup> Cf. Perde Campinas um de seus filhos mais devotados: faleceu Azael Lobo. *Diário do Povo*. 17 de Março, 1964. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

<sup>134</sup> Cf. Nelson Américo de Godoy. Quem é quem nas ruas de Pirituba: Sylvino de Godoy. *Progresso de Zona Oeste*. Pirituba, Julho de 1976. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

colunista do *Correio Popular*, Célia Siqueira Farjallat<sup>135</sup>, ao escrever sobre os oitenta anos do CCLA, faz notar que desde sua fundação pelo advogado e filho de industriais,<sup>136</sup> Cesar Bierrenbach, em 1901, a instituição prezava pela vocação de acolher os campineiros inclinados ao saber e às artes, e que “nasceu da necessidade de um espaço onde os jovens intelectuais pudessem se encontrar e se expressar livremente”<sup>137</sup>.

Destaca-se o tipo de direção que predominava no interior dessa intelectualidade que “Seguia a corrente filosófica do positivismo, cujo lema ‘Ordem e Progresso’ visa ao trabalho pelo trabalho, o progresso humano como meta.” Especificamente estes aspectos de positivismo aí colocados podem ser entendidos como indícios que revelam princípios próximos aos da moral rotária que a partir de 1931, como anteriormente foi observado, difundiu-se entre alguns dos nomes mais atuantes da vida pública de Campinas. Destaca-se o valor dado ao “trabalho pelo trabalho”, que entra em acordo, ainda mais pelo que está sintetizado no lema “Ordem e Progresso”, com preceitos de disciplina e solidariedade profissional. Como mais um elemento para apoiar criticamente o argumento sobre a relação entre a formação das concepções da elite e suas atitudes públicas, segundo Edgar Carone, o positivismo, assim como o evolucionismo, que no final do século XIX apareceram no Brasil como “filosofias revolucionárias”, ao persistirem até as décadas de 1920 e 1930 tornaram-se sustentáculos dos conservadorismos dessa elite, incapaz de renovar os conceitos a partir dos quais se propunham a compreender a formação nacional e o entendimento a respeito das outras classes sociais.<sup>138</sup>

Está presente também, entre os membros do CCLA, uma concepção de conhecimento que prevê um finalismo, uma noção de utilidade. De acordo com Farjallat: “Mas as teses não ficavam no terreno vago das dissertações brilhantes. Tinham o lastro da

---

<sup>135</sup> Atualmente é titular da Cadeira nº 32 da Academia Campinense de Letras. Escreveu nos jornais *Correio Popular* e *Diário do Povo*. Lecionou em diversos colégios de Campinas, além de atuar em ações filantrópicas na assistência a crianças deficientes, idosos e toxicômanos. Cf. TOLEDO, Maria Conceição Arruda. *Academia Campinense de Letras. Patronos, fundadores e titulares*. Campinas, Komedi, 2006, p. 186

<sup>136</sup> Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Ciência e artes, objetivos do Centro 76 anos depois: ecologia e índios, bons temas de 1901. *Correio Popular*, Campinas, 16 de Julho de 1977

<sup>137</sup> Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Farjallat, C Siqueira, Oitenta anos a serviço da cultura. *Correio Popular*, Campinas, 3 de Outubro, 1981

<sup>138</sup> Cf. CARONE, op. cit. p. 86

aplicação prática.”<sup>139</sup>. Portanto, ainda que fosse vasta a variedade de campos dos conhecimentos que o CCLA pretendia cobrir,<sup>140</sup> estava colocado em sua direção, de acordo com uma citação da carta de inauguração do Centro, que aparece em outra nota de jornal, um sentido bastante claro que deveria reunir as “ciências que mais se prendem aos progressos do nosso país e sua agricultura, [...]”.<sup>141</sup> Do conteúdo dessa diretriz, deve-se dar atenção ao destaque recebido pela agricultura, uma vez que os membros fundadores do CCLA mantinham estreitas relações com os estudiosos do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), fundado em 1887, pelo Imperador D. Pedro II.

Avançando para o período que mais interessa a essa pesquisa, pode-se encontrar Theodureto de Camargo, que não era diretamente ligado ao CCLA, mas estava envolvido em instâncias que certamente propiciavam o contato com seus membros e outras pessoas atuantes nos círculos sociais considerados. Este personagem foi o homem que por mais tempo dirigiu o IAC durante toda sua história, de 1924 a 1942.<sup>142</sup> Além disso, em 1931 fez parte do primeiro conselho diretor do Rotary Club de Campinas,<sup>143</sup> e em 1935 foi membro da Comissão de Urbanismo, como representante da agricultura. A atividade agrícola, deste modo, está representada não por um grande fazendeiro, mas por um cientista, cuja instituição tinha como papel estudar e desenvolver técnicas avançadas para o trabalho do campo. É, portanto, uma tomada de posição que marca o modo pelo qual estão colocadas as relações produtivas e simbólicas em que estava envolvida a agricultura. Tendo em vista o destaque dado à economia cafeeira e aos personagens do passado que a partir dela

---

<sup>139</sup> idem

<sup>140</sup> Em 1938 a revista do CCLA enumerava Comissões Auxiliares nas seguintes áreas: Matemática, Ciências Físico-Químicas, Ciências Naturais, Geografia, História e Estatística, Etnografia e Antropologia, Engenharia, Agricultura e Zootecnia, Medicina, Ciências Jurídicas e Sociais, Psicologia e Pedagogia, Filologia e Linguística, Literatura, Pintura e Escultura, Música, Higiene, Cirurgia, Farmácia e Odontologia, Contabilidade, Biblioteca e Museu, Legislação, Justiça e Contas, Sindicância. Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, Campinas, Tipografia Casa Genoud, 1938

<sup>141</sup> Ciência e artes, objetivos do Centro 76 anos depois: ecologia e índios, bons temas de 1901. *Correio Popular*, Campinas, 16 de Julho de 1977. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

<sup>142</sup> Ver Galeria de Diretores no site do IAC. <http://www.iac.sp.gov.br/areadoinstituto/instituto/galeria.php?numpagina=3>

<sup>143</sup> Aniversário do Rotary de Campinas em 1944. Oração pronunciada pelo Dr. Carlos Penteado Stevenson, [...] *Diário do Povo*, Campinas, 10 de Outubro, 1944. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Ver também o site do Geroi Brasil – Grupo de estudos sobre Rotary na internet. <<http://www.ebanataw.com.br/geroi/otoniell/hr18.htm>>.

empreenderam o crescimento de Campinas, apesar do grande entusiasmo em relação ao urbano e ao industrial, permaneceu a agricultura como setor atuante nas instâncias de decisão da cidade, neste momento, necessariamente colocada como prática moderna realizada a partir de técnicas científicas.

Ainda quanto à matriz positivista, é preciso apontar a relação que muitos dos membros do CCLA tiveram com o Colégio Culto à Ciência, como professores ou alunos. Essa orientação está relacionada às circunstâncias da fundação do colégio, em 1874, pela loja maçônica Independência,<sup>144</sup> com destaque à atuação de Bento Quirino dos Santos.<sup>145</sup> Tratava-se de um projeto de fundação de escolas laicas dirigido por esta instituição, no contexto da oposição colocada pelos republicanos contra a ligação entre o governo imperial e a Igreja Católica. Do ponto de vista da transmissão de valores dominantes como formação das disposições na relação com o conhecimento e no modo de se colocar diante da sociedade, é relevante que, recorrentemente, personagens considerados nessa pesquisa tenham sido formados dentro desse colégio. O engenheiro civil Carlos Francisco de Paula, membro da Academia Campinense de Letras, em 1946, numa homenagem ao cinquentenário do Culto à Ciência deixou registros que servem de fundamento a essa consideração nos seguintes termos:

*Quantos daqueles jovens que timidamente ingressaram no 1º ano desta casa, aqui formaram o espírito, e hoje ocupam dignamente posições de grande destaque na vida nacional, [...] porquanto a escola é o cadinho onde se caldeia o caráter dos homens de amanhã, e ao ensino secundário o que mais incumbe é justamente a formação das elites!*<sup>146</sup>

Carlos Francisco de Paula, além da formação em engenharia foi catedrático em matemática, entre outras instituições de ensino, no Colégio Culto à Ciência. Politicamente ocupou ao longo de sua trajetória os cargos de vereador e vice-prefeito de Campinas. Este homem de tantas atividades diversas, como parte de seu trabalho intelectual, publicou

---

<sup>144</sup> Cf. GALDINO, Antônio Carlos. Campinas, uma cidade Republicana: Política e eleições no oeste paulista (1870-1889). Tese de Doutorado em História. IFCH-UNICAMP. Campinas, 2006, p. 203.

<sup>145</sup> Cf. Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, Campinas, Tipografia Casa Genoud, 1938, p. 12.

<sup>146</sup> PAULA, Carlos Francisco de. “Cinquentenário do ‘Culto à Ciência’” [Preleção lida na Rádio Educadora em 6/11/1946] in Academia Campinense de Letras, *Antologia: Obra comemorativa do décimo aniversário da Academia Campinense de Letras*. Campinas, Komedi, 1966, p. 19

estudos sobre a história de instituições da cidade e, além disso, assim como muitos de sua classe, estava envolvido em filantropia, dirigindo associações de beneficência.<sup>147</sup> Em suas palavras nota-se o ideal da educação como processo de formação, destacadamente, tendo em seu horizonte a “vida nacional”. Nesse sentido a missão do Culto à Ciência era formar para a nação, a partir da filosofia que orientava seu corpo docente, uma elite composta por homens providos de valores e qualidades que deveriam capacitá-los à direção de seus ofícios específicos como também à intervenção na vida pública.

Cabe destacar que nos registros consultados, na maioria das vezes a vocação para a política está implícita. Carlos Francisco de Paula, logo após colocar com exclamação a importância de formar a elite, passa a argumentar a importância da educação de um modo geral: “O ensino secundário não indaga se tem diante de si futuros médicos, advogados, engenheiros, comerciantes ou industriais; o seu programa é eminentemente educativo”. De fato, as cinco categorias profissionais que ele menciona são justamente as mesmas que predominam entre os homens que faziam parte dos círculos que dos anos 1930 aos 1950 estavam envolvidos nas comissões de urbanismo, no Rotary Club, no CCLA, na Academia Campinense de Letras e nos Clubes de Campinas. De todo modo, nada está dito sobre a vocação para a política, como se essa fosse uma manifestação natural surgida da formação destes tipos profissionais.

Em seguida o texto adota o tom afetivo, tão recorrente até aqui na análise das notas biográficas: “Seus alunos aspiram a qualquer cousa, e esta aspiração tem a virtude de reunir os corações”<sup>148</sup>. Neste trecho, a palavra coração sintetiza uma série de conhecimentos e competências, que ao resultarem da aprendizagem de posições, na verdade bem definidas, criavam entre os alunos, disposições específicas de afinidade, o que, nas palavras de Carlos Francisco de Paula aparece como “aspiração” que tem a virtude de reunir. Deste modo, a direção da educação dedicada aos jovens toma a forma de metáforas relacionadas a “luz” e “caminho”: “Muitas gerações receberam nessa casa a lição que esclarece e o exemplo que educa, a inspiração que é flama ardente a iluminar a trilha do

---

<sup>147</sup> Idem. p. 16

<sup>148</sup> Idem. p. 20

ideal dos jovens alunos.”<sup>149</sup>. Estas imagens vagas confirmam uma concepção na qual os valores éticos, profissionais, estéticos e morais são regidos por princípios universais e imutáveis. Seu desdobramento é, em vários níveis, a violência simbólica, lembrando a já citada reflexão de Maria da Graça Jacinto Setton sobre a moralidade rotária, uma vez que ao elencar os atributos que caracterizam os eleitos, são definidos por consequência os desviantes, em relação os quais cabe à sociedade corrigir ou reprimir.

O acadêmico conclui estas últimas considerações, com as seguintes palavras:

*Nesta oficina febricitante de trabalho e de luz, forjaram-se tantos espíritos ainda tenros que ao depois partiriam para o plenário da vida, com a mentalidade já formada e com o coração aquecido de fervor patriótico, que puseram ao serviço da sociedade, pugnando pela grandeza da pátria, no afã sublime de acrescer-lhe o nome e a dignidade.*<sup>150</sup>

Chamam a atenção a imagem da oficina e a ideia de forjar os espíritos, como metáforas do mundo produtivo que exprimem uma concepção específica de transmissão de conhecimento e formação da juventude ligados a uma noção de ordem definida por princípios hierárquicos indispensáveis. Estas premissas aparecem no trecho como condição para produzir cidadãos capazes de servir à pátria, como finalidade fundamental do Colégio Culto à Ciência.

Em um dos registros consultados sobre o CCLA está marcada esta postura que pretende colocar de lado a política, ainda que muitos de seus membros tivessem, de algum modo, inserções na vida pública: “Vivendo de projetos nem sempre concretizados, o Centro preferiu geralmente restringir sua ação ao campo cultural não se engajando na vida política e social da cidade e do país.”<sup>151</sup> Trata-se de uma avaliação que contribui com a ocultação das relações entre o “campo cultural”, colocado como lugar de práticas neutras, e a política. As publicações do CCLA, na verdade, partiam, por mais que se levasse a sério a objetividade científica, de pressupostos teóricos e escolhas metodológicas que se baseavam em posições parciais, inclusive no que diz respeito a convicções políticas. É justamente

---

<sup>149</sup> Idem. p. 18

<sup>150</sup> PAULA, op. cit. p. 18

<sup>151</sup> Ciência e artes, objetivos do Centro 76 anos depois: ecologia e índios, bons temas de 1901. *Correio Popular*, Campinas, 16 de Julho de 1977. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

esse o aspecto que se quer explicitar com essa pesquisa, uma vez que se verifica uma recorrência de casos nos quais uma fração da elite campineira reproduz seus meios de intervenção em questões de interesse público, de maneira inseparável da legitimação a ela conferida por sua permanência nas instituições que prezam pelo conhecimento e pelas artes.

As realizações do CCLA em torno de personagens ilustres da história de Campinas contribuem com a construção de uma memória da cidade, na qual são centrais como sujeitos dos grandes acontecimentos da vida cultural e do desenvolvimento econômico, homens pertencentes a círculos restritos de sociabilidade, em geral tipos sociais diferenciados pela extensão de suas atividades, suas virtudes morais e sua devoção a Campinas. São justamente essas as qualidades atribuídas também aos personagens apresentados até aqui. E foram estes homens, que se destacaram entre os anos 1930 e início dos anos 1940, que neste período escreveram sobre personagens como Carlos Gomes, e os republicanos, Bento Quirino dos Santos, Campos Salles, Francisco Glicério, entre outros, contribuindo deste modo para a perpetuação de suas memórias e dos valores a eles vinculados.

\*\*\*

No dia 11 de Julho de 1936 foram realizados no centro de Campinas, festejos em homenagem ao centenário de nascimento de Carlos Gomes, nos quais o CCLA esteve ativamente envolvido.<sup>152</sup> Dentre os acontecimentos deste evento público foi ornamentado o monumento-túmulo de Carlos Gomes, na Praça Bento Quirino, e rezada uma missa campal reunindo espectadores em número significativo, pelo que se pode observar nas fotografias (imagem 4) publicadas na revista do CCLA deste ano, também dedicada à comemoração do centenário.<sup>153</sup> Envolvendo muitas crianças, foi apresentado um “coro orpheonico” composto por 1500 vozes e um desfile com alunos de diversas escolas da cidade. Na foto

---

<sup>152</sup> Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes – ano XXII, Campinas, Tipografia Casa Genoud, 1936, p. 96

<sup>153</sup> Idem p. 98-100. Em 1938, dois anos depois da revista em homenagem a Carlos Gomes, foi publicada uma revista dedicada à memória de Bento Quirino dos Santos, outro importante personagem da história de Campinas. Depois de 1938 não houve nenhuma publicação até 1953, ano em que a revista retoma marcos da história do próprio CCLA.

que registra este desfile, é importante notar as bandeirinhas do estado de São Paulo que as crianças carregam nas mãos (imagem 5). Trata-se de uma manifestação do espírito do orgulho paulista, fortemente aflorado em Campinas entre os anos seguintes à Revolução Constitucionalista e anteriores ao Estado Novo, que encontrava ocasião para se expressar em uma grande aglomeração pública, ainda que, neste caso, decorrente da homenagem a um artista e, portanto, supostamente sem motivações ou intenções políticas.

Imagem 3 – Monumento Túmulo de Carlos Gomes ornamentado para as festividades do centenário



Fonte: *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes*, Campinas, Tipografia Casa Genoud, 1936, página não numerada.



Imagem 4 – Missa Campal



Fonte: *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes*, Campinas, Tipografia Casa Genoud, 1936, página não numerada.

Nota: À esquerda, ao lado da árvore, pode-se ver o volume de pessoas que assistiam ao evento.

Imagem 5 – Desfile das escolas de Campinas em homenagem a Carlos Gomes



Fonte: *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes*, Campinas, Tipografia Casa Genoud, 1936, página não numerada

Nota: As crianças, observadas por grande número de espectadores, seguravam bandeiras do estado de São Paulo.

A revista que homenageia Carlos Gomes surgiu após nove anos sem publicações. A partir da Revolução de 1930, o CCLA deixou de receber repasse de verbas, tanto da parte do governo municipal como do federal,<sup>154</sup> entrando em um longo período de complicações financeiras.<sup>155</sup> Nessa publicação – retomando um dos personagens principais da pesquisa – há um texto de autoria do engenheiro Carlos William Stevenson, sócio benemérito e ex-presidente do CCLA. Neste elogio ao maestro campineiro aparecem elementos qualificativos de natureza semelhante aos que predominam nas notas biográficas dos jornais, analisadas anteriormente. Logo na epígrafe, do também ilustre campineiro Bento Quirino dos Santos<sup>156</sup>, lê-se: “Paira-lhe na frente aquela vaga auréola da mocidade: os raios todos da esperança.”<sup>157</sup> Trata-se de uma impressão a respeito da expressão de Carlos Gomes, que revelava por si só, estampadas na própria frente, virtudes interiores associadas a imagens recorrentes de iluminação ao referir à auréola da mocidade e à luz da esperança.

Na escolha dos aspectos da vida de Carlos Gomes a serem abordados, Stevenson destacou a ascensão do homem que saiu de família modesta para tornar-se um destaque internacional. Mencionava também, e é importante destacar, que ainda que não fosse uma família de posses, tratava-se, no entanto de uma família na qual o pai Manuel José Gomes ensinava música a Carlos e seu também reconhecido irmão José Pedro de Sant’Anna Gomes.<sup>158</sup> O aprendizado artístico começou no interior da própria família, portanto, pela transmissão de um conhecimento que, de fato, foi desenvolvido especialmente pelas inclinações individuais de Carlos Gomes, mas que talvez jamais surgisse não fosse a familiaridade com a música. Em outro texto da mesma revista, o Dr. Amphilophio Mello, vice-presidente do CCLA, que certamente não ignorava a formação musical da família do maestro, desenvolveu sua homenagem, todavia, em termos que têm como finalidade ressaltar as capacidades exclusivas de um gênio e o poder da força de

---

<sup>154</sup> Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, Campinas, Tipografia Casa Genoud , 1953, p. 32

<sup>155</sup> Ainda assim, durante todo o período o Centro manteve suas atividades culturais e em 1943 contava com 393 sócios. Cf. idem. p. 44

<sup>156</sup> Mais adiante será discutida com maiores detalhes a importância da memória deste personagem para o CCLA.

<sup>157</sup> Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes – ano XXII, Campinas, Tipografia Casa Genoud , 1936, p. 9

<sup>158</sup> Cf. Idem. p. 10

vontade individual: “Vindo de origem humilde, o notável maestro soube subir. [...] Subiu não por ter nascido em *berço de ouro* mas subiu pelo mérito, pelo valor próprio, por si, o que não é muito comum.”<sup>159</sup> Este tipo de avaliação a respeito da trajetória de um personagem célebre contribui com a confirmação de um senso comum que, ao supervalorizar o mérito individual obscurece os fatores sociais que definem as possibilidades concretas das pessoas ao longo de suas histórias. Marques Junior, autor do texto de abertura da revista, em seu elogio, articula elementos ainda mais mistificadores: “Dir-se-ia que ele, conhecendo os mistérios dos deuses, procurou unir, pelos acordes suaves de sua lira, o céu à terra, trazendo aos homens as harmonias dulcíssimas dos páramos celestes para suavizar-lhes os ásperos caminhos da vida”<sup>160</sup>

Ao abordar a forma como Carlos Gomes saiu da casa da família e fugiu para o Rio de Janeiro, atendendo ao impulso de seu “imperioso pendor artístico”<sup>161</sup>, Stevenson, baseado em relatos de Bento Quirino dos Santos, destacou a relação do músico campineiro com o pai, enfatizando o arrependimento que a sensibilidade de um grande artista não pode evitar quando tem a consciência de ter desrespeitado à família, ainda que fosse para encontrar oportunidades para desenvolver seu talento. Tratando da carta escrita ao pai por Carlos Gomes, Stevenson encontrou ocasião para compor uma cena emotiva, na qual se destaca o papel do pai: “O coração de pai sempre perdoa. Foi chorando que Carlos Gomes leu as muitas censuras que precediam o perdão e benção do seu extremoso progenitor, e a ordem que lhe constituía uma pensão mensal de 30\$000.”<sup>162</sup> O “coração de pai”, ainda que como imagem, no trecho específico, dirigida à atitude de Manuel José Gomes, aparece como essência do modo como um pai em geral, deve lidar com o filho. Argumenta-se com isso que Carlos William Stevenson, em sua posição de homem de letras contribuía com a propagação de determinados valores morais. Claro, a construção de um senso comum não é tarefa que se possa atribuir a um único homem; no entanto, à medida que imagens tradicionais são recorrentes nos escritos de diversos homens respeitáveis da sociedade, elas

---

<sup>159</sup> Idem. p. 94

<sup>160</sup> Idem. p. 6

<sup>161</sup> Idem. p. 10

<sup>162</sup> Idem. p. 11

ganham potencial para exercerem função de elementos de direção das disposições internas, dos modos de conduta e da opinião pública de uma comunidade.

Ao afeto do pai, segue, no texto, o afeto do Imperador. “D. Pedro II, magnânimo monarca sempre pronto a amparar os reais valores que se faziam, estendeu-lhe carinhoso acolhimento.” Com isso Carlos Gomes ingressou no Conservatório do Rio de Janeiro, de onde seguiu para a Europa. Neste momento o texto passa para uma segunda parte que o autor intitulou “O Zênite da Glória”, na qual a forma como é exposta a repercussão das obras de Carlos Gomes na Europa permite perceber elementos importantes de uma discussão acerca da identidade nacional. Sobre as expectativas pela execução de *O Guarani*, no teatro de Milão em 19 de Março de 1870, Stevenson escreveu: “Sob o esplendor das luzes, irrequietos e ansiosos pelas sinfonias selvagens que esperavam, estava presente tudo que de elegante e artístico se poderia reunir no mundo musical milanense.”<sup>163</sup> À expressão “sinfonias selvagens”, como algo de profundamente nativo, em outro momento acrescenta-se a qualidade de “a mais brasileira das músicas”,<sup>164</sup> que foi capaz de atrair a admiração europeia, tanto para Carlos Gomes, “o imortal cantor das nossas selvas”, como para o Brasil. A articulação destes elementos exprime aspectos fundamentais de uma noção de identidade nacional da qual, de algum modo, Carlos William Stevenson partilhava. É a ideia, notadamente, de uma cultura híbrida, que pôde manifestar-se, por exemplo, na junção entre o refinamento da música erudita e algo difícil de definir, de natureza essencialmente sentimental: “A torrente melódica vem de origens mais profundas que as da própria inspiração. Nasce das entranhas da terra...”<sup>165</sup>

O já citado Marques Junior, em seu texto, sintetizou a concepção segundo a qual a mistura entre selvagem e civilizado é o que torna particular o brasileiro:

*Inspirando-se no romance de José de Alencar, de nome igual ao de sua ópera, o famoso compositor soube passar para o domínio da arte a representação viva e contrastante da agrestia rude da natureza ainda virgem de sua terra, e a doçura incomparável e deliciosa do povo que a habita.*<sup>166</sup>

---

<sup>163</sup> Idem. p. 12

<sup>164</sup> Idem. p. 15

<sup>165</sup> Idem. p. 13

<sup>166</sup> Idem. p. 6

De um lado um domínio do meio selvagem, a “agrestia rude”, e de outro a “doçura” do povo, que espantosamente, de forma “contrastante”, encontra-se em meio a ela e a ela combina-se de modo particular.

Stevenson, por fim, resume todas as qualidades que nessa revista, em diálogo com os demais autores, atribui a Carlos Gomes: “E, a 16 de Setembro de 1896, deixou de existir quem foi, na vida, um ‘artista máximo’, um grande coração, um extremado Brasileiro e Patriota, um verdadeiro paulista, um ardoroso Campineiro, amantíssimo de sua terra natal – Campinas!”<sup>167</sup> São valores caros a Stevenson, pode-se dizer, e aos homens de sua classe e sua época, ressaltados como características marcantes de um grande personagem. Além de considerá-lo “artista máximo” – e, de fato, não se pode negar a qualidade da obra de Carlos Gomes –, Stevenson atribui-lhe um “grande coração”. Repete-se, com isso, a afirmação da virtude moral como parte imprescindível do todo que compõe um personagem de grande importância. Nem mesmo sua vida desregrada pôde macular a figura do gênio com a qual ele é recorrentemente identificado. Ao contrário, aparece como decorrência própria da prática da arte como manifestação de qualidades inatas de um homem diferenciado, que “nunca deixou por isso, de ter a alma boêmia, comum dos artistas.” Até mesmo na indisciplina Carlos Gomes é considerado extraordinário e essencialmente bom: “Generoso, desprendido, desorganizado, mesmo na parte mais prosaica da vida, as suas finanças sempre andaram em dificuldade.” Apesar da pouca aptidão para cuidar das questões de dinheiro, era generoso, desprendido, e sua arte continuava tornando-o merecedor de uma mesada do Imperador, “pelo muito que lhe valia tão bela expressão da inteligência brasileira”<sup>168</sup>.

Deve-se destacar também, das palavras de Stevenson, o fato de estarem colocadas como qualidades as identidades relacionadas à pátria, à cidade e ao estado. “um extremado Brasileiro e Patriota, um verdadeiro paulista, um ardoroso Campineiro, [...]” Para além do orgulho campineiro e da valorização do patriotismo, a afirmação de que Carlos Gomes foi um “verdadeiro paulista”, certamente pode ser entendida como uma vontade de Stevenson em atribuir ao maestro tudo o que era considerado valoroso na cidade

---

<sup>167</sup> Idem. p. 16

<sup>168</sup> Idem. p. 15

de Campinas em meados da década de 1930, inclusive o entusiasmo ligado à resistência a Getúlio Vargas pela participação na Revolução Constitucionalista. Do ponto de vista do papel da construção das identidades em torno da memória da cidade, a reprodução do discurso da causa de São Paulo na ocasião do centenário de Carlos Gomes, aparece como um elemento importante que se agrega ao todo da opinião pública que sustenta esta mesma causa. É deste modo que Carlos William Stevenson desempenha um papel que pressupõe uma posição política, ainda que não necessariamente desejasse que sua atividade literária fosse vista dessa maneira.

Não se pode duvidar, de todo modo, que Carlos Gomes, mesmo ao mudar-se para o Rio de Janeiro fosse, de fato “amantíssimo de sua terra natal”. Ainda assim, sua relação com Campinas aparece no texto de Stevenson como fato privilegiado, cujos significados é importante evidenciar. Sobre a impressão que causava a ópera *O Guarani* ele diz: “Há qualquer coisa de muito mais que nos fala n’alma, que nos enche o coração, que só ele e Campinas ouviam [...]”<sup>169</sup>. Para o engenheiro, a cidade, como o maestro, tinha a capacidade rara de captar os traços essenciais das profundezas brasileiras que Carlos Gomes transformou em música. Há nessa relação uma pista sobre como funcionava a compreensão de Stevenson, uma vez que nessa consideração, *O Guarani* é o produto de forças maiores e, talvez indeterminadas, que moldaram, ou ao menos definiram condições particulares das capacidades de Carlos Gomes. Estas mesmas forças agiram do mesmo modo sobre a cidade que, por sua vez, foi o próprio ambiente no qual o compositor campineiro encontrou a matéria de sua arte. Mais adiante no texto, o autor lamenta o desfecho da trajetória de Carlos Gomes, que com a ascensão do governo republicano deixou de gozar dos auxílios que recebia de D. Pedro II, o que tornou difíceis seus últimos dias na Itália. Sobre este episódio, Stevenson colocou questionamentos que parecem confirmar uma tendência sobre seu modo de compreensão:

*Completo-se, num ocaso sombrio, a trajetória luminosíssima do gênio patricio, [...] Poderia ter sido mais rica, mais preciosa a sua obra, dadas a sua intensa inspiração artística, as suas raras qualidades de compositor, os seus grandes conhecimentos da técnica musical, o seu harmônico e perfeito equilíbrio orquestral? Quem ousará julgá-lo? Outras fossem as condições e o meio em que*

---

<sup>169</sup> Idem. p. 13

*viveu e produziu, outro seria, talvez, o opulento tesouro de seu legado artístico. Ele, porém, era assim, viveu assim. E, assim, nunca foi entre nós igualado!*<sup>170</sup>

Este tipo de juízo tem como base uma concepção de causalidade, a partir da qual Stevenson entendeu as aptidões artísticas de Carlos Gomes como produtos surgidos do modo como “as condições e o meio” dados as determinaram. Um texto de homenagem capaz de causar ao campineiro orgulho e identificação, traz implicitamente critérios a partir dos quais é narrada a trajetória de um herói e produzidas as explicações a respeito de seus desdobramentos. São estes critérios que perpetuam, ao mesmo tempo, uma forma específica de raciocínio que permite ver em causas aparentes, fatores suficientes para a composição de uma noção linear e homogênea da história e de tudo o que com base nela se legitima.

\*\*\*

Em 18 de Dezembro de 1938 foi publicada mais uma revista do CCLA, dessa vez em homenagem à memória de Bento Quirino dos Santos, outro destacado personagem da história de Campinas, lembrado por sua atuação junto aos republicanos, por suas contribuições durante as epidemias de febre amarela e pela fundação de diversas instituições de beneficência, serviços público e inúmeros empreendimentos. No texto de apresentação, coloca-se uma justificativa na qual se pode identificar novos indícios a respeito da natureza do posicionamento público do Centro de Ciências Letras e Artes. O autor, que não está identificado, afirma que a instituição cumpre sua finalidade ao dedicar algumas de suas edições “àqueles que, campineiros e brasileiros, cooperaram de qualquer forma, direta ou indiretamente para o engrandecimento do País”<sup>171</sup>. Está em evidência, novamente o valor de um fazer pela pátria como uma das maiores qualidades que um homem pode apresentar. Iniciando o elogio a Bento Quirino, o autor repete a referência à pátria articulada a outros valores atribuídos ao homenageado: “Parece que, nele, se sintetizou em conjunto magnífico todas as mais gratas emoções, de que um homem faz a única razão da sua existência na coletividade. Deus, Pátria, Família e Humanidade.”

---

<sup>170</sup> Idem.

<sup>171</sup> Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, Tipografia Casa Genoud, Campinas, 1938, p. 5

Escritos com iniciais maiúsculas, estes valores estão colocados como universais aos quais Bento Quirino dedicou-se plenamente. Acrescenta-se ainda sua “existência na coletividade”, qualidade recorrente ao longo da revista. A construção de um exemplo de homem e cidadão pelo resgate de uma memória composta de uma série de atributos morais e de civilidade aparece, ainda nesta página de apresentação, como intenção declarada: “Bento Quirino se impõe, desde logo, ao conceito geral, como um tipo de eleição, cuja história bem pode servir de paradigma para nós todos, moços e velhos, ricos e pobres”. Além da exaltação do personagem campineiro colocado como ideal a seguir, percebe-se, como base do argumento uma concepção de história que se presta a ensinar, com exemplos do passado, o modo pelo qual os homens do presente podem conduzir dignamente suas próprias vidas.

O texto principal dessa revista é, novamente, de autoria de Carlos William Stevenson, o que atesta seu prestígio dentre a intelectualidade ativa do CCLA, como também seu grande interesse pessoal na produção e perpetuação da memória dos grandes nomes de Campinas. Partindo, inicialmente, de uma compreensão geral do texto de Stevenson, surge a oportunidade de colocar em questão o que constitui esses grandes nomes do ponto de vista das relações possíveis entre a produção e a difusão de suas biografias e a vida na cidade. Bento Quirino e Carlos Gomes realizaram de fato, na política e na arte feitos capazes de repercutir e afetar concretamente o meio social no qual viveram e, em algum nível, mesmo a posteridade. Estes personagens, do modo como aparecem nas revistas do CCLA, não podem ser considerados, portanto, completas invenções arquitetadas pela imaginação de Carlos William Stevenson, ainda que se deva admitir que em suas escolhas para a montagem das narrativas, necessariamente estavam embutidos seus pontos de vista próprios. Nesse sentido é que os textos podem ser entendidos como articulações, mais ou menos diretas, de elementos de identidade e legitimação política por meio de narrativas biográficas do passado. Deve-se reafirmar, deste modo, a dimensão de prática discursiva que permite que a memória destes personagens seja acessada, como meio de difusão de valores próprios a um grupo específico envolvido em instâncias diversas de poder, inclusive, notadamente, nas organizações que produziam textos e eventos oficiais em torno dessas memórias. Para uma análise crítica deste tipo de registro, é importante



distinguir os elementos com que foram reconstituídos os passados gloriosos dos grandes homens, para julgar sua natureza e suas implicações no mundo social e histórico, neste caso, o de determinados círculos da elite campineira, em Dezembro de 1938.

Feitas estas considerações, algumas das qualidades atribuídas a Bento Quirino dos Santos por Stevenson devem ter, em certa medida, a dimensão de expressar aquilo que objetivamente se poderia constatar das disposições que marcaram em vida as atitudes públicas do político campineiro. Ao mesmo tempo, essas qualidades podem ser entendidas como atributos com os quais o próprio Carlos William Stevenson se identificava e os quais considerava importante difundir associados a um grande nome, como atitude política capaz de direcionar disposições específicas e exemplares de civilidade. Destaca-se no elogio feito pelo engenheiro a trajetória de um personagem que dedicou sua vida mais à coletividade que a si mesmo. Esta característica, em 1946 foi empregada em um texto que homenageava, por sua vez, a memória do próprio Carlos William Stevenson:

*Sobretudo, nos grandes espíritos criadores como o desse varão ímpoluto [Carlos William Stevenson] cujo desaparecimento lamentamos, não se aninhavam ideias que concretizadas, deixassem de servir ao bem público. Era-lhe inconcebível que o interesse particular se sobrepusesse ao coletivo, utilizando de seu saber, engenho e arte.<sup>172</sup>*

Nesse trecho são destacadas de forma enfática ao ponto de elevarem ao cargo de exemplo as inclinações de Stevenson no que diz respeito ao seu trabalho para o interesse de utilidade pública. Essa ênfase, algumas vezes, sobretudo em um texto de homenagem póstuma, parece propor-se à construção de um mito, ou ao menos à apresentação para a posteridade, de um homem de qualidades raríssimas que um dia viveu em Campinas, e para o qual era “*inconcebível* que o interesse particular se sobrepusesse ao coletivo.” Sobre esta vocação no caso de Bento Quirino, suas iniciativas em prol da coletividade aparecem como devoção, como uma dedicação exclusiva à cidade. Em outro texto dessa mesma revista, de autoria de Joaquim de Castro Tibiriçá<sup>173</sup>, essa entrega é apresentada associada ao fato do

---

<sup>172</sup> Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Prof. Carlos William Stevenson. *Engenharia*, São Paulo, Setembro. 1946

<sup>173</sup> Joaquim de Castro Tibiriçá foi prefeito de Campinas em 1945, foi diretor do Clube dos Advogados, fundou a Biblioteca Municipal. Realizou atividades beneficentes ligadas ao Instituto dos Cegos Trabalhadores de Campinas. Atuou também como advogado de defesa no processo de desapropriação movido pela Prefeitura

político campineiro jamais ter se casado: “Bento Quirino viveu solteiro, com a alma enamorada, apenas, desse orgulho campineiro”<sup>174</sup>. O trecho citado fez parte de um discurso proferido pelo mencionado autor em Abril de 1937, por ocasião da inauguração da estátua de Bento Quirino neste ano de seu centenário. Essa imagem de Campinas no lugar da esposa, mais adiante, assume um sentido ainda mais sentimental quando o autor rememora a atuação do homenageado que, atendendo ao chamado da cidade, recusou-se a abandoná-la, durante as epidemias de febre amarela que a assolaram ao longo da última década do século XIX: “Era a voz de Campinas, da namorada em agonia, pedindo conforto, a presença de seu amor, para não ficar abandonada. E Bento Quirino não partiu.”<sup>175</sup>

De volta aos escritos de Carlos William Stevenson, este amor a Campinas, essa dedicação ao coletivo materializado na cidade, permeia todo seu texto. Em três momentos, particularmente, esta disposição é expressa por um termo que permite localizar com maior precisão, inclusive pela repetição, o modo pelo qual o autor pretendeu definir as atitudes públicas da vida de Bento Quirino. Trata-se do princípio de “servir”. Este lema aparece ao longo do texto, sempre sob uma mesma fórmula, como se pode verificar: “a linha condutora de seus atos, e que uma simples palavra por completo define: Servir.”<sup>176</sup> Na sequência, está colocado do seguinte modo: “[...] a linha norteadora de sua fecunda existência: Servir.”<sup>177</sup> E mais adiante, na mesma página, “todos os recursos dos seus haveres, inteligência e prestígio, na realização completa do sublimado fim da sua vida: Servir.” É possível notar nestas passagens ainda a repetição de mais outra figura, a da “linha”, primeiro “condutora”, depois “norteadora”. Não podem ser lidas desatentamente essas escolhas do autor, ainda mais quando se repetem. São palavras especialmente destinadas a ilustrar aspectos fundamentais do caráter de um grande homem.

Essa “linha” que conduz ao princípio de servir define como qualidade uma existência uniforme, sem sobressaltos, de uma coerência infalível. Já se pôde observar este mesmo tipo de valor colocado como virtude nas notas biográficas de Lix da Cunha, quando

---

Municipal contra o Dr. Olympio da Silva Miranda e sua mulher. Ver Centro de Memória da Unicamp. Processo de Desapropriação nº 4387, 4º of. 1940

<sup>174</sup> Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, Tipografia Casa Genoud, Campinas, 1938, p. 31

<sup>175</sup> Idem.

<sup>176</sup> Idem. p. 10

<sup>177</sup> Idem. p. 12

se destaca sua qualidade de homem de família pelo “exemplo da retidão de seu caráter”. Na palavra “retidão” está também sugerida uma imutabilidade, a qualidade de algo que segue sempre pela mesma direção (em linha reta), independentemente do que aconteça. Entre os homens desta classe essa característica aparece como algo que se deseja estender a toda a sociedade, e que se valoriza à medida que está associada a segurança, credibilidade e estabilidade. O que esta pesquisa pretende sustentar, a partir dos registros analisados, é que o esforço para que determinados valores fossem compartilhados, tinha como um de seus desdobramentos uma influência decisiva nos debates sobre o urbanismo. Nesse sentido, as qualidades morais individuais difundidas publicamente, podem ser entendidas como aspectos centrais das decisões sobre o tipo de cidade que deveria ser Campinas, e o modo mais adequado de sociabilidade que deveria corresponder-lhe.

Quanto ao princípio de servir, com que Carlos William Stevenson representa o caráter de Bento Quirino, pode-se ainda considerar, como já foi dito, que “servir” é a palavra que aparece como lema central do Rotary Club, organização à qual Stevenson era ligado. Toda esta construção em torno do personagem homenageado tem, portanto, como referência, um conjunto de preceitos morais bem definido por ser estreitamente relacionado aos valores rotários. Na verdade, a narrativa de Stevenson, pautada na fórmula que se encerra com “servir”, tem como inspiração um discurso do rotariano Otávio Neto em homenagem ao “Patriarca da Independência”, José Bonifácio, cujo centenário de morte em 1938 foi ocasião para celebrar sua memória.<sup>178</sup> Otávio Neto também fazia parte dos círculos de sociabilidade existentes entre os homens atuantes da cidade até aqui apresentados. No centro de Campinas, na esquina da Rua Barão de Jaguara com a Conceição existe ainda hoje um edifício com seu nome, no qual se pode ver em uma plaquinha de metal a autoria do engenheiro arquiteto Lix da Cunha, que o construiu em 1953<sup>179</sup> no estilo *art déco*. Nos registros consultados, o nome de Otávio Neto aparece como representante do Rotary Club de Campinas e vice-presidente na Comissão dos Festejos do Centenário de Carlos Gomes em 1936.<sup>180</sup> Foram citadas, na epígrafe de Carlos William Stevenson, as seguintes palavras

---

<sup>178</sup> Idem. p. 9

<sup>179</sup> DEZAN, Waldir Vilalva. A implantação de uma modernidade: O Processo de verticalização da área central de Campinas. Dissertação de mestrado, FAU-UNICAMP, Campinas, 2007, p. 111

<sup>180</sup> Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, Tipografia Casa Genoud, Campinas, 1936, p. 3

de seu discurso sobre o “Patriarca”: “O lema da sua longa existência, proba e fecunda, foi... Servir.”<sup>181</sup>

Em resumo, existem relações complexas e nem sempre imediatas entre, as disposições pessoais do engenheiro Stevenson, as atribuições do CCLA<sup>182</sup>, a construção da memória de Bento Quirino e, neste caso, a moralidade rotária, os campos de atuação de Otávio Neto – sobre o qual não há, na verdade, muitas informações – e a construção da memória de José Bonifácio. Essas relações todas se cruzam em diversos pontos por trás do texto e estão em boa parte ocultas pela imagem consolidada de um Bento Quirino cujos feitos são atribuídos a uma coerência ideal do caráter, colocada quase como imanente à sua existência: “Desde os primeiros anos, foi o menino Bento uma criança sadia, revelando nas primeiras manifestações do seu *eu*, o espírito reto e firme que iria constituir, depois o arcabouço da sua inconfundível personalidade.”<sup>183</sup>

Ainda na mesma direção, pode-se destacar outros feitos da vida de Bento Quirino que estão articulados à construção dessa imagem ideal. Stevenson enfatiza a atuação do político campineiro a favor dos ideais republicanos e abolicionistas. O modo como é apresentada essa inclinação política, segue o sentido geral do texto, de modo que todos os aspectos da atividade pública de Bento Quirino aparecem relacionados a qualidades essencialmente individuais. O fato de nunca ter comprado ou vendido escravos está colocado como uma qualidade de percepção a respeito daquilo que é realmente justo, antes mesmo que o todo da sociedade fosse capaz de um entendimento neste mesmo sentido: “o seu coração bem formado levou-o a campanha abolicionista, [...]. E este fato, tão simples na aparência, em uma ocasião em que isto [a escravidão] era não somente legal, mas muito natural mesmo, revela toda a retidão dos seus sentimentos, toda a grandeza de sua alma de escol.”<sup>184</sup>

A coerência da vida apresentada no texto é estabelecida à medida que Stevenson combina elementos específicos de caráter próprios a cada uma das etapas que

---

<sup>181</sup> Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, Tipografia Casa Genoud, Campinas, 1938, p. 9

<sup>182</sup> “Assim, o Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas, guardião fiel e vigilante das suas [de Campinas] mais caras tradições, ontem com Carlos Gomes, hoje com Bento Quirino, cumpre sua missão histórica, homenageando um dos grandes vultos de que se orgulha a gloriosa terra campineira.” Idem. p. 7

<sup>183</sup> Idem.

<sup>184</sup> Idem. p. 8

compõem a biografia. Deste modo, é que se destaca quanto ao nascimento e à trajetória de Bento Quirino, como na história de Carlos Gomes, a origem humilde de um homem que trabalhou desde cedo para construir seu patrimônio e sua reputação: “E foi assim, servindo, que Bento Quirino dos Santos, de um modesto caixeiro de loja, pelo trabalho inteligente e honesto conseguiu tornar-se um dos homens mais abastados e estimados de Campinas.”<sup>185</sup> Os aspectos valorizados de sua biografia, marcada pela atuação intensa em diversos setores da vida pública são semelhantes àqueles que caracterizam os personagens centrais dessa pesquisa. Nesse sentido é relevante o modo como o autor registra, por exemplo, que combinada à capacidade empreendedora e à sensibilidade política, o homenageado dispunha ainda de vocação musical, que o levou a fazer parte da banda “Philorphenica”, regida pelo maestro Sant’Anna Gomes, irmão de Carlos Gomes, “onde conseguiu brilhar como segundo bombardino.” Essa vocação aparece, mais adiante como manifestação de uma qualidade interior descomunal que foi o motivo de seus feitos em outros campos de atuação: “de simples segundo bombardino da banda ‘Philorphenica’, inspirado nas harmonias íntimas do seu coração, transformou-se em notável regente, nas grandiosas sinfonias da caridade e do bem, [...]”<sup>186</sup>

Muitas semelhanças, portanto, com o que se verifica nas análises de personagens atuantes entre as décadas de 1930 e 1940. Para além das qualidades artísticas, da prática da filantropia e das intervenções em questões de utilidade pública, a despeito de nunca ter se casado, como foi apontado anteriormente, não falta a Bento Quirino o atributo, tão caro a Stevenson e aos homens de sua classe: “Celibatário inveterado, era ele, entretanto, o homem da família.” Essa família que Bento Quirino comandava, como instituição indispensável que dá lastro ao caráter do homem público nos círculos sociais da elite campineira daquele período, era formada por suas irmãs e sobrinhas, “a quem dedicava um carinhoso afeto”, em um “lar bonançoso e feliz”.

Ainda sobre a atuação de Bento Quirino junto ao grupo de republicanos campineiros que contava com Francisco Glicério, Campos Salles, José Paulino Nogueira, entre outros, cujo empenho de propaganda para encerrar de vez com a monarquia, tornou a

---

<sup>185</sup> Idem. p. 9

<sup>186</sup> Idem.

cidade conhecida como “Meca da República”,<sup>187</sup> é preciso mencionar que “foi Bento Quirino o venerável da loja maçônica ‘Liberdade’, dirigindo com a dedicação de sempre, aquele agrupamento de homens em grande afinidade com seu próprio eu, reunidos no só objetivo de praticar o bem pelo amor ao bem.”<sup>188</sup> São recorrentes, em estudos acadêmicos ou em “textos partidários” as relações entre a maçonaria e o Partido Republicano a partir da segunda metade dos século XIX.<sup>189</sup> O fato de Stevenson considerar digna de nota também esta posição ocupada pelo homenageado, pode ser entendido como mais uma aproximação entre o grupo do qual fazia parte e este personagem do passado campineiro, particularmente no que diz respeito à possibilidade de intervenção nos rumos da política nacional, a partir do engajamento em uma instituição privada. Essa instituição, a maçonaria, além do mais, foi definida, nas palavras do engenheiro, como um “agrupamento de homens em grande afinidade com seu próprio eu”, com o que explicita sua admiração por este tipo de associação, cujos membros possuem um atributo que sem dúvida os distingue quanto a suas qualidades individuais, notadamente, a “afinidade com seu próprio eu”. Trata-se de um juízo que sintetiza as disposições a partir das quais, segundo o entendimento de Stevenson, agiam no mundo aqueles homens motivados por um propósito universal que se encerra em si mesmo, “o bem pelo amor ao bem”.

Por fim, Carlos William Stevenson faz alusões aos bandeirantes, que Bento Quirino considerava heróis, dizendo: “poderosas são as forças inexplicáveis do passado na terra dos bandeirantes.” Os bandeirantes, personagens de um distante passado paulista, estavam particularmente presentes nos discursos políticos e ufanistas, como símbolo de afirmação do poder de São Paulo durante os anos em que se manteve vivo o espírito da Revolução Constitucionalista. Em mais de uma ocasião apareceu nos registros este engajamento nas palavras do engenheiro Stevenson, que neste caso, além do mais, permitem expressar, no empenho de construção da imagem de Bento Quirino, uma

---

<sup>187</sup> Cf. ROSSETTO, Pedro Francisco. A cidade do curto século vinte: uma história social do advento da casa urbana isolada no lote em Campinas como história da síntese (1917-1929) de um novo padrão de cidade. Dissertação de mestrado em História e Fundamentos sociais de Arquitetura e Urbanismo-USP. São Paulo, 2006, p. 19

<sup>188</sup> Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, Tipografia Casa Genoud, Campinas, 1938, p. 12

<sup>189</sup> GALDINO, op. cit. O autor aponta em nota o debate historiográfico no qual se pode verificar essa afirmação sobre a frequência da tese que relaciona a maçonaria e o Partido Republicano

concepção de história, pela qual se faz o entendimento de que um passado glorioso transmite seu legado a uma posteridade de grandes homens capazes de dar continuidade às forças por ele produzidas:

*E o mesmo sangue, feroso e bravo, que correndo nos brônzeos corações daqueles aventureiros sertanistas, deles fez legendários heróis, vem encher os corações das gerações que chegam, formando novos homens, para novas missões valorosas. Bento Quirino tornou-se legítimo descendente desses heróis que passaram.*<sup>190</sup>

Ao assumir o tom grandiloquente que julgava adequado para tratar daqueles que figuram como os ancestrais mais dignos de uma classe que se coloca a missão de construir o progresso da cidade, Stevenson teve oportunidade para desdobrar suas pretensões estéticas em uma escrita na qual não poupou adjetivos (feroso e bravo, brônzeos, aventureiros, legendários, valorosas), que amplificam o sentido dos elementos que compõem seu argumento.

\*\*\*

Retornando a um momento específico dessas considerações sobre o texto de Carlos William Stevenson nesta publicação comemorativa do Centro de Ciências Letras e Artes, cabe destacar de um trecho citado a pouco, o elogio feito ao engenheiro, quando foi chamado de “varão impoluto”, devido à sua grande capacidade criadora que, além do mais, segundo o autor, estava sempre a serviço do bem coletivo, o qual de modo algum poderia ser superado por interesses individuais. Estas palavras foram ditas na Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, em homenagem à sua memória, por Paulo Nogueira Filho.<sup>191</sup> O registro sobre este personagem indica ainda mais a existência que se quer destacar, de vínculos que constituíram grupos restritos de homens atuantes, cujos círculos de sociabilidade estabeleceram ao longo do tempo espaços de intervenção sistemática sobre as questões de utilidade públicas. Deste modo, à medida que a pesquisa agrupou uma

---

<sup>190</sup> Idem. p. 13

<sup>191</sup> Prof. Carlos William Stevenson. *Engenharia*, São Paulo, Setembro. 1946. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

quantidade razoável de registros, inevitavelmente os nomes dos personagens escolhidos e as relações entre eles foram tornando-se mais recorrentes, de um modo que poderia ser entendido como coincidência, ou sorte, não fosse o entendimento de que, de fato, os critérios para a escolha das fontes primárias enquadraram testemunhos produzidos, justamente, nas articulações das relações de poder nas quais estava inserida a fração da classe dominante estudada. Feitas essas considerações, é sintomático que este Paulo Nogueira Filho, que aparece aqui, fosse filho do Dr. Paulo de Almeida Nogueira, que no primeiro capítulo, foi apresentado na ocasião de sua defesa pelo advogado Edmundo Barreto, por conta da desapropriação de seus edifícios então localizados no Largo do Rosário, onde o Plano de Melhoramentos Urbanos previa a construção do prédio do Fórum. As relações não acabam aqui, uma vez que a admiração de Paulo Nogueira Filho por Carlos William Stevenson iniciou-se ao ouvir falar do engenheiro na casa do avô, José Paulino Nogueira que, além de presidente da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, onde Stevenson teve destacada atuação, foi um dos republicanos ilustres que atuaram em Campinas contra a monarquia. José Paulino Nogueira era maçom<sup>192</sup> e foi sócio de Bento Quirino dos Santos na firma Santos, Irmãos & Nogueira. Na outra ponta da família, ainda cabe destacar o filho de Paulo Nogueira Filho, José Bonifácio Coutinho Nogueira, fundador do que se tornou a filial da Rede Globo de Televisão na região de Campinas, a EPTV. As páginas iniciais do *Diário de JB*<sup>193</sup> são marcadas pela convicção de oposição ao governo de Getúlio Vargas, não sem ficarem também marcadas as contradições desta classe em relação ao ditador: “O pai de José Bonifácio, o deputado federal Paulo Nogueira Filho, o Paulito, tem atuação forte em duas revoluções, com posturas antagônicas. Em 1930, quando JB tem apenas seis anos, conspira a favor de Getúlio Vargas, [...]”<sup>194</sup> Este posicionamento justifica-se, em seguida, com a afirmação de que neste momento “A maior parte da elite paulista estava a favor de

---

<sup>192</sup> NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideias e lutas de um burguês progressista*, São Paulo, ed. Anhembi, 1958, p. 20

<sup>193</sup> A biografia do fundador da EPTV foi escrita a partir de seus próprios diários. Segundo a autora, o hábito de escrever foi herdado do avô, Paulo de Almeida Nogueira: “É no avô que ele se espelha. Inclusive para fazer o seu diário, um hábito também de seu irmão, Paulo III.” ZAIDAN, Rosana. *O diário de JB: José Bonifácio Coutinho Nogueira*, Campinas, Terra da Gente, 2009, p. 31

<sup>194</sup> Idem. p. 19



Getúlio, contra as forças do velho PRP”.<sup>195</sup> Mas é em 1932 “que Paulito muda de ideia – como aliás fazem todas as forças vivas paulistas – e começa a conspirar contra Getúlio, que quer subordinar São Paulo aos interesses federais.”

Para além desta indicação a respeito das ocasiões que propiciaram o desenvolvimento de contatos entre os personagens abordados, por uma questão de recorrência de termos nos registros consultados, é preciso dizer mais sobre o elogio de Paulo Nogueira Filho a Carlos William Stevenson, com a expressão “varão impoluto”. Este não é o único caso em que este tipo de construção aparece nas notas biográficas consultadas, inclusive com o emprego dos mesmos termos. Em 1964, o colunista Paranhos de Siqueira, ao enumerar os bons serviços prestados por Azael Álvares Lobo, declarou: “Aprumado no físico e no caráter era um varão de Plutarco.”<sup>196</sup> O mesmo colunista, em 1981, desta vez sobre Lix da Cunha, declarou: “Uma dessas figuras que ficariam bem entre os varões que Plutarco perfilou um dia em Roma e na Grécia antiga.”<sup>197</sup> Vê-se nessas citações que, passados dezessete anos, Paranhos de Siqueira voltou às mesmas referências presentes em seu repertório de erudições para elogiar um personagem diferente.

Ao demonstrar o apreço que tinha por eles, este colunista partilha de seus ideais, cumprindo, deste modo, o papel de produtor de uma memória heroica daqueles que restritos círculos de sociabilidade dominantes elegeram como grandes homens. Plutarco não foi o único exemplo da antiguidade lembrado por ele. Ao escrever sobre a disputa pela presidência de um clube apreciado pela elite campineira, o Clube Semanal de Cultura Artística, destacou a qualidade do candidato derrotado, que mesmo nessa situação manteve uma atitude digna e honrada com “[...], o valor de Homem com ‘H’ maiúsculo. Como uma daquelas sentinelas vigilantes de Horácio, [...]”.<sup>198</sup> Paranhos de Siqueira citava os clássicos como sinal de distinção e talvez como convenção estilística deste tipo de nota. Mas certamente, também como forma de relacionar seus heróis campineiros a um conjunto de

---

<sup>195</sup> Idem. p. 21

<sup>196</sup> Paranhos de Siqueira. Morreu Azael Lobo. *Diário do Povo*, Campinas, 17 de Março de 1964. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP .

<sup>197</sup> Paranhos de Siqueira, Dr. Lix da Cunha. *Diário do Povo*, Campinas, 28 de Maio, 1981. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP .

<sup>198</sup> Paranhos de Siqueira,. Eleição no Cultura, *Diário do Povo*, Campinas, 31 de Maio, 1977. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

atributos que estavam indissociavelmente condensados em tudo o que representavam para ele aqueles antigos varões e sentinelas.

## **CAPÍTULO II: A MODERNIDADE E A FABRICAÇÃO DA SOCIEDADE**

Até aqui foi importante identificar o modo pelo qual ficaram registrados os valores morais e as inclinações políticas recorrentemente atribuídas a certos homens atuantes na vida pública em Campinas entre as décadas de 1930 e 1940. Ao investigar registros referentes às instituições por eles fundadas, dirigidas, ou que de algum modo contaram com seus serviços, foi possível estabelecer relações pelas quais se pretende chegar a um entendimento sobre até que ponto e em que sentidos pode existir um fundo comum de motivações partilhadas pelos personagens em questão.

Propõe-se, neste segundo capítulo, uma análise das fontes que permita entender as relações entre esses homens, não individualmente, mas como integrantes de uma fração específica de classe, e a cidade na qual viveram, do ponto de vista de sua materialidade. Colocado nessa direção, o problema central da composição das maneiras e modos de ver próprios à elite, relacionado à sua prática sistemática de atuação no espaço público, pode ser pensado tendo em vista que determinados valores morais, ao mesmo tempo que orientam um projeto particular de cidade, são, por sua vez, alimentados e reproduzidos pelas possibilidades materiais, pela memória e pelos referenciais de identidade vigentes nesta mesma cidade. Complementa este argumento a hipótese de que, simultaneamente à moralidade típica de determinado grupo, e às inclinações políticas que dialogam com ela, acrescenta-se um tipo específico de consumo, de preferências a respeito dos lugares de sociabilidade e do modo como convém apresentar-se em público.

### **2.1 CINEMAS E RESTAURANTES: ROTEIRO DE LAZER REFINADO**

Em Março de 1941 foi publicada uma edição especial da revista *Palmeiras*<sup>199</sup> com o título “*Palmeiras no Cine Voga*”. Inteiramente dedicada à divulgação deste novo

---

<sup>199</sup> A revista de *Palmeiras*, com sede de edição na Rua César Bierrenbach, no centro da cidade, foi publicada em Campinas pela primeira vez em 1938. Tratava-se de uma revista de variedades, e chegou a circular por diversas cidades do interior paulista, além da capital, do Rio de Janeiro, Montevideú e Buenos Aires. Dirigida por Alarico da Silva Lisboa, teve como colaboradores, dentre outros, personagens já mencionados no presente

cinema de Campinas e à exposição de comentários a respeito de diversos lançamentos cinematográficos, a edição aproveitava também para prestar homenagens ao homem de “espírito empreendedor e temperamento dinâmico”, cuja iniciativa está colocada como fundamental para a fundação do Cine Voga, o advogado Edmundo Barreto. “Congratulamo-nos com o Dr. Edmundo Barreto pelo grato acontecimento que hoje se registra qual seja o de dotar Campinas com um cinema da classe do ‘Voga’ [...]”<sup>200</sup>. Já neste registro é possível apontar, na formulação “cinema de classe”, um atributo de distinção fortemente presente ao longo da análise das revistas *Palmeiras* consultadas em uma compilação encadernada disponível na biblioteca do Centro de Memória da Unicamp. Essa formulação indica a correspondência entre a qualidade da estrutura deste novo cinema e um tipo desejável de público – “de classe” – como também para o esforço de contribuir com o advento de uma modernidade<sup>201</sup> que, por meio de uma série de sinais anunciava-se e fazia-se sentir no início da década de 1940. Esta última impressão será embasada mais adiante pela exposição de registros relativos a outras manifestações da vida urbana, descritas ou qualificadas por termos recorrentes que apontam para esta mesma direção. Por enquanto cabe citar outras passagens a respeito do Cine Voga, nas quais estão presentes tais elementos: “Que a realização desse grande sonho de progresso – que é o ‘Voga’ – se complete com os aplausos unânimes e intensos dos que vivem nesta sedutora terra das andorinhas. [...] Terra de Carlos Gomes.” O desejo de seduzir a opinião pública está expresso nessas linhas com o emprego da ideia do “sonho de progresso”, que à época certamente carregava um conjunto de imagens relacionadas a um impulso para a construção

---

trabalho como Nelson Omegna e Paranhos de Siqueira. *Palmeiras, 1938-1948*. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

<sup>200</sup> *Palmeiras no Cine Voga*, Março de 1941, Ano II nº 25, p. 1

<sup>201</sup> A Lei Municipal 523 de 1937, enuncia que “concede favores para a construção de um cinema moderno” no perímetro central da cidade, inclusive isenção de imposto predial por 10 anos. Está especificado o tipo de edifício que se desejava, pelo emprego da palavra “moderno”, o que aponta para a constituição de algo novo na vida urbana campineira que encontrava expressão nesta palavra. Uma das cláusulas exigia que para aproveitar esses benefícios, a construção do cinema deveria ser concluída até a data de 31 de Dezembro de 1939. Provavelmente, no entanto, trata-se do Cine Voga, mesmo tendo sido inaugurado apenas em 1941, uma vez que os demais cinemas importantes da cidade são mais antigos, e outro cinema no perímetro central seria construído apenas em 1947. Pode-se supor a possibilidade de negociação do prazo, considerando-se o envolvimento de muitos homens influentes nesse empreendimento. Leis, resoluções e atos diversos promulgados no exercício de 1937. Tipografia Paulista, Campinas, p. 31-32. Arquivo Municipal de Campinas.; sobre os cinemas de Campinas ver <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_dos\\_cinemas\\_de\\_Campinas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_dos_cinemas_de_Campinas)>.

constante do futuro, dada a onipresença do discurso da cidade moderna em que Campinas estava convertendo-se. Para dar sustentação a essa primeira forma retórica, o parágrafo encerra-se com o símbolo campineiro associado à natureza, as andorinhas, para, em seguida, ligar-se também ao mais repetido ícone histórico de orgulho da cidade: “Terra de Carlos Gomes.”

O texto destaca, além do mais, a arquitetura do cinema, “na harmonia de suas linhas bonitas, a iniciar confiante num futuro glorioso, as suas atividades no metier cinematographico,” como obra realizada pelos “ilustres engenheiros” Drs. Mário Penteado e Lix da Cunha, “respectivamente como autor e construtor de tão importante obra arquitetônica.” Além de Edmundo Barreto e Lix da Cunha aparecem nessa edição da revista *Palmeiras*, como pessoas que subscreveram ações que tornaram possível a realização do Cine Voga, os nomes de Azael Álvares Lobo, Sylvino de Godoy e Carlos Penteado Stevenson, personagens principais deste estudo, dentre outros homens também intensamente atuantes. Ao trazer, portanto, este registro, o que se quer sugerir é a articulação entre o envolvimento em um empreendimento como um cinema – considerando-se todos os elementos simbólicos associados a seus usos e a sua presença material – e estes personagens, tendo em vista suas inclinações políticas, morais, profissionais e ideológicas, tal como foram reconstituídas no primeiro capítulo, a partir das memórias existentes sobre eles em notas biográficas. Certamente não é possível deixar claro ponto a ponto e para cada caso individualmente, o modo como estão relacionadas ou, de forma mais precisa, mutuamente condicionadas, vida material, escolhas pessoais e postura de homem público. A análise dos registros referentes à materialidade urbana e às relações de consumo, entretanto, gradualmente, compõem possibilidades para a observação de convergências indicativas de processos internos nos quais se realizam as ligações entre as disposições privadas, íntimas e as atividades públicas.

A respeito das relações pessoais desenvolvidas entre estes personagens principais, foi possível verificar um primeiro indício em uma notícia publicada no *Correio Popular* de 29 de Setembro de 1940 a respeito dos festejos realizados em comemoração pela cobertura do cinema. Estavam presentes, evidentemente, Azael Álvares Lobo, Sylvino de Godoy, Carlos Penteado Stevenson, Edmundo Barreto e Lix da Cunha, que, “Durante

anos teve sua poltrona própria no Cine Ouro Verde”. Este gosto do engenheiro aparece em destaque em uma publicação que rememora os fatos e nomes notáveis da cidade no século XX, como um símbolo que acrescenta traços de modernidade aos demais atributos que compõem sua imagem: “Homem de seu tempo, Lix da Cunha era um apaixonado por cinema, a arte típica da era industrial e que forneceu a moldura do século XX.”<sup>202</sup>

Estes homens reunidos naquela festividade estavam acompanhados de outros personagens importantes do período, ao que a matéria indica, em clima de informalidade, uma vez que “Aos presentes foi servido um profuso ‘copo d’água’, tendo a reunião decorrido num ambiente de intensa camaradagem” e “Não houve discursos.”<sup>203</sup> Na imagem, como aspecto que se acrescenta à hipótese de uma cerimônia de pouca formalidade, pode-se notar a presença de uma criança (Imagem 6). Destaca-se, ao mesmo tempo, a exclusividade do sexo masculino. A vestimenta dominante é o terno, traje simbolicamente revestido de respeitabilidade, austeridade e posição social. É possível também ver chapéus nas mãos de alguns dos presentes.

Imagem 6 – Personagens atuantes na cidade reunidos para celebrar a cobertura do cinema da Avenida Anchieta



<sup>202</sup> Rede Anhanguera de Comunicação, Campinas – 100 anos de história, Callis editoria Ltda., 2000

<sup>203</sup> Processo 09345, 1º of. Correio Popular, Campinas, Setembro de 1940, p. 79. Centro de memória – Unicamp.

Fonte: Centro de memória da Unicamp. Processo de ação ordinária, nº 09345, 1º of. *Correio Popular*, Campinas, Setembro de 1940.

Há ainda aspectos relevantes a destacar da revista especial sobre o Cine Voga. Como nas demais edições da revista *Palmeiras*, há uma grande quantidade de anúncios publicitários entre as matérias, em alguns casos, relacionados ao tema abordado na página. Deste modo, nessa edição sobre o cinema pode-se saber que as cadeiras foram encomendadas à empresa “Kastrup e Cia.”, de São Paulo; “Jogo de luzes e cores” estavam sob o trabalho do “competente profissional” J. Florence Teixeira, de Campinas; o teto, de “cotoplex” (sic), foi instalado pela Empresa Concessionária de Produtos Ltda., de São Paulo, que “garante uma acústica perfeita e melhor qualidade na reprodução do som.” A preocupação com a qualidade do espetáculo contava também com equipamentos de som e projeção “pertencentes à afamada marca ‘Klangfilm’, fornecidos e instalados pela Siemens Schukert S/A de São Paulo.”<sup>204</sup> Toda a construção do cinema foi concebida de acordo com ideais de, conforto e praticidade, como também de beleza: “Na sua simplicidade atraente [sobre o aspecto exterior], vemo-la dividida em uma esplêndida sala de espera, com a comodidade necessária para um ponto de reunião rápido, enquanto se aguarda o início das sessões.”<sup>205</sup> Para compor este ambiente os engenheiros responsáveis contaram ainda com os serviços de Octávio Papais, encarregado da ornamentação dos “degraus, colunas e pisos de granito, lustres em gesso da entrada do cine voga”, e Alfredo Coluccini, “fornecedores da construção do cine voga”, ambos instalados no centro de Campinas.<sup>206</sup>

O Cine Voga foi construído na esquina da Avenida Anchieta com a Rua General Osório, localização a partir da qual é possível propor hipóteses a respeito da circulação pelo centro da cidade considerando-se um roteiro de lazer. De fato, alguns dos registros consultados levam a indícios que permitem chegar, ao menos por aproximações, ao tipo de público que se deslocava por aquelas ruas centrais em horários específicos definidos, em parte, pelas sessões de cinema.

---

<sup>204</sup> Idem. p. 4

<sup>205</sup> idem

<sup>206</sup> Respectivamente localizados às ruas Moraes Sales, nº 200 e General Osório nº 752. Idem.

Nesse sentido, além da publicidade de materiais de construção e ornamentação, foi possível encontrar um anúncio do Restaurante Ideal, que diz: “o mais bem instalado e no melhor ponto da Princesa d’Oeste.” Ao destacar como atrativo sua boa localização, na esquina da Rua Barão de Jaguará com a Conceição, faz referência ao orgulhoso apelido dado à cidade – Princesa d’Oeste – e em seguida sugere a opção de um jantar após a sessão de cinema: “depois do espetáculo vamos ao Restaurante Ideal.”<sup>207</sup> Este restaurante era, pode-se dizer, um estabelecimento de alto padrão que contava, em seu serviço “à la carte”, com 150 pratos variados, além de um espaço especializado chamado “Bar e Café Ideal”, cuja propaganda destaca os chocolates, cafés, doces, geleia e cremes. Apenas com esse anúncio pode-se dar início a um entendimento da cidade a partir da noção de abundância, inclusive como um valor em si, pelo modo central como está colocada na formulação da propaganda a quantidade de pratos servidos. Essa proposta de análise está associada ao argumento que o presente trabalho quer afirmar para o caso de Campinas, de que a materialidade da cidade, inclusive na dimensão da disponibilidade de mercadorias em quantidade e variedade, define visões de mundo e, mais especificamente, posições de classe, nas quais estão implicadas inclinações políticas, valores morais e estéticos.

Acrescenta-se a essas considerações o fato de que em 1941 o Restaurante Ideal não era o único de prestígio existente no centro de Campinas, de modo que foi possível encontrar também a seguinte opção no roteiro de lazer motivado pelo Cine Voga: “após uma sessão cinematográfica ir ao Bar e Restaurante Columbia que é frequentado pelas pessoas de fino paladar.”<sup>208</sup> Como se verifica, o Restaurante Columbia, assim como o Ideal, tinha um espaço especializado de bar, que é possível entender como um espaço de maior informalidade, ao mesmo tempo que se deve destacar os elementos com que a propaganda constrói a imagem do estabelecimento a partir do tipo de público que o frequenta, “pessoas de fino paladar”, notadamente, portanto, um público seletivo. O Columbia ainda era espaço para eventos que atraíam grande número de convidados, uma vez que oferecia “organização completa para serviços de banquetes, casamentos, batizados, etc”, serviços que demandavam também, certamente, quantidade considerável de profissionais especializados.

---

<sup>207</sup> Palmeiras no Cine Voga, Março de 1941, Ano II nº 25. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

<sup>208</sup> Idem.



Feitas estas considerações, não se pode dizer com precisão, no entanto, até que ponto seus frequentadores correspondiam ao tipo esperado. O que é importante apontar é a força deste tipo de apreço pelo singular, pelo que se distancia do vulgar, como modo recorrente de exteriorização de valores elitistas, pelos quais se pretende distinguir um tipo de sociabilidade próprio àquelas pessoas consideradas de bom gosto. O fato de estar localizado também na Rua Barão de Jaguará indica, como outro aspecto importante para pensar a circulação e a sociabilidade, a concentração em uma mesma rua, de estabelecimentos que visam atender a um mesmo tipo de público.<sup>209</sup> Por fim, acrescenta-se às palavras iniciais do anúncio, uma conclusão que segue a mesma direção e que reforça o prestígio do cliente ao consumir os serviços oferecidos naquele espaço: “frequentar o Bar e Restaurante Columbia significa ter bom gosto.”

Na revista *Palmeiras* de 2 de Setembro de 1938 está registrado um caso a respeito de um cinema mais antigo, o Colyseu, a partir do qual é possível retomar a discussão a respeito de uma sensação de modernidade que, a julgar pelas fontes consultadas, estava manifestando-se intensamente na passagem da década 1930 para a de 1940. Trata-se de uma matéria assinada por Sylvio Hélio com o título “Cinema: a volta de D. Moralidade.”<sup>210</sup> O texto denuncia o desrespeito com que as mulheres vinham sendo tratadas por alguns tipos indesejáveis que ultimamente frequentavam o cinema. O autor, “Solicitando medidas enérgicas para coibir o abuso de espectadores sem moral que durante a projeção de filmes lhes dirigiam as mais pesadas ofensas à moral e à dignidade da mulher,” recupera em sua memória, outros tempos, quando os costumes eram diferentes: “E note-se que, houve época em que o Colyseu era tido como ‘cinema das moças’ tal o predomínio ali do sexo frágil sobre o sexo forte.” Essa passagem traz em si um indício para pensar a respeito das divisões de sexo que existiam em determinados entretenimentos públicos e, no presente caso, do tipo de conflito que eventualmente poderia decorrer de sua

---

<sup>209</sup> De acordo com Antônio Carlos Cabral Carpintero, a Barão de Jaguará concentrava o comércio mais sofisticado enquanto que a 13 de Maio apresentava em maior quantidade estabelecimentos populares. Cf. CARPINTEIRO, op. cit. p. 55

<sup>210</sup> Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. *Palmeiras*, Ano I nº 2 Setembro de 1938, p. 48.

mistura. O Cine Voga, três anos mais tarde anunciava em sua programação uma “Sessão das moças”, especialmente dedicada ao público feminino, trazia em seus dizeres de divulgação, as palavras “distinção” e “elegância”, elementos recorrentes de qualificação de novos hábitos, estabelecimentos a se frequentar e usos de produtos diversos:

*Uma das notas predominantes de distinção e elegância nos círculos cinematográficos da cidade, será sem dúvida a ‘sessão das moças’ que o Voga realizará às terças feiras[...]. Os filmes a serem exibidos nessas reuniões semanais pertencem às marcas de maior renome e que certamente farão o encanto do nosso mundo feminino.<sup>211</sup>*

Deve-se notar também que aparece como qualidade dos filmes o fato de pertencerem “às marcas de maior renome”. Uma vez que por si só este atributo não significa que os filmes seriam bons, este enunciado pode indicar para um superficialismo típico da metropolização e do cosmopolitismo que Campinas desejava construir, tanto em seu aspecto urbanístico como na civilidade que sua população deveria apresentar em público.

De volta à polêmica no Cine Colyseu, na qual o cronista Sylvio Hélio lamentava as ofensas dirigidas à dignidade feminina<sup>212</sup>, é preciso dizer que o texto permite identificar um elemento de conflito para além, simplesmente, da mistura entre os sexos e do fim da maioria feminina. O autor destaca, ao elogiar as medidas tomadas pela Empresa Campineira de Cinemas para sanar o problema, a necessidade de conter pela ação da polícia a entrada de pessoas que, certamente, pelo modo como são caracterizadas, em sua maioria eram pobres: “E já que a ação é moralizadora não seria mal que a Empresa se decidisse a proibir o ingresso de moleques e marmanjos sujos, descalços e maltrapilhos nas cadeiras e nos balcões.”<sup>213</sup> Trata-se de uma associação antiga entre pobreza e imoralidade. Desde o século XIX, diversos são os personagens socialmente atuantes que, preocupados com a

---

<sup>211</sup> Palmeiras no Cine Voga, Março de 1941, Ano II nº 25, p. 22. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP

<sup>212</sup> A análise crítica do discurso de Sylvio Hélio não pretende negar a realidade da persistência histórica do desrespeito moral à mulher. No entanto, parece importante sustentar que o que está colocado neste caso, pelo que se pode ler na notícia, é uma postura paternalista e conservadora, que reafirma a necessidade de manter a mulher, ser sensível e vulnerável aos hábitos imorais da cidade moderna, sob proteção e tutela.

<sup>213</sup> Palmeiras, Ano I nº 2 Setembro de 1938, p. 48. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

cidade na qual vivem, propõem soluções baseadas nesse tipo de olhar sobre a pobreza. Propostas nessa direção têm como objetivo satisfazer o desejo de construir cidades livres dos problemas trazidos pelo mínimo de diversidade surgida da dinâmica própria à vida urbana e, claro, da incapacidade de lidar com a pobreza como consequência da acumulação capitalista.

Essa mobilização em favor de medidas de segregação como “ação moralizadora” está articulada em meio a um discurso saudosista cujo argumento principal baseia-se na urgência de recuperar um estado de coisas degradado pelos efeitos da modernidade que se desenvolvia naquele momento: “Para quem conhece o Colyseu de outros tempos, e que hoje já não o procura – tal a decadência a que atingiu – as medidas moralizadoras agora postas em prática serão recebidas certamente com grande júbilo.” Em seguida, conclui com a alegoria da “D. Moralidade”, que ao abandonar o Colyseu deixou espaço para a degradação de seus costumes: “[D. Moralidade foi embora] ou quem sabe, foi moralizar outros lugares onde os sexos ultra-modernos acreditam que a evolução é incompatível com a moralidade.” Esse trecho de formulação confusa parece confirmar a reivindicação pelo retorno de D. Moralidade e coloca novamente o peso da crítica na relação entre os sexos, sem se referir agora aos “sujos, descalços e maltrapilhos.” Além do mais menciona diretamente a modernidade – “sexos ultra-modernos” – como um atributo que exclui a moralidade. Ainda é possível ir mais longe a partir de todas as declarações contidas neste texto. Sylvio Hélio não nega a “evolução”, desde que ela seja compatível com a moralidade, a qual está, na montagem de seu argumento, associada à segregação dos indesejáveis pela ação policial e a uma disciplina, difícil de definir com precisão, na convivência pública entre os sexos, uma vez que a qualificação “ultra” refere-se à extrapolação de limites de modos já difíceis de aceitar, designados pela palavra “modernos”.

## 2.2 ENCONTROS COTIDIANOS E EXCLUSÕES

A questão da convivência pública entre os sexos pode contribuir consideravelmente para uma discussão a respeito de alguns aspectos da sociabilidade, da

circulação e, novamente, sobre o impacto de determinadas transformações na vida urbana, que os registros permitem entender como a vivência de uma modernidade que se fazia sentir concretamente.

Na revista *Palmeiras* de Outubro de 1943, o cronista Aragão Filho deixou um testemunho no qual comparava dois espaços de sociabilidade de grande movimentação, um de Campinas, outro de São Paulo: “A missa das onze horas da Igreja do Carmo tem muito da missa do meio dia da Igreja São Bento em São Paulo”,<sup>214</sup> segundo o autor, espaços da elite, “essa gente sem preocupações que só se recolhe depois da ‘midnight’ e não abandona o leito antes do romper das dez.” Nesse trecho o cronista usa um termo em inglês, “midnight”, e logo adiante usará outros dois. A partir do conjunto das impressões suscitadas pela leitura da compilação de revistas *Palmeiras*, como também de alguns jornais da época, pode-se levantar a hipótese de que a difusão dos filmes americanos e o lugar do cinema como espaço de entretenimento e sociabilidade são responsáveis por estes estrangeirismos no vocabulário. A modernidade, sentida como introdução de hábitos, referenciais e modos de expressão novos, associa-se também a aspectos de culturas estrangeiras que começam a circular e a se difundir pela cidade.

É preciso dar atenção também à imagem que o autor faz da elite, para ele uma “gente sem preocupações”, que “não abandona o leito antes do romper das dez.” Aragão Filho, é crítico, portanto aos hábitos dessa elite e, estabelecendo distinção em relação a eles, explica que frequentava a missa das onze, não por ser “bonvivant” ou preguiçoso, mas para ver “uma certa blond”, “esbelta e pálida, dessa palidez que lembra a vida pura do claustro.” A cada passagem evidencia-se o quanto está dividido este homem que escreve sobre uma cena urbana particular, que a primeira vista coloca-se como um namorador que ia à missa atraído por uma “blond”, como as atrizes de Hollywood, para, logo em seguida revelar-se uma idealização absolutamente conservadora da mulher. Seu conservadorismo está presente mesmo na crítica à elite, também reveladora de um momento de consolidação de novos hábitos, na verdade ainda não totalmente aceitos e, portanto criticáveis. O problema com quem “só se recolhe depois da ‘midnight’”, está na desconfiança moral em relação àqueles

---

<sup>214</sup> *Palmeiras* Ano IV nº 50 Outubro de 1943, p. 18. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

que foram à missa das onze em razão de terem aproveitado uma vida noturna que apenas começava a ganhar existência considerável e, com isso, a gerar resistências.

Aragão Filho encerra seu relato expondo o momento em que se decepcionou com a “blond” quando um dia ela saiu mudada da missa devido ao uso de algum cosmético que a transformou em uma “morena provocante” de cabelos castanhos. Ao descrever essa mudança ele lamenta a perda da palidez que evocava a “pureza do claustro”, apontando que a mulher estava nesse dia, acompanhada por “um rapaz tipo sportman.”<sup>215</sup> O emprego de mais essa palavra em inglês remete a um tipo bastante específico de papel masculino do cinema americano, notadamente um tipo esportivo ou de algum modo, atlético, que seduz as mulheres<sup>216</sup> e, de um ponto de vista conservador, corrompe sua pureza.

Há ainda outras considerações importantes a serem colocadas a partir de um olhar sobre as mulheres e os lugares por elas ocupados na sociedade campineira na década de 1940. No que diz respeito especificamente ao núcleo formado pelos personagens principais do presente estudo, em um recorte de jornal de 15 de Novembro de 1976, pode-se encontrar o seguinte título: “Sociedade das senhoras rotarianas de Campinas”.<sup>217</sup> Trata-se de uma matéria a respeito de quando foi fundada, em 1940, “[...] uma sociedade de senhoras com o objetivo de colaborar com o Rotary Club, na parte beneficente.” Foi realizado o primeiro encontro na casa de D. Maura de Vasconcelos Lobo, em que estavam presentes como membros fundadoras, Elza G. Penteado, Silvia de Siqueira Stevenson, Ada

---

<sup>215</sup> No final do século XIX Antoine Daniel Souquières fundou, em São Paulo, o restaurante – depois *Grand Hotel – Rotisserie Sportsman*. “O nome do restaurante trazia em si uma mistura de línguas estrangeiras: a referência à célebre gastronomia francesa, em sua especialidade de carnes cozidas a seco, em fogo vivo – os *rôtis* –, casava-se com a evocação do homem inglês de elite, praticante dos esportes da moda, o *sportsman*.” Nota-se a natureza do termo “sportsman”, que se associa a uma modernidade de hábitos estrangeiros, além do mais que Souquières, segundo Heloísa Barbuy, vinha de Buenos Aires, cidade mais europeizada que São Paulo à época, “e os profissionais que lá atuavam traziam agora um grau de refinamento cosmopolita que a cidade cá desconhecia.” BARBUY, Heloísa. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*, São Paulo, Edusp, 2006, p. 107

<sup>216</sup> Na *Palmeiras* no Cine Voga, após uma matéria sobre a disputa do Oscar de 1941, há uma citação de Carmen Miranda que contribui para a difusão de um novo tipo de homem cujos atributos podem acrescentar-se ao que é possível entender como “sportman”: “Os homens americanos são, maravilhosos! Tão grandes e tão fortes mas sempre tão delicados com a gente!” *Palmeiras* no Cine Voga, Março de 1941, Ano II nº 25, p. 7. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP

<sup>217</sup> Sociedade das senhoras rotarianas de Campinas, *Correio Popular*, Campinas, 15 de Dezembro. 1976. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

Stevenson Braga, Carmela de Vita Godoy, Sara de Castro Mendes. Essas mulheres – ligadas aos personagens principais, como se pode ver por seus sobrenomes – estavam engajadas em causas beneficentes, com destaque para a manutenção do berçário da Maternidade de Campinas, o qual fora também fundado por elas. Este empreendimento foi possível graças a uma mobilização que propiciou o recolhimento de doativos e a realização de festas, de modo que o berçário foi mantido “à custo do generoso povo campineiro”. Tem-se neste caso, portanto, uma associação entre mulheres pertencentes a famílias atuantes na vida pública de Campinas, que ao se dedicarem à realização de benfeitorias para a cidade, criaram espaços de sociabilidade e encontro, tais como essas festas em que as pessoas compareciam dispostas a oferecer doações. Existia também, certamente, uma sociabilidade estabelecida entre elas, a qual, pelo menos em algum nível, ao que os registros permitem concluir, era pautada pelas atividades ligadas ao Rotary: “Em cada reunião, uma sócia escolhida pela presidente fazia a leitura, a seu gosto, de um trecho de literatura rotária.” A sociedade se reunia quinzenalmente na casa de uma das associadas, onde elas confeccionavam enxovais para serem oferecidos ao berçário na semana da criança em Outubro. Nessas reuniões em que era servido chá, a imagem destas senhoras respeitáveis que bordavam em torno da leitura rotária, evoca o tradicional lugar feminino reservado ao espaço da casa e relacionado à maternidade, enquanto que seus maridos dedicavam-se às questões da cidade. Ainda nestes registros consultados na Hemeroteca do Centro de Memória da Unicamp, está presente uma referência que reforça as conclusões nesta direção. Trata-se de uma mudança no estatuto desta sociedade:

*Recebeu a sociedade quando fundada, o nome de ‘Sociedade das Sras. Rotarianas de Campinas’, nome este que posteriormente seria mudado para ‘Sociedade das Senhoras de Rotarianos de Campinas’, em vista de uma circular recebida do Rotary Internacional, em 1951, declarando que não havia Rotary Feminino, mas que as senhoras de rotarianos tinham o direito de organizar uma sociedade própria.*

Para além da evidente enunciação da subordinação feminina aos maridos rotarianos, que coloca sua organização associada ao Rotary Club como possível, mas de segunda classe, uma especificidade da associação feminina, mencionada para ilustrar e justificar a diferença, sugere a existência de uma limitação das atividades no grupo,

definida por situações domésticas. Trata-se de uma cláusula de desligamento que se aplicava à organização principal, masculina, no caso de quatro ausências às reuniões, que não deveria vigorar também para as senhoras de rotarianos: “Verificou-se posteriormente que este parágrafo, inspirado em idêntico artigo dos Rotary Clubes, não tinha razão de ser, pois se tratava de uma sociedade autônoma constituída de senhoras, mães de família e sujeitas a impedimentos domésticos de várias espécies.” Esta especificidade que aparece quase como uma concessão às mulheres, pode ser entendida, na verdade, como uma extensão das atribuições domésticas femininas às suas atividades exteriores ao espaço do lar, de modo que o “impedimento doméstico”, no limite, pode ser um impedimento colocado pelo marido, motivado por uma razão qualquer.

Ainda sobre o conservadorismo no que diz respeito ao papel da mulher, um anúncio da Escola Profissional Bento Quirino, publicado em Setembro de 1938, diz o seguinte:

*As alunas saem de lá como perfeitas donas de casa, pois aprendem desde lavar roupa até o preparo da mamadeira e aplicação de injeções, e perfeitas artistas nas demais instruções referentes a química-alimentar, economia doméstica e puericultura, cujas seções existem montadas com perfeição e modernismo naquele estabelecimento.<sup>218</sup>*

Para além das atividades básicas da “dona de casa”, as mulheres formadas na Escola Profissional Bento Quirino contavam com uma especialização altamente qualificada – química-alimentar, economia doméstica e puericultura – para desempenharem as funções do lar. Não se pode deixar de notar que essas novidades, a partir das quais se sofisticam práticas nas quais se apoia a manutenção dos papéis tradicionais de gênero que relegam a mulher ao espaço privado da casa, são qualificadas como “modernismo”, cujo uso banalizado tendeu ao esvaziamento do significado histórico da palavra, tornando-a um adjetivo, aliás, nem sempre positivo.

---

<sup>218</sup> Palmeiras Ano I n° 2 Setembro de 1938, p. 28-29. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

### 2.3 OS OBJETOS COMO MATERIALIDADE DO ESTILO DE VIDA

Estes últimos registros a respeito de fatos do contexto campineiro indicam, para além de sua especificidade local, a manifestação de um modo de organização da sociedade ditado por forças maiores desencadeadas no amplo processo da civilização ocidental, as quais se inserem em um movimento de longa duração. Está colocada, nesses registros, a separação dos papéis de gênero entre o público e o privado, que na presente pesquisa, interessa ser ressaltada como desdobramento da centralidade da esfera social na modernidade, ou seja, o processo que elevou a um lugar de destaque a economia, a necessidade de “dispor as coisas”<sup>219</sup> como papel do governo e como preocupação fundamental da vida. Nesse traço dominante da modernidade, verifica-se recorrentemente ambiguidades e contradições próprias do hibridismo que caracteriza a esfera social, que ao mesclar e confundir as esferas pública e privada, especificamente no que se refere ao papel da mulher na vida urbana, define situações em que se pode observar a permanência de longas continuidades em meio a diversas forças transformadoras. Deste modo, se por um lado, a nação moderna – que para Hannah Arendt é “o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem o fac-símile de uma única família sobre-humana”<sup>220</sup> – baseia-se em que questões domésticas antes pertinentes à vida privada fossem transformadas em interesse coletivo,<sup>221</sup> de algum modo permanece, por outro lado, aquele aspecto característico da *polis* grega, no qual a mulher, submetida ao espaço privado pela autoridade do homem, permitia a este chefe de família atuar no espaço público, ao liberá-lo da necessidade de gerir a subsistência. Eric Hobsbawm, ao refletir sobre a vida burguesa de meados do século XIX, como contribuição a este debate, aponta como aspecto da relação entre o capitalismo, essencialmente marcado pelo individualismo, pela livre concorrência e pelo direito de igualdade, e a instituição familiar, que por sua vez nega esses

---

<sup>219</sup> Sobre o conceito de governamentalidade, e a ruptura verificada no século XVIII quando a população passou a ser o problema central do Estado, ou do Príncipe, que deixou de ser um fim em si mesmo pelo mero exercício da soberania, para desempenhar o papel de dispor as coisas através de uma “arte de governar”. ver FOUCAULT, Michel. “A governamentalidade” in *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 2009

<sup>220</sup> ARENDT, *A condição humana* [...], p38

<sup>221</sup> Cf. Idem. p. 42



ideais. Para o historiador, tratava-se de uma forma pela qual o indivíduo poderia sustentar concretamente as convicções relativas à sua posição de burguês e de dirigente:

*Como a superioridade era algo tão incerto para o indivíduo, ela precisava tomar uma forma em que fosse permanente e segura [a família]. E visto que sua expressão essencial era o dinheiro, que reproduz meramente a relação de troca, outras formas de expressão que demonstrassem a dominação de pessoas sobre pessoas precisavam suplementá-la.<sup>222</sup>*

Em seguida, deixando em suspenso as relações de gênero, essas noções teóricas acerca da superação da necessidade como condição para a vida ativa no espaço público – levando-se em conta as particularidades da experiência moderna –, serviram como inspiração para analisar mais diretamente as relações entre pessoas e coisas na cidade, de modo a sustentar o argumento de que há associações íntimas, nem sempre óbvias, entre os modos de usar os bens materiais disponíveis e o modo como as pessoas desenvolvem suas personalidades individuais e relações coletivas.

Anteriormente, foram apresentados o Restaurante Columbia e o Restaurante Ideal, estabelecimentos localizados na Rua Barão de Jaguará, cujos anúncios assinalam a existência de um consumo refinado, além do mais, associado a um roteiro de lazeres que eventualmente teria início nos cinemas do centro da cidade. Há ainda outras propagandas, registros de comerciantes, números, preços e localização de estabelecimentos que devem ser mencionados, a fim de que seja possível reunir mais indícios para a reconstituição de certos modos de vida. Tendo em vista que os personagens principais da presente pesquisa são homens que se pode classificar como pertencentes a uma elite urbana, a abordagem da questão do consumo tem como foco uma discussão em torno das relações entre o necessário e o supérfluo. Com isso pretende-se propor uma reflexão a respeito da abundância e do luxo como possibilidades historicamente conquistadas para, a partir daí, tornar mais clara a compreensão acerca do papel social da sofisticação do gosto, da preferência pelos itens “finos”, dos modos especiais de estar em público e suas consequências pessoais.

---

<sup>222</sup> HOBBSAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*, São Paulo, Paz e Terra, 2009, 15ª ed, p. 363

Sobre as relações entre necessário e supérfluo, primeiramente, deve-se considerar que historicamente, aquilo que em uma certa época é considerado luxo, algumas gerações adiante pode tornar-se vulgar. A definição do que é supérfluo e do que é necessário, portanto, varia de acordo com capacidade da produção e do comércio em disponibilizarem bens ao consumo, assim como de acordo com o nível de implementação e propagação das modas e dos modos específicos de uso. Dito isso, o que constitui o luxo num dado momento é a alta capacidade de consumo definida pela concentração de renda nas mãos dos ricos que, em seguida, alimenta o fetiche e o esforço para um consumo mimético<sup>223</sup> por parte do menos favorecidos e dos explorados. O consumo de alimentos é, talvez, uma das necessidades que se impõe de maneira mais inescapável ao ser humano. Mas a história da alimentação está longe de ser estática, e as quantidades de alimento, por exemplo, em banquetes e festas, como os modos de preparo de refeições especiais, transforma essa necessidade mais básica, em prática refinada e até mesmo ostentatória. Deste modo, comer transcende o ato de suprir as demandas do corpo e passa a ser evento social e ocasião de desfrutar de um prazer diante da boa mesa. Fernand Braudel destaca a importância que teve o comércio de especiarias na história mundial<sup>224</sup>, o que motiva a refletir a respeito do sentido do impacto sobre a vida de inúmeros homens e mulheres durante alguns séculos, causado pelo desejo de ter acesso a pimentas, canela, cravo e outros itens que hoje dificilmente poderiam ser considerados indispensáveis. Mas, justamente, a vida não é feita apenas com o indispensável e é nesse sentido que Braudel declara que

*Quando falamos de grande cozinha do mundo antigo estamos sempre, pois, do lado do luxo. Resta dizer que esta cozinha rebuscada que todas as civilizações adultas têm, a chinesa desde o século V, a muçulmana por volta dos séculos XI-XII, só no século XV aparece no ocidente, nas ricas cidades italianas, onde se torna uma arte cara, com seus preceitos e seu protocolo.*<sup>225</sup>

---

<sup>223</sup> Sobre a imitação como fator importante para definir o consumo é interessante o caso da transgressão das leis suntuárias pelos burgueses no século XVIII, em sintonia ao processo de superação do Antigo Regime. Ver ROCHE, Daniel. *A história das coisas banais*. Rio de Janeiro, Rocco, 2000, p. 267-271. Ver também as reflexões de André Gorz sobre a “ideologia social do carro”, e as consequências para a cidade do processo que transformou automóvel, no início mercadoria de luxo, em objeto para o consumo de massa. GORZ, André. *Ecológica*. São Paulo, Annablume, 2010

<sup>224</sup> Cf. BRAUDEL, Fernand. *Capitalismo e civilização material: as estruturas do cotidiano*. São Paulo, Martins Fontes, 1995, p. 195

<sup>225</sup> Idem. p. 166

Essas “civilizações adultas” mencionadas pelo historiador dos *Annales*, cresceram ao emancipar-se das lutas no nível da conquista diária da mera subsistência, que caracteriza o cotidiano dos povos mais arcaicos. Chineses e muçulmanos construíram suas civilizações inclusive subjugando povos menores, tanto quanto suas classes poderosas, “adultas”, ao dominarem o povo que lutava dia a dia para a manutenção de sua subsistência, conquistou explorando-os a condição para desfrutar do luxo de uma cozinha rebuscada.

Não se trata, obviamente, apenas de cozinha. Emancipados da necessidade, os ricos criam uma atitude própria no modo como se relacionam com os objetos, com as mercadorias à venda nas lojas de departamento, com as roupas que vestem, com a mobília que preenche os interiores de suas casas, com as artes, com a arquitetura da cidade. Na presente pesquisa, pretende-se argumentar que esta atitude específica constrói-se dialeticamente na relação com um sistema simbólico de valores morais, juízos e visões de mundo. Fundamentalmente, a postura da elite define-se em sua diferença em relação ao tipo de vida dos populares, uma vez que estes, objetivamente destituídos de poder econômico, têm seu cotidiano baseado na luta contra a necessidade. Estas últimas considerações, inspiradas pela leitura de Pierre Bourdieu, têm como referencial reflexões desenvolvidas por este autor acerca do gosto. A partir da noção kantiana de “olhar puro”, Bourdieu distingue um tipo de gosto liberado da utilidade e, portanto, apto a uma fruição realmente estética da arte, à medida que permite apreciar a forma, ficando o conteúdo em segundo plano. Já o “gosto bárbaro” dos populares, concretamente ligados à necessidade, preocupados com a utilidade, é incapaz de dispensar o conteúdo, o sentido prático da mensagem que deve ser transmitida pela arte, tendendo a rejeitar a experimentação formal.<sup>226</sup> Reforçando a distância entre o homem refinado e o popular, essa disposição estética é acompanhada por uma atitude que valoriza a sobriedade e a discrição nos modos de apresentação e representação.

Chega-se, assim, a um aparente paradoxo a respeito do *habitus* da elite, uma vez que essa classe consome artigos de luxo, ou supérfluos – no sentido de que não

---

<sup>226</sup> BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*, São Paulo, Edusp, 2008, p. 13-14

correspondem a itens de primeira necessidade –, mas rejeita os exageros e a ostentação das quantidades, como vulgaridades que considera próprias do gosto popular. Pierre Bourdieu, ao definir o conceito de *habitus*, explicita o apagamento das causas objetivas da “preferência” dos populares pelas coisas de primeira necessidade, as quais permanecem ocultas pela ideia “tipicamente burguesa” de gosto, baseada na crença na “liberdade absoluta de escolha”. É deste modo que esse apagamento constitui

*[...] pretexto para um racismo de classe que associa o povo ao que é gordo e gorduroso, ao vinho tinto forte, aos enormes tamancos, aos trabalhos pesados, à gargalhada estrondosa, às piadas exageradas, ao bom senso um tanto rudimentar e as pilhérias grosseiras.*<sup>227</sup>

No paradoxo entre o luxo e a valorização da sobriedade, do ascetismo – como por vezes chama Bourdieu – e da humildade, essas considerações teóricas permitem o reencontro com a elite campineira do contexto estudado. Todos os personagens principais da presente pesquisa são lembrados e celebrados por uma postura pública marcada pela polidez, pelo desapego e pela generosidade, cuja expressão mais bem definida é a filantropia. No entanto, essas qualidades nem sempre dispensam o luxo que, nos registros, se expressa entre a composição do um bom gosto que indica o esforço na direção de uma estilização da vida como valor em si mesmo.

---

<sup>227</sup> Idem. p. 169

Imagem 7 – Palacete localizado na esquina da Rua Barão Geraldo de Rezende com Barão de Itapura (sem data)



Fonte: *Campinas de ontem e hoje*, Campinas, Empresas Lix da Cunha, 1988, p. 67.

Imagem 8 – Interior



Fonte: *Campinas de ontem e hoje*, Campinas, Empresas Lix da Cunha, 1988 p. 69.

Imagem 9 – Interior



Fonte: *Campinas de ontem e hoje*, Campinas, Empresas Lix da Cunha, 1988, p. 69.

Na imagem 7 pode-se ver parte da fachada e dos jardins da casa do empresário e jornalista Sylvino de Godoy. A dimensão da construção aliada a uma arquitetura sóbria e a racionalidade do jardim, não deixa dúvidas sobre o gosto do proprietário, cuja riqueza está demonstrada, contudo, de forma suave, sem exageros no adorno e havendo poucas e discretas peças na área verde – bancos e vasos; não há chafarizes ou estátuas. Não é o caso de se compreender uma casa – ou uma fotografia dela –, sem nenhuma mediação, como transparência e expressão do homem que vivia nela. No entanto, talvez esta mistura entre colunas, como elementos clássicos e tijolos à mostra, como elementos industriais, possa indicar mais pistas no sentido de uma combinação entre as qualidades morais tradicionais do jornalista e o empreendedorismo atuante que marcam as memórias a seu respeito. Além do mais o tipo de gosto que orientou as escolhas do aspecto do palacete não deve ser entendido como exclusivo de seu proprietário, mas compartilhado com seu construtor, Lix da Cunha.<sup>228</sup> Um já mencionado artigo escrito em 1976 discorre sobre o palacete, construído em 1929, afirmando que ele “mostrava um aspecto colonial com leve

---

<sup>228</sup> Cf. ZAKIA, p. 30

traço florentino, sendo o aspecto palaciano”.<sup>229</sup> Se não se pode dizer que há na fachada ostentação por um adorno carregado, Sylvino de Godoy certamente teve a intenção de construir uma casa que se destacasse do comum, investindo na qualidade dos materiais, de modo que este conjunto composto com sobriedade e harmonia exibisse ainda “12 colunas jônicas, sendo o material vindo dos Estados Unidos e da Europa”

As imagens 8 e 9 mostram espaços interiores do palacete, respectivamente, um cômodo que deveria servir como hall de recepção e sala de estar e o outro como sala de jantar. É evidente a riqueza investida para a composição dos ambientes, mas assim como na parte exterior, o espaço é marcado pela moderação e pela sobriedade. Praticamente não há objetos luxuosos como pratarias e antiguidades. Aparecem apenas os lustres e, na sala de estar (imagem 8) um abajur. Na sala de jantar (imagem 9) há um único quadro, notadamente, uma *Santa Ceia*, imagem tradicional e de presença recorrente neste tipo de ambiente, e um relógio. No mais, os dois cômodos são preenchidos por uma mobília luxuosa, havendo um conjunto de estofados, e no restante toda em madeira ricamente entalhada. É grande a quantidade de peças de mobília, mas, distribuídas em um espaço amplo, evita-se a sensação de atulhamento, ainda que, combinados aos móveis, esteja presente de forma marcante uma profusão de tapetes e cortinas.

Essas fotografias foram publicadas em 1988 em livro organizado pela empresa fundada por Lix da Cunha, então presidida por seu filho José Carlos Valente da Cunha. Seus filhos e netos, herdaram não apenas o patrimônio do engenheiro, mas também o interesse pela história de Campinas, e o que é mais importante, do ponto de vista de uma prática de intervenção sobre a vida da cidade, ao publicar este livro com textos e imagens, esta família, concretamente embasada nas posições que ocupa, divulga uma concepção tradicional da história da cidade. Não que exista um projeto consciente de dominação pela ocultação do conflito, mas, o que se quer argumentar é que, nas atividades intelectuais e culturais nas quais alguns de seus membros estão engajados, a relação que a classe dominante abordada na presente pesquisa estabelece com a cidade, parece implicar a composição de narrativas da história baseadas na ideia de progresso linear promovido por

---

<sup>229</sup> Nelson Américo de Godoy. Quem é quem nas ruas de Pirituba: Sylvino de Godoy. *Progresso de Zona Oeste*. Pirituba, Julho de 1976. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

homens plenos de virtude e valor moral, sendo que as rupturas aparecem apenas como circunstâncias criadoras de passados pitorescos ou polêmicas pontuais<sup>230</sup>.

Na intenção de chegar a mais indícios que permitam entender o significado dessas imagens é possível recorrer à descrição de outros ambientes interiores frequentados pelas elites. Em 1952, foi publicada a *Monografia histórica do município de Campinas*, cuja indicação fora apresentada à Câmara Municipal já em 18 de Outubro de 1948, com a intenção de “dar aos cidadãos campineiros e a todos os municípios do Brasil, documental e fotograficamente, um transunto, o quanto pudesse fiel, da história de Campinas.”<sup>231</sup> Por iniciativa do já mencionado acadêmico Carlos Francisco de Paula, este empreendimento cultural que em sua realização mobilizou reuniões que tiveram como sede o Centro de Ciências, Letras e Artes<sup>232</sup>, reuniu textos sobre diversos assuntos da cidade, sempre de acordo com a visão específica do grupo de intelectuais e homens públicos aqui abordados, ou seja uma obra comprometida com a consolidação de consensos em torno de heróis tradicionais e explicações que tinham como fim confirmar a vocação de Campinas à grande cidade como resultado do destino e da ação de seus homens mais ilustres.

Há, neste documento, um capítulo de autoria de Rafael Duarte, dedicado às “Sociedades Culturais”. Ao tratar do Clube Semanal de Cultura Artística, destaca a atuação do então presidente Sr. José B. Ribas D’Ávila, “pela excelente reforma no salão de festas de finíssimas cortinas e reposteiros de seda, mobiliário de alto valor, fazendo, outrossim, atapetar inteiramente o salão de leituras com custoso tapete, bem como colocar nova e rica cortina de finíssima seda no coreto do salão de festa.”<sup>233</sup> A descrição destaca elementos que na casa do Dr. Sylvino de Godoy estão também em evidência. Mais que apontar coincidências, pela análise desses registros pretende-se tornar mais visível a dimensão

---

<sup>230</sup> No ano 2000 uma publicação de natureza semelhante foi composta pela Rede Anhanguera de Comunicação (RAC), que engloba, entre outros periódicos, o *Correio Popular* e o *Diário do Povo*, os dois jornais mais tradicionais de Campinas. O texto de apresentação está assinado pelo Diretor Presidente, Sylvino de Godoy Neto e pelo Diretor Superintendente, Adhemar J. Godoy Jacob.

<sup>231</sup> *Monografia histórica do município de Campinas*, Rio de Janeiro, Serviço gráfico do instituto brasileiro de geografia e estatística, 1952, p. VII

<sup>232</sup> *Monografia Histórica do Município de Campinas* [...], p. VIII. O CCLA, à época, tinha como presidente Gumercindo Guimarães. Aparece nessa página de apresentação redigida por Francisco Ribeiro Sampaio – fundador da Academia Campinense de Letras –, um raro desacordo entre os homens de letras envolvidos no projeto: “não deixa de ser triste, consignar-se que alguns dos convidados, das classes campineiras cujo ofício são a pena e a inteligência, nem sequer compareceram a um só dos serões realizados no Centro de Ciências.”

<sup>233</sup> *Monografia histórica do município de Campinas* [...], p. 445



material que, aliada a um conjunto de valores, representações e concepções sobre o mundo, compunha o estilo de vida da elite. Na presente pesquisa interessa, sobretudo, que se possa com isso demonstrar o papel de coisas tais como a mobília e demais objetos que, de acordo com o grau de sua acumulação e os sentidos de seu uso, constituem os meios pelos quais se concretiza, nas classes mais altas, o desejo de privatização da vida.

Este último argumento precisa de maiores explicações. Primeiramente, ele parte de uma observação feita por Walter Benjamin: “Sob Luis Felipe, o homem privado pisa o palco da história.”<sup>234</sup> Essa figura do homem privado define-se pela relação por ele estabelecida com os ambientes interiores, especificamente no momento em que Paris oferecia aos olhos do observador o espetáculo das multidões, das construções em ferro e das lojas de departamento:

*Para o homem privado o espaço em que se vive se opõe pela primeira vez ao local de trabalho. O primeiro constitui-se com o intérieu. O escritório é seu complemento. O homem privado, que no seu escritório presta contas à realidade exige que o intérieu o sustente em suas ilusões. Esta necessidade é tanto mais urgente quanto menos ele cogita estender suas reflexões relativas aos negócios em forma de reflexões sociais. Na configuração de seu mundo privado, reprime ambas. Disso originam-se as fantasmagorias do interiêu. Este representa para o homem privado o universo. Aí ele reúne o longínquo e o passado. Seu salão é um camarote no teatro do mundo.*

A escolha dessa citação pressupõe, como aspecto fundamental do argumento, a afirmação do caráter de longa duração da consolidação de alguns dos elementos característicos do estilo de vida e da relação que a elite estabelece com o mundo, neste caso, remontando à ascensão da burguesia francesa ao superar o Antigo Regime. Sylvino de Godoy e os demais personagens abordados neste estudo, colocados como homens públicos – sem deixarem de ser homens privados –, uma vez que agiam sobre interesses de utilidade pública, por conta das especificidades do longo processo no qual estavam inseridos – processo no qual “a sociedade conquistou a esfera pública”<sup>235</sup> –, só poderiam realizar suas atividades públicas de forma difusa, ambígua, fragmentada. O que se quer sustentar é que as atitudes públicas dos personagens aqui abordados, seja por ações no Rotary Club, no

---

<sup>234</sup> BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte; São Paulo. UFMG; Imprensa Oficial do Estado, 2007. p. 45

<sup>235</sup> ARENDT, *A condição humana [...]*, p. 50

CCLA ou em cargos da prefeitura municipal, estão dialeticamente articuladas a uma realidade material, a um mundo de coisas que o poder de consumo e o gosto selecionaram. A natureza da relação definida entre estes termos teve, como uma de suas consequências, a formulação de propostas para a remodelação da cidade<sup>236</sup>, cujas concepções acerca dos espaços e dos traçados das ruas, por exemplo, pudessem orientar a construção de condições físicas e sociais propícias à reprodução das mesmas ideologias que primeiramente as produziram.

Essas reflexões são, em parte, inspiradas na concepção de Hannah Arendt acerca daquilo que define a condição humana, no sentido em que o mundo é entendido como produto do artifício humano, pelo qual se produz, portanto, sua objetividade e sua durabilidade contra o eterno movimento da natureza. Deste modo “O mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas, constantemente, as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam seus autores humanos.”<sup>237</sup> Nesse sentido, registros dos ambientes interiores são oportunos quando se deseja buscar explicações a respeito de motivações profundas, uma vez que neles se acumulam e se organizam as coisas materiais que concretamente fazem a vida da elite e constituem, deste modo, o referencial mais íntimo para seu julgamento do mundo e da cidade.

Essas coisas que condicionam a vida humana, no caso do salão de festas do Clube Semanal de Cultura Artística e do palacete do Dr. Sylvino de Godoy, são artigos de luxo cujos registros destacam justamente a riqueza e a qualidade dos materiais, de modo que é indispensável notar os sentidos dos adjetivos que qualificam a “finíssima seda”, as “finíssimas cortinas”, a “rica cortina”, o “custoso tapete” e o “mobiliário de alto valor”, com os quais se expressa a sofisticação do gosto indicada pela presença de materiais finos, além do mais, somada a outro atributo de distinção, que é o próprio fato de custarem caro esses tapetes e móveis. Os materiais assim descritos e qualificados sugerem um tipo de uso desses espaços interiores que pressupõe um refinamento específico dos modos, tanto nas

---

<sup>236</sup> A questão do urbanismo será discutida com mais detalhes no terceiro capítulo.

<sup>237</sup> Idem. p. 17 Hannah Arendt define a *vita activa* como aquilo que se distingue da vida contemplativa (*bios theoretikos*), ou seja aquilo que designa as atividades fundamentais que são condição para a vida do homem na Terra: labor, trabalho e ação.

reuniões do salão de festas como nas atividades culturais da sala de leitura, ambos ricamente decorados. Pode-se imaginar o modo como habitualmente as pessoas se apresentavam, não apenas em termos de vestimenta, aos eventos realizados no clube, tendo em vista que “nas situações habituais da vida burguesa, as banalidades sobre a arte, a literatura ou o cinema servem-se de uma voz grave e bem articulada, da dicção lenta e desenvolta, do sorriso distante ou confiante, do gesto ponderado, do figurino bem desenhado e do salão burguês de quem as pronuncia.”<sup>238</sup>

No mesmo sentido, as fotografias do interior da casa de Sylvino de Godoy incitam a imaginar sobre as disposições com que se encontravam ao redor da mesa de jantar convidados especiais da alta sociedade campineira, alguns deles, talvez, personagens principais desta pesquisa. Talvez naquela sala fossem discutidas questões de negócio, questões políticas, a vida pública. Ao mesmo tempo, o tipo de materiais em madeira escura, um pouco rústica, repleta de móveis pesados torna o ambiente quase invariavelmente masculino, de modo que é difícil imaginar que era nesse mesmo aposento que Dona Carmela de Vita Godoy eventualmente recebesse para o chá as “senhoras de rotarianos”<sup>239</sup>, que, conforme foi mencionado anteriormente, reuniam-se na casa das associadas para discutir suas ações beneficentes. O modo como se vestiam, os pratos servidos, tudo parece óbvio para compor a coerência em relação à mobília. Claro, o livro *Campinas de ontem e hoje*, publicado pelas Empresas Lix da Cunha traz uma série de imagens que ao serem selecionadas e compiladas realizam a função de representar aquele modo de vida “de ontem” pela exposição de suas virtudes materiais, nisso aproximando-se das construções das imagens dos personagens do passado pelos escritores das notas biográficas abordadas no primeiro capítulo. Trata-se de uma exposição pública do interior da casa do empresário Sylvino de Godoy, mas a revelação desse espaço íntimo está necessariamente livre de conflitos ou incoerências, das pessoas e da espontaneidade do cotidiano, supondo que ela

---

<sup>238</sup> BOURDIEU, *A distinção [...]*, p. 166

<sup>239</sup> Sobre espaço doméstico e gênero, no que diz respeito aos materiais com que são feitas as peças, ver as considerações de Vânia Carneiro de Carvalho apoiadas em Siegfried Giedon. CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material, espaço doméstico e musealização. *Varia história*, vol. 27 n 46, Belo Horizonte Julho/Dezembro, 2011. [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752011000200003&script=sci\\_arttext#back38](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752011000200003&script=sci_arttext#back38)

poderia ainda existir apesar da aparência de solenidade generalizada que se divulga publicamente.

Imagem 10 – Interior de proprietário não identificado, com quadros, porcelana, lareira e candelabros



Fonte: *Campinas de ontem e hoje*, Campinas, Empresas Lix da Cunha, 1988, p. 68.

Imagem 11 – Interior de proprietário não identificado, *hall* de entrada



Fonte: *Campinas de ontem e hoje*, Campinas, Empresas Lix da Cunha, 1988, p. 68.

O tipo de imagens disponível em *Campinas de ontem e hoje* assemelha-se ao que se encontra em uma publicação de 1930, o *Álbum Propaganda de Campinas*, organizado pelo gerente da Casa do Livro Azul, Cleso de Castro Mendes. No *Álbum* as fotografias das fachadas das grandes casas comerciais, interiores de clubes e palacetes onde residiam cidadãos ilustres são apresentadas como índice do desenvolvimento e das potencialidades da cidade. Há, portanto, uma tradição de publicações, que pode ser alinhada ainda aos antigos Almanques de variedades do século XIX, que permite considerar, sobretudo pelo próprio fato da publicação, a importância da cultura material própria à elite como parte fundamental de um modo de vida privilegiado, cujas imagens são incessantemente impregnadas, na totalidade da circulação dos meios de mídia, pelo discurso do progresso da cidade e do valor moral dos homens colocados como aqueles que se dispõem a alcançá-lo em nome do interesse coletivo.

Imagem 12 – Palacete de Carlos Penteadó Stevenson



Fonte: Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp. *Álbum Propaganda de Campinas 1930*, p. 139.

Imagem 13 – Salão de música do Clube Campineiro



Fonte: Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp *Álbum Propaganda de Campinas 1930*, p. 32.

São válidas também para este contexto específico de Campinas, as reflexões de Eric Hobsbawm sobre a vida burguesa no século XIX. Os novos hábitos e as novas sensibilidades experimentadas pelos burgueses na Europa, de algum modo atravessaram o oceano e as décadas, à medida que o capitalismo e o ideário liberal somaram forças para promover a unificação do mundo. De acordo com o historiador, como contribuição ao argumento, “O lar era a quintessência do mundo burguês, pois nele, e apenas nele, podiam os problemas e contradições daquela sociedade ser esquecidos ou artificialmente eliminados.”<sup>240</sup> Essa observação está relacionada a uma questão central das convivências nas grandes cidades, em que, devido aos grandes números e à regulação estatística de todos os elementos importantes à manutenção da vida urbana, generalizou-se a superficialidade no trato entre as pessoas, ou como diria Georg Simmel, surgiu a atitude *blasé*.<sup>241</sup> Em virtude disso difundiu-se no século XIX uma preocupação constante a respeito da distância entre aparência e essência, sobre como saber se uma pessoa estava sendo verdadeira no seu agir ou, ao contrário, como fazer para não revelar involuntariamente disposições íntimas.

---

<sup>240</sup> HOBBSAWM, op. cit. p. 350

<sup>241</sup> Este tema foi discutido já anteriormente na página 5

Segundo Richard Sennett, foi dessa circunstância que surgiu algo que atualmente aparece na linguagem corrente quando se diz que uma pessoa cometeu um lapso inconsciente, revelando com isso algo que não desejaria ter revelado. O autor trata de um movimento complexo de superposição do privado sobre o público, que afetou ambos, criando uma vida pessoal desmedida e uma vida pública esvaziada. Dessa condição, surgem como legado da crise da vida pública no século XIX, alimentadas por forças como o capitalismo e o secularismo, o que Sennett chama de “quatro condições psicológicas”: “desvendamento involuntário da personalidade, superposição do imaginário público e privado, defesa através do retraimento e silêncio”<sup>242</sup>

No espaço do lar, no convívio da família por ele comandada, o burguês podia sentir-se seguro. Ao observar mais de perto aconchego deste lar, Hobsbawm ainda acrescenta:

*[...] os objetos eram mais do que meramente utilitários ou símbolos de status e sucesso. Tinham valor em si mesmos como expressões de personalidade, como sendo o programa e a realidade da vida burguesa, e mesmo como transformadores do homem. No lar tudo isso era expresso concentrado. Daí sua grande acumulação.*<sup>243</sup>

E uma vez que a sociedade moderna capitalista privilegia o trabalho e aquilo que se tem, mais que aquilo que se é – no sentido de que agora as pessoas ao virem ao mundo são todas iguais, sem privilégios ou distinções de nascimento – os objetos acumulados é que dizem ao burguês, então, o que ele é, de modo que aquilo que ele conseguiu adquirir e manter são os registros materiais de sua existência. Quanto mais o burguês tem sucesso, mais ele emancipa-se do trabalho para apenas usufruir dos produtos do trabalho, o que na sociedade moderna tende à futilidade. No horizonte dos desdobramentos dessa contradição, Hannah Arendt prevê um futuro trágico: “A sociedade que está para ser libertada dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, uma

---

<sup>242</sup> SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: As tiranias da intimidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 44

<sup>243</sup> HOBBSAWM, op. cit. p. 351



sociedade que já não conhece aquelas outras atividades superiores e mais importantes em benefício das quais valeria a pena conquistar essa liberdade.”<sup>244</sup>

No que diz respeito às “coisas” das quais o mundo é feito, Sylvino de Godoy não era apenas consumidor. Em sua atividade como empresário é destacado o papel da fábrica por ele fundada, a Godoy e Valbert, no sentido de incrementar a variedade de mercadorias disponíveis na cidade: “Interessante é saber que antes dessa nova indústria em Campinas, os produtos similares – elásticos para botinas – eram todos importados da Inglaterra, Suíça e Itália.”<sup>245</sup> Além disso, o jornalista foi também presidente da Companhia Nacional do Comércio Bufarah, organização distribuidora de automóveis, fundada em 1935, “graças à larga visão de Anuar Murad Bufarah”<sup>246</sup>, que atendia às novas necessidades de deslocamento colocadas pela modernidade campineira, além do mais alimentadas pelo fetiche despertado pela máquina e pelas possibilidades de ainda mais individualização prometida pela ideia de ter o próprio carro. Segundo o Dr. Carlos William Stevenson, o fluxo de automóveis deveria ser levado em conta para quem fosse traçar o plano de urbanismo de Campinas “pois o movimento de veículos neste 1937, já bastante intenso, naturalmente irá aumentando ano após ano.”<sup>247</sup>

Sobre a origem dos móveis de Sylvino de Godoy, as fontes consultadas não permitem, até o momento, dizer nada. Não se sabe se foram herdados, comprados em Campinas, em outra cidade ou no exterior. Em Campinas, de todo modo, já na passagem da década de 1930 para a de 1940 existia um comércio capaz de suprir o gosto dos ricos e que muitas vezes anunciava seus produtos por meio de dizeres que enfatizavam o “fino”, o “luxo”, o “bom gosto”, e assim por diante. Em um artigo sobre “O comércio de Campinas”

---

<sup>244</sup> ARENDT, *A condição humana* [...], p. 12

<sup>245</sup> Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Nelson Américo de Godoy. Quem é quem nas ruas de Pirituba: Sylvino de Godoy. *Progresso de Zona Oeste*. Pirituba, Julho de 1976

<sup>246</sup> GUIMARÃES, Alaôr Malta. *Campinas: Dados Históricos e estatísticos*, Campinas, Livraria Brasil, 1952, página não numerada.

<sup>247</sup> Pires, Mário. Um homem de visão, *Diário do Povo*, Campinas, 26 de Junho. 1975. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Segundo publicação de 1952 da autoria de Alaôr Malta Guimarães, em 1946, Campinas possuía 1964 veículos motorizados. Em 1951 eram 4896. O autor interpreta os dados com a seguinte consideração: “Estes, como todos os outros números citados em outros setores demonstram o progresso campineiro nos últimos 5 anos.” GUIMARÃES, Alaôr Malta. *Campinas: Dados Históricos e estatísticos*, Campinas, Livraria Brasil, 1952, p. 107



escrito por João Amêndola para a já citada *Monografia histórica*, há considerações sobre a evolução da atividade na cidade nos seguintes termos: “E o comércio de Campinas é [já no grande desenvolvimento verificado em 1952], em sua quase totalidade, sustentado pela população local, que, de nível regularmente elevado, tem capacidade para tal.”<sup>248</sup> Segundo o anúncio encontrado em uma *Revista Palmeiras* publicada em 1941, o autor era proprietário de uma livraria localizada na Rua General Osório nº 937. Era ele próprio um comerciante, portanto, mas que talvez fosse também considerado um intelectual, tanto que foi convidado para escrever na *Monografia Histórica*. Em sua livraria, que “recebe todas as novidades literárias que se publicam no país”,<sup>249</sup> era possível encontrar “papeleria, livros técnicos e científicos nacionais e estrangeiros, artigos de escritório, escolares, de esportes.” João Amêndola, ao afirmar a capacidade da população campineira para sustentar o comércio, constrói a imagem de uma cidade que alcançou um certo patamar de superação da necessidade para trilhar o caminho na direção das “civilizações adultas”, como chama Fernand Braudel.

*Definitivamente eliminados os fatores negativos que em certa época de sua história detiveram sua marcha, Campinas se encontra hoje, seguramente, em franca ascensão, o que salta aos olhos de qualquer observador. Campinas figurará sempre entre as mais adiantadas, prósperas e civilizadas cidades da comunidade brasileira. E é esse nosso voto e nosso augúrio.*<sup>250</sup>

Na superfície do elogio ao desenvolvimento do comércio o que aparece é a imagem de seletos consumidores, capazes de praticar um gosto refinado, desfrutando do prazer das compras e do espetáculo das vitrines das lojas caras. É essa imagem que sustenta os atributos com os quais João Amêndola contribui para a confirmação do orgulho campineiro ao colocar a cidade entre “as mais adiantadas, prósperas e civilizadas” do país. À disposição de quem saísse para um passeio pelo centro, no número 141 da Rua César Bierrenbach estava localizada a Tapeçaria Brumiler, onde era possível encontrar “cortinados e decoração, móveis estofados em couro.” Na Avenida Francisco Glicério nº

---

<sup>248</sup> *Monografia Histórica do Município de Campinas, [...] p. 520*

<sup>249</sup> Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. *Palmeiras no Cine Voga*, Março de 1941, Ano II nº 25

<sup>250</sup> *Monografia Histórica do Município de Campinas [...]*, idem.

425 havia a Casa Cosimato, especializada em “móveis de arte, todo e qualquer serviço de arte em madeira”. A tapeçaria e colchoaria de Hugo Carci, na Rua Saldanha Marinho 281, além de “móveis estufados (sic) em couro” oferecia também “estofamentos em geral para automóveis de luxo”. A Casa Kaplan, propriedade de Ela Kaplan e irmãos, na Avenida Campos Sales nº 960-964 era fábrica de móveis e distinguia a qualidade de seus produtos nos dizeres do anúncio do seguinte modo: “móveis de alta classe, moderna seção de móveis estofados”.

Imagem 14 – Propaganda de móveis



Fonte: *Álbum Propaganda de Campinas 1930*.

Nota: Móveis ricamente entalhados cuja qualidade de fabricação e do material usado saltam logo à vista. Considerando-se as imagens de interiores já apresentadas, pode-se dizer que móveis como estes só tem sentido acompanhados de porcelanas, pratarias, quadros e cortinas nas paredes, etc.

Apesar dessa associação imediata entre bens de luxo e o estado do desenvolvimento de uma cidade, de acordo Daniel Roche, historiador das “coisas banais”, ainda que o consumo lento dos bens de luxo seja responsável pela geração de grandes lucros em uma única compra, o indicativo real da relação entre produção e consumo é dado, na verdade, pelo consumo constante dos bens de primeira necessidade realizado pelos

pobres.<sup>251</sup> Este último, aliás, não está excluído do consumo de luxo, uma vez que indiretamente constitui a base para sua produção quando se considera a necessidade de reprodução da força de trabalho – a alimentação e o sustento diários – daqueles assalariados que os produzem diretamente. Este tipo de relação é central, inclusive, como condição concreta para o desenvolvimento e planejamento da expansão da cidade no que diz respeito, por exemplo, com o avanço da industrialização, à questão das moradias dos trabalhadores. Ter que levar em consideração a existência dos pobres na cidade, implica tomar decisões sobre critérios a serem adotados para localizar e traçar os bairros operários de modo a integrá-los, de modo conveniente, à lógica do perímetro urbano anteriormente estabelecido.

Para tratar, ainda que de maneira geral, de possíveis consumos de elite, é interessante destacar outros estabelecimentos do centro da cidade cujas propagandas qualificam os itens comercializados como produtos finos. O Empório Marinho, na Rua Dr. Quirino nº 1593, anunciava “secos e molhados finos”, oferecendo “bebidas nacionais e estrangeiras, louças, alumínio, conservas em latas, bolachas, doces, bombons”, além do “Café Moinho de Ouro, moído a vista do freguês”. Na Rua Luzitana nº1128, Godofredo Brand instalou seu “bar, café e restaurante”, Elite, “Casa de primeira ordem. Ótimas instalações.” O Café Ricardo talvez recebesse eventualmente a visita de intelectuais que lá poderiam encontrar “doces, pastéis, seção de finos aperitivos”, uma vez que estava localizado bem em frente à Casa do Livro Azul, tradicional livraria e ponto de encontro da elite culta campineira<sup>252</sup>. No que diz respeito à circulação de intelectuais, na mesma rua, a Barão de Jaguará, havia também a Casa Genoud, tipografia de livros, revistas e publicações oficiais da Prefeitura Municipal. No final do século XIX, seu fundador, o livreiro francês Alfred Genoud, mantinha um escritório em Paris, que facilitava a importação de livros.<sup>253</sup> Pode-se destacar também as lojas de vestuário. Ainda na Barão de Jaguará, esquina com a Conceição, estava a Casa Brasileira de Sedas, com “finíssimos bordados da Ilha da Madeira, bordados à mão, etc”. Na Avenida Francisco Glicério nº 1106 era possível

---

<sup>251</sup> Cf. ROCHE, op. cit. p. 25-33

<sup>252</sup> Cf. Rede Anhanguera de Comunicação, *Campinas – 100 anos de história*, Callis editoria Ltda., 2000, p. 18

<sup>253</sup> Cf. LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade, os cantos e os antros. Campinas 1850-1900*, Edusp, São Paulo, 1996, p. 160

encontrar “confeções finas para senhoras e cavalheiros” na alfaiataria Casa Koper, de José Kopersztych.

É preciso dizer ainda que a referência ao que é “fino”, em alguns casos pode ser simplesmente um recurso de propaganda que, além do mais, indica o apelo do que se coloca como refinado mesmo para estabelecimentos que pretendem atender um público mais popular. A Camisaria Paulista, na Barão de Jaguará nº 1155, por exemplo, do comerciante Elias Antônio Sayeg, anunciava “artigos finos para cavalheiros – os mais variados sortimentos aos menores preços”, fundindo, assim a distinção do artigo fino ao preço baixo, que é atrativo, na verdade, ao consumo dos pobres e da classe média. No entanto, essa consideração não é tão simples de sustentar quando boa parcela da elite aqui abordada pode ser considerada composta por trabalhadores (profissionais liberais) ou empreendedores, no sentido de que não eram aristocratas do café, aos quais, em mais de um caso, aliás, opõem-se abertamente. Com exceção talvez de Sylvino de Godoy, não eram também grandes burgueses. Pode ser que, em alguma medida, a preocupação com “o econômico” fosse um fato de alguma relevância para a fração de classe na qual estavam inseridos os personagens principais da presente pesquisa, ainda que não haja dúvidas sobre seu distanciamento relativo da necessidade e das consequências pessoais disso.<sup>254</sup> Dito isto, pode-se entender que a propaganda publicada pelo especialista em pianos, Egídio Aranha não se destinava certamente aos populares, ainda que anunciasse suas atividades realizadas na Barão de Jaguará nº 1004 – “compra, vende, troca, afina” –, oferecendo “facilidade de pagamento”.

Essa breve exposição de anúncios<sup>255</sup>, ainda que não deixe claros os limites entre setores médios e elite no que diz respeito a consumo, permite talvez tornar mais evidente a existência de um certo círculo de sociabilidade e de um padrão de compartilhamento de impressões sobre o mundo, ou de tipos de registros da existência dados pelo gosto, que

---

<sup>254</sup> Essa condição ambígua da elite campineira objeto deste estudo, talvez esteja inserida em um movimento maior do capitalismo mundial, notadamente, aquilo que Robert Castel chama de “sociedade salarial”. Há “Assalariados ‘burgueses’, funcionários, quadros, profissões intermediárias, setor terciário [...]”. Em uma sociedade na qual todos, ou quase todos são assalariados, as identidades se constroem a partir do salário, “sublinhando a diferença em relação ao escalão inferior e aspirando ao estrato superior.” CASTEL, Robert, *metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, Petrópolis, Vozes, 1998, p. 417

<sup>255</sup> Publicados nas revistas Palmeiras entre 1938 e 1948

estão vedados à participação dos pobres. Esta afirmação é relevante mesmo em uma pesquisa que tem a elite como protagonista, pelo fato de que é justamente pela delimitação do excluído e pelas convicções acerca de seu papel e seu lugar na sociedade, que essa elite, especificamente, vislumbra a cidade que Campinas está destinada a ser, as qualidades próprias e típicas do campineiro e o tipo de convivência adequado entre as partes na cidade. Esse argumento sustenta-se, além do mais, a partir de um registro extraído dos classificados do *Correio Popular* de 2 de Abril de 1940, no qual procura-se, para que se apresente em casa localizada na Rua 11 de Agosto, “cozinheira boa”, com as seguintes exigências, “de cor branca e meia idade”. Em outro anúncio, “para casa de família pequena” na Avenida Andrade Neves nº 277, procura-se empregada e “prefere-se branca”.<sup>256</sup>

No próximo capítulo serão mais diretamente analisados os sentidos investidos no aspecto material e visual do centro de Campinas durante o período estudado, com destaque às idealizações dentro das quais se insere a formulação do Plano de Melhoramentos Urbanos. Pretende-se, com isso, concluir esta pesquisa articulando as discussões precedentes acerca da construção de imagens pessoais públicas, os meios de atuação através de instituições que se valem da produção cultural e do discurso moral, a imagem da modernidade e a materialidade das coisas e, por fim, o modo como tudo isso se relaciona dialeticamente a concepções possíveis de vida urbana que por vezes tendem ao mito de uma comunidade purificada. Este último exemplo, a respeito da preferência por empregadas brancas, sinaliza a direção deste capítulo final que, apoiado nas ideias de Richard Sennett, principalmente em seu *The uses of disorder*, tem intenção de argumentar que posições sustentadas por uma elite hegemônica e compartilhadas massivamente em uma comunidade tem relação íntima com o tipo de cidade na qual esta comunidade vive. A abundância, o mundo de coisas que os dominantes acumulam é que constitui a base para a idealização de uma cidade cujo traço principal é a exclusão, tanto quanto possível, das diversidades, através da marginalização, repressão e desejo de corrigir os considerados desviantes. Campinas, nos anos 1940 compartilhava, por exemplo, a possibilidade de publicar anúncios racistas sem nenhum constrangimento. Fatos como este, associado a

---

<sup>256</sup> Correio Popular, 2 de Abril, 1940, anexo ao Processo nº 09345, 1º of. TJC, 1940. Centro de Memória da Unicamp (CMU)

outras circunstâncias que as fontes permitem alcançar podem ajudar a entender a cidade como consequência do compartilhamento de um tipo de juízo certamente nocivo em diversos aspectos.

### CAPÍTULO III: O URBANISMO COMO CONSEQUÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DE CLASSE

O argumento central da presente pesquisa defende que o modo como estava definido e compartilhado o *habitus*<sup>257</sup> da elite urbana campineira, aqui abordada a partir de seis de seus representantes, constituiu o elemento dominante para a definição do projeto de cidade que a partir da década de 1930 pautou as políticas urbanas de Campinas. É no *habitus* que se encontram os critérios para fazer determinados investimentos, para desejar que certos negócios contem com as condições necessárias para seu desenvolvimento, para construir imagens a respeito de que tipos de comércio, indústria e instituições culturais uma grande cidade deve apresentar e ser capaz de fazer florescerem. Também é no *habitus*, este conjunto de disposições interiores que constituem os tipos de atitudes e traços fundamentais da identidade de uma classe social, que se pode encontrar motivações para a convicção de que é preciso colocar em prática, à medida em que se ocupa posições de poder, meios de normatização dos usos dos espaços e formas de delimitar os lugares destinados às classes populares, de modo que elas não se apresentem como risco aos interesses dos dominantes.

Ao mesmo tempo, deve-se considerar que a cidade, em sua materialidade, é que contém os elementos capazes de constituir a “realidade” em relação à qual as pessoas agem socialmente. Deste modo, o *habitus*, como aquilo que define o modo pelo qual homens como Sylvino de Godoy ou Carlos William Stevenson entendem quem são, quais são seus iguais, como se colocar em público e de que modos agir, se forma a partir de condições dadas por um acúmulo de memórias e tradições compartilhadas ao longo do tempo no interior de grupos bastante restritos. Além do mais, deve-se considerar que tais condições encontram-se, em diversos níveis, inscritas na racionalidade específica dos espaços interiores das residências, como também nas ruas, praças, igrejas, e casas de comércios da cidade.<sup>258</sup>

---

<sup>257</sup> Esse conceito é definido ao longo de diferentes discussões desenvolvidas por Pierre Bourdieu. Ver principalmente BOURDIEU, *A distinção* [...], p. 162-179

<sup>258</sup> Cf. HALBWACCS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990, p. 137

Os personagens principais da presente pesquisa têm como traço principal de sua atuação nos debates acerca do urbanismo, um comprometimento com as transformações do aspecto e do modo como se deseja que a vida aconteça na cidade. Suas posições partem de referenciais de modernidade que se afirmam, sobretudo, contra aquilo que faz lembrar, na materialidade da cidade, uma vida urbana arcaica, repleta de resquícios de ruralidade. A nova cidade que os intelectuais campineiros da década de 1930 idealizam, surge a partir de imagens nas quais figuram automóveis, arranha-céus, ruas amplas, uma arborização racional e bem distribuída e, intimamente associados a elas, valores com os quais se afirma uma civilidade baseada no discurso do progresso. Essas considerações iniciais anunciam as intenções deste terceiro capítulo, em que se pretende apresentar novas análises de documentos que permitam complementar com uma discussão sobre a cidade em sua materialidade, aquilo que até aqui foi abordado a respeito das relações e disposições de homens em posições de tomar decisões e definir rumos, como também das motivações que os tornaram inclinados a agir de um modo e não de outro.

Como se sabe, entre 1889 e 1897, Campinas passou por quatro traumáticas epidemias de febre amarela. Apesar da insistente recusa baseada, ao que parece, em um orgulho desmedido ostentado pelas autoridades campineiras,<sup>259</sup> dada a gravidade da situação, a cidade teve que aceitar intervenção estadual. Com este fim, a partir de 1896, sendo Campinas sede de um dos distritos sanitários de higiene pública do estado, estiveram presentes na cidade o engenheiro Saturnino de Brito e o sanitarista Emílio Ribas, cujas contribuições permitiram que ao entrar no século XX, Campinas se apresentasse como uma cidade saneada e já contasse com uma estrutura urbana organizada de modo a oferecer perspectivas ao desenvolvimento futuro.<sup>260</sup>

De acordo com a estudiosa da questão da habitação em Campinas, Daisy Ribeiro, as propostas sugeridas por Saturnino de Brito, deixaram suas marcas no traçado urbano, pautando também algumas das direções tomadas por projetos posteriores. No mesmo contexto, foi implementada uma política social alinhada ao pensamento sanitarista,

---

<sup>259</sup> Cf. RIBEIRO, Daisy Serra. Campinas no Estado Novo: Política de Habitação Popular na Formação da Cidade Industrial. Tese de Doutorado em História. IFCH-Unicamp. 2007. p. 34-37

<sup>260</sup> Cf. idem. p. 44



bastante em voga na época, que contava com o suporte intelectual de Emílio Ribas. As medidas tomadas a partir daí, frequentemente tenderam à exclusão dos pobres, uma vez que segregavam espacialmente as classes trabalhadoras, com base na ideia de que o estabelecimento da salubridade exigia o controle da população operária, definindo, sobretudo, o modo como deveriam viver e a localização dos bairros a elas destinados. O sanitarismo, que no período associava-se à autoridade do Dr. Oswaldo Cruz, ao ser adotado em Campinas, parece ter fundado um tipo de relação entre as classes no espaço da cidade, que foi perpetuado ao longo do tempo: “Os operários urbanos teriam suas vidas controladas por uma legislação baseada em princípios médico-sanitários e um controle social de polícia. Essa concepção delineou o tratamento da classe operária durante o final do século XIX e o seguinte, pelo menos em suas primeiras três décadas.”<sup>261</sup>

Retornando ao período que interessa à presente pesquisa, cabe aqui avaliar o modo como se desdobrou historicamente o desenvolvimento do espaço da cidade, que partindo de um legado, em grande parte, herdado da política urbana do século XIX, passou a ser regido, fortemente, por uma ideologia do progresso e um desejo de modernização, posteriormente trespassados pelo ímpeto de acumulação e reprodução do capital mobilizado na esteira da especulação imobiliária. Para seguir argumentando nesse capítulo, será interessante refletir especificamente a respeito dos termos do debate em torno do Plano de Melhoramentos Urbanos, para avançar na análise do modo como estavam, nos círculos de influência dos personagens principais abordados, articulados seus valores de classe, suas disposições e interesses. Em discussões bastante pontuais, por exemplo, sobre a remodelação do Largo do Rosário, que ocupam muitas vezes várias páginas das atas consultadas, revela-se uma série de indícios a respeito do modo como as ideias do urbanismo moderno tocavam a realidade da intelectualidade campineira. Para a compreensão do sentido dos debates empreendidos nas reuniões da Comissão de Melhoramentos Urbanos, é preciso ter em mente o que foi colocado nos capítulos anteriores. Nesse sentido, as concepções positivistas e rotarianas, o estilo de vida e o gosto próprios à elite, constituem referenciais para a leitura dos termos pelos quais são formuladas propostas a respeito da forma da cidade.

---

<sup>261</sup> Idem. p. 39

Neste capítulo pretende-se aprofundar as reflexões a respeito do alcance e dos limites do tipo de visão de cidade sustentado pelos personagens principais aqui abordados. Desse modo, mais que identificar ponto a ponto cada definição colocada pelo Plano de Melhoramentos Urbanos, para em seguida avaliar suas consequências, interessa nesse momento compreender quais das posições, compartilhadas no interior de um grupo restrito, puderam permanecer e se impor, quais foram deixadas de lado, e qual o significado da contribuição da visão desse grupo para a composição do discurso dominante de um período posterior. Essa última proposição pretende sustentar que suas posições em relação à cidade estavam, conforme os argumentos apresentados anteriormente, legitimadas e validadas, sobretudo, por juízos morais e estéticos associados ao estilo de vida próprio à classe que as defendia. Feitas essas colocações, é preciso já antecipar que a fração da elite até aqui abordada não foi contemplada na totalidade de suas pretensões quando foi colocado em prática o Plano. Claro, para a execução de um projeto urbanístico existem obstáculos de diversas naturezas, sendo que no caso de Campinas figuram desde períodos de dificuldades orçamentárias, até questões políticas nacionais da transição para o Estado Novo, e mesmo circunstâncias relacionadas à Segunda Guerra Mundial.

No entanto, o empecilho aqui referido relaciona-se à ascensão de uma outra fração da elite, a qual, mais que afirmar intelectualmente ideais de civilidade e urbanismo, tinha seu poder embasado no capital. Esse novo grupo hegemônico, portanto, tinha como interesse principal a ampliação de seus rendimentos e, uma vez que, da passagem da década de 1940 para a de 1950 o investimento e a especulação no setor imobiliário tornaram-se extremamente promissores, é o poder do capital que tomará então as rédeas da produção do espaço urbano. É preciso pontuar, quanto a essa afirmação, que a distinção aqui colocada refere-se a uma diferença de visão de mundo e consciência sobre o papel da elite que estes homens do início dos anos 1950 colocavam para si, em relação ao que se colocavam aqueles de meados da década de 1930. Isso porque, dado que as necessidades do ponto de vista do capital podem ser entendidas como predominantes pelo menos desde 1870, o que acontece no final do período estudado é que os critérios para o investimento de capitais sobre a organização do espaço, gradativamente deixam de estar em uma concepção moral e racionalista de cidade para estarem na lógica do próprio capital.

### 3.1 AS CONCEPÇÕES DE PRESTES MAIA E O BAIRRISMO CAMPINERO

Para abordar o assunto, parece interessante, de acordo com o que se pode perceber na leitura dos documentos consultados, considerar a presença da figura de Francisco Prestes Maia, engenheiro contratado em 1934 pela Prefeitura Municipal para formular e dirigir o plano de urbanismo desejado pela elite política e intelectual campineira desde 1929. Mais especificamente, é importante notar que Prestes Maia tinha um tipo de visão sobre a cidade e soluções de remodelação, cujos pressupostos nem sempre parecem combinar com aquilo que embasa as posições defendidas pelos personagens abordados nessa pesquisa. Ao analisar a exposição mais detalhada do urbanista, presente no plano preliminar de 1935, é possível identificar elementos de seu discurso, que devem ter provocado reações bastante significativas por parte dos membros da Comissão de Urbanismo, no que diz respeito ao juízo que tinham a respeito de Campinas e de si mesmos. Em sua exposição, Prestes Maia deixa transparecer repetidamente que em seu modo de ver, Campinas não era tão grande nem ostentava tantos e tão elevados atributos quanto julgavam seus cidadãos mais ilustres.

Ao conduzir as investigações sobre as formas de atuação da elite intelectual campineira durante o período estudado, foi possível chegar a um entendimento quanto à construção e difusão de valores e concepções acerca do que para eles Campinas representava simbolicamente, assim como daquilo que consideravam haver de especial no tipo do campineiro. As contribuições dessa elite ao debate sobre a cidade estiveram sempre pautadas, portanto, por um conjunto de ideais associados a ideologias do progresso e imagens da modernidade, fundamentalmente permeadas por valores morais essencialistas. Essas abstrações, oriundas de sua formação intelectual específica e própria da fração de classe ocupada por seus representantes, oportunamente serviam como fio condutor à constituição de narrativas da história da cidade, a partir das quais suas concepções encontravam legitimidade. Ao longo das décadas de 1930 e 1940 era recorrente nas atividades intelectuais desses homens, a celebração de Campinas como berço do compositor Carlos Gomes, como foco principal da propaganda republicana que derrubou a monarquia, como terra em que a riqueza do café produziu prosperidade, como cidade capaz

de superar terríveis epidemias de febre amarela que dizimaram sua população, e assim por diante.

Carlos William Stevenson, ao apresentar suas ideias para a remodelação da cidade no Rotary Club, em 1933, expôs o que pode ser tomado por uma convicção central acerca de suas concepções sobre a vida urbana: “[...] a cidade civiliza o homem, dá-lhe a polidez e a linha que ninguém consegue conquistar nos limitados círculos do interior na vida rústica da roça.”<sup>262</sup> A intelectualidade em questão desejava, como já permite perceber essa consideração de Stevenson, uma cidade racional, moderna, capaz de superar os aspectos de ruralidade que ainda se faziam presentes no início da década de 1930. Mais que isso, pretendia-se que a cidade pudesse transformar, pela regularidade de suas linhas, pela lógica de seus traçados, pela harmonia entre suas praças, suas ruas, monumentos e edifícios, o próprio homem que a habitasse.

A preocupação com a cidade, portanto, não se separa da preocupação com o campineiro. É claro que o que está em jogo em um projeto de remodelação, do ponto de vista dessa elite intelectual campineira, é a construção de uma sociabilidade desejável e compatível com o aspecto que deve ter uma cidade civilizada aos moldes dos ideais predominantes na visão de mundo por ela compartilhada. A imagem do campineiro bairrista e orgulhoso de sua cidade vem de longa data. Na verdade, um tipo de atitude que justifica a imagem foi se difundindo e se incorporando ao consenso sobre si que fazem os campineiros. Em 1945 a revista de variedades *Palmeiras*, publicou um texto com título “Campinas, a hospitaleira”, no qual o cronista Galeão Coutinho diz o seguinte “Decerto os campineiros têm fama de bairristas. Devem orgulhar-se desta fama. Adoram a terra onde viveram seus antepassados.” Coloca isso depois de dizer que Ouro Preto é cidade que tem personalidade porque tem passado, “cada pedra lá é toda uma crônica do Brasil-colônia”, enquanto que Belo Horizonte tem apenas um belo céu, “é uma urbe tracejada no papel por hábeis engenheiros, [...]” que não puderam, contudo, insuflar-lhe alma. No juízo produzido pela contraposição entre dois tipos de cidade, o autor toma o partido do valor da tradição que se impregna na própria matéria de que é feita a cidade colonial, desdenhando, por outro lado, do planejamento urbanístico, como se esse se prestasse apenas à produção de

---

<sup>262</sup> BADARÓ, op. cit. p. 42

artificialidades. Essas considerações servem de parâmetro para retornar, desajeitadamente, a sua apologia a Campinas, argumentando, obviamente, que esta também tem seu passado, o qual é possível sentir ao deparar-se com as palmeiras imperiais que contornam a praça Carlos Gomes. Dito isso, retorna ao campineiro, afirmando:

*Mas a hospitalidade dos campineiros, bem diversa da cordialidade festiva e volúvel de muitos de nossos patrícios, bitola-se pelo critério da seleção. O campineiro não abre o coração e o lar a todos, mas a raros em quem descobre atributos que os tornem dignos do seu confiado acolhimento.*<sup>263</sup>

Galeão Coutinho reveste de nobreza a arrogância do campineiro, não sem rebaixar as formas de tratamento atribuídas aos habitantes de outras cidades, que ao receberem qualquer tipo de forasteiro, não fazem mais que agir com uma ingênua, pouco valorosa “cordialidade festiva e volúvel”.

Pode-se verificar o bairrismo que expressa os anseios presentes em torno da imagem de Campinas e do campineiro, em um relato elogioso sobre Azael Álvares Lobo. Este conhecido médico, envolvido com jornalismo e atuante em diversos círculos culturais, era também delegado de trânsito. Numa ocasião, de acordo com o cronista Paranhos de Siqueira, diante de um carro mal estacionado em frente a um hotel, Azael Álvares Lobo advertiu o motorista: “Convém, amigo – disse então – corrigir a posição de seu carro. Mal estacionado como está, será possivelmente multado. E o senhor que é de fora sairá, depois, falando de Campinas, sem saber que esta é a melhor cidade do mundo.”<sup>264</sup> Evidencia-se o tratamento dado ao “de fora” como alguém que além de não saber portar-se de acordo com o que é correto fazer na “melhor cidade do mundo”, ainda ameaça fazer juízos injustos sobre sua reputação ao deixá-la.

Contratado para dotar Campinas de uma fisionomia à altura de sua importância, Prestes Maia, ao explicitar as dificuldades de sua tarefa, demonstra descontentamento com as condições orçamentárias do município, admitindo que o plano conforme havia elaborado, certamente teria que ser reduzido e implementado aos poucos, dando-se

---

<sup>263</sup> Palmeiras Ano. VII n° 66 Agosto de 1945. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

<sup>264</sup> Paranhos de Siqueira. Morreu Azael Lobo. *Diário do Povo*, Campinas, 17 de Março de 1964. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

prioridade para a resolução daquilo que fosse mais urgente. A escassez de recursos soma-se ao fato de que, segundo o urbanista, a importância de Campinas era média,<sup>265</sup> de modo que se não era possível deixar tudo como estava, “como nas cidades estacionárias do interior”, também não era permitido fazer investimentos mais audaciosos, sem que isso atraísse o descontentamento dos contribuintes. Para ressaltar a condição mediana de Campinas, em que as imperfeições se encontram tão espalhadas que não se pode, “com um, ou alguns poucos golpes elegantes resolver de uma vez” o problema, cita o caso de São Paulo, cujo plano formulara em 1930. Na capital a riqueza, e mesmo o fato de serem grandes – e não médios – os problemas, permitiam soluções e investimentos mais ousados. Prestes Maia demonstra incômodos, para além das questões econômicas, com a topografia e com o traçado de Campinas, que ofereciam dificuldades maiores do que as que se podia encontrar em outras cidades. Cita o exemplo de Recife<sup>266</sup>, também em 1930, onde as condições apresentadas permitiam “soluções interessantíssimas”. Campinas por sua vez, apresentava em sua planta um “reticulado mais ou menos uniforme”, além do mais composto por ruas todas estreitas e sem pontos notáveis. Com isso Prestes Maia dava seu testemunho de Campinas como uma cidade monótona e tacanha, cujos problemas imprecisos impunham grandes dificuldades para soluções bem definidas: “Há muitos retoques parciais a prever, e os projetos parciais são sempre a assombração dos urbanistas.”

As soluções mais importantes do plano de Prestes Maia foram as obras de adequação e a racionalização do sistema viário do centro da cidade, a partir da definição da Avenida Campos Salles como central, e da Avenida Glicério como transversal. Os demais melhoramentos previstos para uma fase inicial de implantação estão articulados a essas modificações principais. Ao apresentar os fundamentos dessas soluções, Prestes Maia dá a impressão de que considera imaginárias algumas das demandas que cabiam a ele satisfazer. Não vê, nesse sentido, de modo algum, que a questão do congestionamento fosse um problema em Campinas. Acontece que, além das previsões de que Campinas se tornaria uma grande cidade, o espírito cosmopolita que circundava os círculos cultos da cidade, certamente fazia ver o grande volume de automóveis nas ruas de uma cidade como uma

---

<sup>265</sup> Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1935. Campinas, Typografia da Casa Genoud, 1938, p. 90. Arquivo Municipal de Campinas.

<sup>266</sup> Idem. p. 91

imagem associada ao progresso. No entanto, de acordo com Prestes Maia, esse não era o caso campineiro, de modo que não havia, tampouco, problemas de vagas para estacionamento. Eram curtas as distâncias, pouco desenvolvidos os regimes de atividade dos escritórios centrais, e os automóveis pouco úteis no uso cotidiano. O urbanista conclui afirmando que o problema, portanto, não era de congestionamento, mas apenas de comodidade, estética e do desenvolvimento futuro da cidade. Embora as posições de Prestes Maia algumas vezes possam ser entendidas como uma arrogância manifestada por um profissional altamente reconhecido da capital aos serviços de uma cidade pretensiosa do interior, é certo que sua percepção tem algum fundamento na realidade. Isso quer dizer que, conforme argumentou-se nos capítulos anteriores, a elite campineira envolvida nos debates em torno do urbanismo, fazia a respeito de si mesmas e de sua cidade um juízo distanciado daquilo que se apresentava concretamente, disso decorrendo necessidades que extrapolavam questões práticas reais.<sup>267</sup>

Do trabalho da Comissão de Urbanismo, organização na qual se reunia essa elite responsável por manifestar as “aspirações gerais da comunidade”,<sup>268</sup> Prestes Maia esperava indicativos claros “do pensamento e do animo local” sobre urbanismo, e em relação a isso mostrava seu descontentamento: “Salvo uma ou duas opiniões valiosíssimas mas individuais, isoladas e mesmo sobre aspectos parciais, e salvo reclamações muitas vezes sobre pontos particulares, o urbanista ignora ainda a escala da remodelação desejada.”<sup>269</sup> De todo modo, em mais de uma ocasião durante as reuniões, Prestes Maia parece não dar muita atenção às sugestões e perguntas feitas pelos membros da comissão, dizendo que tal assunto se tratava de um detalhe, ou que certa questão seria resolvida posteriormente a partir de um ponto de vista técnico.<sup>270</sup> Os membros da comissão, por sua

---

<sup>267</sup> Próxima dessa atitude era avaliada por Lima Barreto durante a primeira República, com o nome de “bovarismo”, a atitude da elite carioca, em nome da qual foram promovidas as grandes reformas urbanas do Rio de Janeiro. Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, Companhia das Letras, São Paulo, 2003, 2ª ed. p. 71

<sup>268</sup> Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1935, Campinas, Casa Genoud, 1938. p. 126. Arquivo Municipal de Campinas

<sup>269</sup> Idem. p. 99

<sup>270</sup> Cf. Atas da Comissão de Melhoramentos Urbanos (1935-1938), Arquivo Municipal de Campinas, ver, por exemplo, fls.22 e 27. Até 17 de Março de 1937 as atas se referem às reuniões da Comissão de Urbanismo. Nessa data foi nomeada a Comissão de Melhoramentos Urbanos, sendo que as atas continuam sendo registradas no mesmo livro.

vez, mantém, ao menos publicamente, suas demonstrações de prestígio ao renomado urbanista. Parece inclusive sem propósito que no dia 1 de Abril de 1937, tenha resolvido pedir a palavra Azael Álvares Lobo, “o qual em nome da Comissão, externa a satisfação que têm todos os seus membros ao ter outra vez em suas sessões, a preciosa colaboração do Dr. Prestes Maia, tendo o mesmo agradecido as palavras que lhe foram dirigidas.”<sup>271</sup>

Era parte fundamental do trabalho deste engenheiro o apoio das “comissões cívicas”, que como inúmeros outros fatores de sua exposição, tem sua importância justificada pelo fato de funcionarem muito bem nos Estados Unidos. “Impraticáveis em muitas cidades pequenas, [as comissões cívicas] poderão funcionar perfeitamente em cidades progressistas e cultas, como Campinas.”<sup>272</sup> Seu entendimento do papel dessas comissões estava, de fato, bastante em sintonia com alguns dos valores sustentados pela elite campineira com a qual trabalhou enquanto esteve encarregado da elaboração do plano. Prestes Maia prezava pelo caráter apolítico que deveria caracterizar essas comissões, que deveriam funcionar como “conselhos técnicos”, a seu ver, “o melhor elemento de salvação das democracias.”<sup>273</sup> Transparece nessas posições o compartilhamento de uma típica “mentalidade de engenheiro”,<sup>274</sup> em ascensão em Campinas naquele período, na qual existia uma crença na neutralidade das atitudes conduzidas a partir do princípio da técnica como conhecimento puro do funcionamento das coisas. Essa mentalidade, que na verdade era própria à média dos profissionais liberais atuantes na vida pública campineira, pretendia justificar a existência de um bom senso evidente nas escolhas realizadas a partir de seus critérios pretensamente apolíticos, ao mesmo tempo em que, por oposição, desqualificava a política como lugar de opinião e arbitrariedade. Em sua primeira apresentação do plano, em 1934, Prestes Maia é claro sobre seu modo de ver a forma pela qual deveria ser encarado o urbanismo: “Importa acentuar esse caráter ‘técnico’ em contraposição ao ‘sentimental’ ou de ‘palpite’ a que não escapam habitualmente os leigos. E mesmo alguns profissionais...”<sup>275</sup>

---

<sup>271</sup> Idem. p. 33

<sup>272</sup> Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1935, Campinas, Casa Genoud, 1938. p. 120. Arquivo Municipal de Campinas

<sup>273</sup> Idem.

<sup>274</sup> Cf. RIBEIRO, op. cit. p. 28

<sup>275</sup> Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1934, Campinas, Casa Genoud, 1936. p. 90. Arquivo Municipal de Campinas



As páginas em que estão registradas essas considerações sobre as comissões cívicas, são ocasião para a exposição de uma concepção mais ampla da vida social, que certamente não era desconhecida dos campineiros, e pelo contrário, talvez tenha sido um dos atributos que levaram a optar pela contratação de Prestes Maia. Em sintonia com as preocupações da época, no mundo dividido entre o liberalismo e o socialismo, e que já assistia a ascensão do fascismo, o engenheiro via os “perigos de dissolução”, uma vez que “Nada temos de organização da consciência e da colaboração política (elevada) e administrativa geral.”<sup>276</sup> Contra esses riscos, argumenta no sentido da urgência de formas eficazes de promover uma integração mais profunda do homem: “Dissolução não é evitável por meio de polícia e decretos: a única barreira possível será a consciência geral.” Recorrentemente Prestes Maia parece acreditar que estava em seu ofício parte fundamental dessa tarefa de salvação: “hoje é a inauguração dos estudo urbanísticos que pode ser considerada solenidade cívica, porque marca o início da vida urbana consciente e perfeitamente organizada.”<sup>277</sup> É como contribuição ao urbanismo, que a comissões cívicas realizam sua função mais relevante. Nesse sentido, percebe ainda que as associações técnicas, “amigos da cidade” e Rotarys, tinham seu papel, mas estavam longe de constituírem comissões como as que existiam nos Estados Unidos, “que exigem certa responsabilidade não só moral como efetiva, atitudes sistemáticas e não acidentais, funcionamento regular, contatos imediatos, etc.”<sup>278</sup>

Ainda que tenha declarado em outra parte que via Campinas como cidade culta e progressista, Prestes Maia insiste em ressaltar alguns atributos de provincianismo para caracteriza-la, afirmando que suas ruas mais centrais são todas “muito estreitas”. “desagradáveis”, “de circulação incômoda”<sup>279</sup>, “Aliás, as ruas campineiras já pecam pela extensão, uniformidade, monotonia e sobretudo pela falta de remates.”<sup>280</sup> É a partir desses juízos e de suas concepções bem consolidadas de progresso e urbanismo moderno que

---

<sup>276</sup> Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1935, Campinas, Casa Genoud, 1938. p. 121. Arquivo Municipal de Campinas

<sup>277</sup> Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1934, Campinas, Casa Genoud, 1936. p. 89. Arquivo Municipal de Campinas

<sup>278</sup> Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1935, Campinas, Casa Genoud, 1938. p. 121. Arquivo Municipal de Campinas

<sup>279</sup> Idem. p. 93

<sup>280</sup> Idem. p. 98

Prestes Maia propõe suas soluções. A solução baseada nas duas “avenidas centrais” – “embora o título seja um pouco pomposo demais para a cousa” –, Francisco Glicério e Campos Salles, tem como base uma vertente urbanística que propõe atacar de frente “os centros acanhados e congestionados”, bem adaptada a situações em que a expansão dos comércios não é esperada a curto prazo e quando não há valorização excessiva. Essa possibilidade, também indicada por Carlos William Stevenson, é que caberia, portanto, a Campinas, além do mais porque “não há monumentos ou aspectos tradicionais centrais a conservar”.<sup>281</sup> Um modelo como este está colocado, logo se vê, como condizente com uma cidade de poucas qualidades. Prestes Maia opõe a ele uma vertente que apresenta soluções baseadas em “perimetrais”, a qual, por sua vez pode contornar o centro antigo respeitando monumentos e aspectos tradicionais, distribuir o tráfego por fora, e não por dentro, e assim por diante. Essa solução que para Prestes Maia é mais interessante e inteligente, surgiu na Europa, após a retirada das muralhas medievais que circundavam as cidades, e “que o progresso condenara à demolição”. Ao definir o que tem e o que não tem valor artístico e tradição dignas de preservação, Prestes Maia estabeleceu o critério de legitimação, sobretudo, para a demolição da Igreja do Rosário. Sua posição de urbanista, munido de métodos científicos e técnicos, o revestiram da autoridade necessária para desconsiderar vínculos afetivos e religiosos que existiam entre setores da população e a igreja. A coerência entre o projeto e o ideário modernista de Prestes Maia se estende ainda à sua concepção de praça cívica que deveria ter como motivo principal um edifício público, não uma igreja.<sup>282</sup>

A opinião de Prestes Maia, na verdade, não era compartilhada por toda a população de Campinas. Na sessão da Comissão de Melhoramentos Urbanos do dia 13 de Abril de 1937, o Dr. Azael Álvares Lobo, explicitando sua condição de católico, registrou seu espanto quanto ao protesto feito em frente à Câmara Municipal pela Comissão de Católicos contra a projetada demolição da Igreja do Rosário.<sup>283</sup> Esse estranhamento aconteceu “porque tinha informações de que o Excmo. Snr. Bispo Diocesano e os membros

---

<sup>281</sup> Idem.p. 94

<sup>282</sup> Idem. p. 112. Sobre o urbanista como “médico do espaço”, que ao intervir sobre a cidade pretende agir sobre o próprio cidadão, ver LEFEBVRE, op. cit. p. 49

<sup>283</sup> Atas da Comissão de Melhoramentos Urbanos (1935-1938), Arquivo Municipal de Campinas, fls.37v

da Congregação do Coração de Maria não eram contrários à demolição do aludido templo.”<sup>284</sup> Para além de uma longa polémica de declarações e desmentidos entre o Prefeito João Alves dos Santos e o Bispo, publicada no Correio Popular e lida integralmente pelo Dr. Edmundo Barreto na sessão de 19 de Abril de 1937<sup>285</sup>, o fato é que já naquele momento, quase vinte anos antes da demolição, havia resistência à essa proposta.

### 3.2 AS ELITES E A CIDADE

Feitas essas considerações a respeito de um aspecto não pouco importante da relação entre as concepções de Prestes Maia e as expectativas da comissão, é importante dizer que os discursos produzidos nas diversas instâncias em que estava colocada a pauta do urbanismo contribuíram para o agravamento da segregação social no espaço da cidade. Esse argumento merece maior atenção, tanto mais quanto é notável que vários indícios permitem dizer que tais discursos agiram nesse sentido de forma até mais decisiva, talvez, que as intervenções urbanas concretamente efetivadas com base no Plano de Melhoramentos Urbanos. Isso porque, os cidadãos notáveis campineiros, representando as aspirações da coletividade na Comissão de Urbanismo, devido às posições que ocupavam nos meios culturais e de serviços, dispunham dos meios para que seus valores e o estilo de vida que os sustentavam se difundissem e se transformassem em ideal a ser buscado, inclusive quanto à forma da cidade e ao padrão de civilidade.

Além do mais, concomitantemente, a divulgação recorrente dos exemplos morais da vida cotidiana de cada um dos membros deste seleto grupo, como foi exposto no primeiro capítulo, dava lastro à ideologia que desejavam fazer vigorar no senso comum. Ao longo das décadas de 1920 e 1930, portanto, as condições culturais para a produção de um espaço urbano marcado pela segregação social, consolidavam-se apesar das contradições que se apresentavam em relação ao ideário do celebrado urbanismo moderno. Isso quer dizer que o conjunto de imagens de convivência harmoniosa entre as classes sociais, presentes em concepções de cidade nas quais casas de diferentes padrões ocupam o mesmo

---

<sup>284</sup> Idem.

<sup>285</sup> Idem. p. 37-42

quarteirão, e parques públicos aparecem como espaço no qual patrão e empregado se encontram no momento de lazer<sup>286</sup>, se desfazem diante das prerrogativas implícitas do estilo de vida das elites. Para completar, de meados da década de 1940 em diante, a especulação imobiliária aprofundou a segregação dos espaços conforme a cidade tornava-se objeto de negócios rentáveis para os investidores, que nesse momento, encontravam menos resistências propriamente urbanísticas para a concretização de seus interesses.

---

<sup>286</sup> São propostas presentes, por exemplo, no urbanismo de Le Corbusier e Lúcio Costa, que certamente ressoam nas proposições Anhaia Mello e Prestes Maia, entre outros.

Imagem 15 – Cartaz publicitário

*Ganhe dinheiro confiando no futuro de Campinas!*

*Voce se lembra de Campinas de alguns anos passados?*

*Veja o que ela é hoje!*

*Imagine o que ela sera dentro de poucos anos...*

**Bons Negócios**  
**IMOBILIARIA**  
**CAMPINEIRA**  
**LTDA.**

COMPRA E VENDA  
DE  
IMÓVEIS

R. Conceição, 124 - 4.º AND. SALAS 9, 10, 11  
FONE 4469

The advertisement features three circular photographs: the top one shows a classical building facade, the middle one shows a modern multi-story building with a curved facade, and the bottom one shows an aerial view of a dense urban cityscape.

Fonte: Palmeiras, 1938-1948. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

Nota: Este é um cartaz publicitário da Companhia Imobiliária Campineira, no qual a montagem feita a partir de fotografias constrói uma associação entre um ideal de cidade e as oportunidades de fazer negócios por meio de especulação imobiliária.

É bastante significativa essa propaganda publicada pela Companhia Imobiliária Campineira na Revista Palmeiras, em circulação entre 1938 e 1948. O incentivo aos investidores nos dizeres “Ganhe dinheiro”, aparece articulado à confiança que podiam ter

no “futuro de Campinas”. Justifica essa proposta o discurso do progresso composto por imagens que colocam um centro urbano verticalizado como resultado de um processo que naturalmente deveria ser alcançado “dentro de poucos anos”. As fachadas das casas antigas que aparecem na primeira imagem do cartaz, representando a “Campinas de alguns anos passados”, são retoricamente sucedidas pela imagem da Campinas de “hoje”, na qual há uma montagem em que estão colocados lado a lado um prédio situado na Rua Conceição, construído por Lix da Cunha, e outro, de autoria de Hoche Neger Segurado<sup>287</sup>, que se encontra na José Paulino, atrás do Fórum. A terceira imagem, enfim é a fotografia de uma outra cidade, não importa qual, mas que é dominada por edifícios altos. A composição desse cartaz, portanto, está em sintonia com uma avidez capitalista inseparável de justificativas relacionadas ao discurso do progresso. Importante lembrar que a eficácia desse discurso depende ainda de uma complexa construção de valores que colocam o progresso como resultado do compartilhamento de atitudes morais, da inclinação ao trabalho, da dedicação à família, da veneração aos grandes nomes da história da cidade. Trata-se, deste modo, de uma aspiração ao progresso cujas bases encontram-se na tradição.

De acordo com o que se pretende argumentar nesse terceiro capítulo, no entanto, o modo como o poder do capital se impõe a partir dos últimos anos da década de 1940 em diante, desloca consideravelmente os parâmetros de moralidades das elites. As instâncias nas quais predominantemente atuaram em favor da vida pública os profissionais liberais que são personagens principais dessa pesquisa, são as organizações culturais e cívicas da cidade que, com o passar dos anos e o advento de novas forças transformadoras foram perdendo seu prestígio e sua influência nas decisões sobre a cidade. A nova elite, mais interessada em ganhos capitalistas que na realização de uma cidade racionalmente ordenada, desestruturou os ideais de ordem e estética plantados por aqueles homens em

---

<sup>287</sup> Esse importante engenheiro de Campinas era filho de Arthur Segurado, poeta autor de diversas obras literárias e educador reconhecido na cidade. Seus filhos também alcançaram reconhecimento nos círculos intelectuais de Campinas: Milton Duarte Segurado, como o avô, era poeta e membro da Academia Campinense de Letras; Lavoisier Segurado era veterinário de formação, e conhecido como cinófilo (sic); Rubens Segurado é engenheiro herdeiro do escritório do pai até os dias atuais. Ver FERREIRA, Caio de Souza. O Edifício Sant’Anna e a Gênese da Verticalização em Campinas. *Arquitextos*, nº 078.3. São Paulo, Portal Vitruvius, nov. 2006 [www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg078/arg078\\_03.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg078/arg078_03.asp) e Lavoisier Neger Segurado. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Hoche Neger Segurado era também membro do Rotary Club de Campinas.

destaque no início da década de 1930. A partir dos registros da época, parece que na passagem da década de 1940 para a de 1950, a elite que tomou as rédeas do crescimento urbano superou aqueles valores que protegiam a cidade dos desmandos do capital especulativo, e conservou aqueles que, por sua vez sustentavam a convicção sobre o tipo de campineiro ao qual pertencia a cidade.<sup>288</sup> Como forma de reação é possível notar alguns esforços conservadores que os elementos pertencentes à fração de elite hegemônica durante a década de 1930 persistiram em realizar à medida que foram ultrapassados por outros interesses. Como lugar de produção simbólica, a fundação da Academia Campinense de Letras em 1956 é talvez o último empreendimento sustentado pelo conservadorismo clássico campineiro.

Em 1976, o professor Francisco Galvão de Castro, farmacêutico de formação, titular da cadeira de latim do Colégio Cultuo à Ciência, ligado ao CCLA, publicou pela Academia Campinense o livro *Roteiro do Progresso Autêntico*.<sup>289</sup> Admirador do Integralismo e de Oliveira Vianna, patrono da cadeira por ele ocupada, o acadêmico fez nessa obra uma análise dos tempos modernos, inspirado no lema inscrito no brasão da cidade de Campinas, *labore, virtute, civitas floret* (Pelo trabalho, pela virtude, a comunidade urbana prospera),<sup>290</sup> o qual, para ele, sintetiza o roteiro para o progresso autêntico. Galvão de Castro desenvolve sua argumentação de modo a propor que a humanidade deve sim buscar o progresso, mas sem perder de vista os valores fundamentais que estão no trabalho na virtude e no ensinamento de Cristo. Sua preocupação maior – sinal da época e da posição por ele ocupada – nessa obra é advertir contra os perigos do marxismo, ideologia que solapa o indivíduo em um coletivismo desastroso, sendo também crítico da burguesia que em sua busca por riqueza e luxo, desvirtua o sentido sagrado da vida humana. Certamente não correspondia aos ideais de cidade e sociabilidade consolidados no modo de ver de Francisco Galvão de Castro, a cidade como ia crescendo

---

<sup>288</sup> Certamente que guardadas as devidas proporções, uma reflexão teórica interessante para abordar esta proposição explicativa aparece na noção de “cidade para além do bem e do mal”, a qual remonta ao urbanismo nazista de Spangler, capaz de sintetizar os aspectos mais superficiais do neocarcaísmo aos elementos urbanos mais desenraizadores. SCHORSKE, *Pensando com a história*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 70-72

<sup>289</sup> ACADÊMIA CAMPINENSE DE LETRAS, *Antologia: Obra comemorativa do décimo aniversário da Academia Campinense de Letras*. Campinas, Komedi, 1966

<sup>290</sup> CASTRO, Francisco Galvão de. *Roteiro do progresso autêntico*, Campinas, Editora Palmeiras, 1976, p. 11

de modo acentuadamente acelerado, produzindo riqueza, pobreza, diversidade e desordem. Aflito com o que observava na nova fisionomia da cidade, é que o professor clamava que Campinas, retornando aos dizeres que são seu lema, cuidasse para não se tornar uma nova Roma<sup>291</sup>.

O prefaciador do livro *Roteiro do Progresso Autêntico*, Lycurgo de Castro Santos Filho, também membro da ACL, como conclusão de seu livro *Campinas (Evolução Histórica)*, de 1969 indica também os problemas que a urbanização trazia a Campinas. Este historiador, médico de profissão, menos fatalista que Francisco Galvão de Castro, dá um testemunho no qual há, na verdade, a percepção das ambiguidades de se viver em uma grande cidade:

*Derrubam-se quarteirões, alargam-se, estendem-se e afastam-se as vias públicas, abrem-se avenidas, formam-se novos bairros residenciais, multiplicam-se as canalizações de águas e esgotos, ampliam-se as redes telefônica e elétrica, passando a zona central a ser feericamente iluminada, enquanto torres metálicas de rádio e televisão modificam o aspecto, o panorama urbano. Em crescimento vertical, cobre-se o centro citadino de edifícios de escritórios e apartamentos, e a população passa a viver, embora em menor escala, a mesma agitada existência das metrópoles, onde ao lado das comodidades e das vantagens da civilização, surgem os graves e enervantes problemas derivados da condensação, do superpovoamento, da saturação do tráfego e da insuficiência de condução pública [...].*

Sobre essa cidade que se ia tornando, na trilha do desenvolvimento industrial e trespassada por discursos de progresso e modernidade que direcionavam as tensões em jogo, é preciso ainda refletir sobre os usos dos espaços, sobretudo no que diz respeito à circulação das classes sociais. Em 23 de Agosto de 1945, o compositor Dorival Caymmi, acompanhado por Jorge Amado, esteve em Campinas.<sup>292</sup> As considerações feitas pelo famoso observador da vida urbana Julio Mariano podem trazer indícios importantes para que se compreenda as disputas entre classes e frações de classes, expressas no campo das “questões de gosto”, dos estilos de vida e das formas de exclusão objetiva e simbólica, no que diz respeito às possibilidades de fruição cultural. O evento realizou-se na ocasião do

---

<sup>291</sup> Idem. p. 119

<sup>292</sup> Palmeiras Ano VII nº 66 Agosto de 1945, p. 35. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.



sétimo aniversário da Revista Palmeiras, sendo que, diferentemente de Jorge Amado, “quase um íntimo nosso, tantas vezes aqui tem vindo”, Dorival Caymmi esteve pela primeira vez em Campinas, cidade que não conhecia, a não ser pelo nome, “pela fama de sua arte (cidade de Carlos Gomes), de sua cultura, etc., etc.”. O incômodo de Julio Mariano ao registrar o acontecimento está no fato de que o espetáculo tenha acontecido no “granfino Teatro Municipal”, a preços não populares, de modo que apenas pessoas com algumas posses é que poderiam participar, enquanto que a outra parte de Campinas, “a do povo meúdo, a que idolatra no Dorival Caymmi a simplicidade”, estava excluída. Julio Mariano continua sua crítica na direção das classes altas, que mesmo podendo pagar para ver a apresentação, não compareceram: “Uma parte de Campinas, aquela que em arte ainda usa colarinho alto e de ponta virada, que torce o nariz quando ouve falar em violão, desde que não seja nas mãos de uma fulaninha qualquer declamadora de versos alheios, essa não deu o ar de sua graça e nem podia mesmo dar.” Com esse comentário o cronista evidencia a existência de uma conhecida arrogância, de uma atitude esnobe, notadamente própria à alta elite campineira. A figura da “fulaninha qualquer” que declama versos alheios indica um tipo de sociabilidade, que acontecia em residências ou salões frequentados por grupos restritos.

No mais, Julio Mariano destaca a natureza do preconceito cultural que se combina ao “colarinho alto de ponta virada” quando se ouve falar de Dorival Caymmi : “O que canta ao violão? O que compõe umas músicas parecidas com samba? Não era para o colarinho alto de ponta virada”. Enfim, Julio Mariano revela quem foi ao Teatro Municipal naquela noite, “Dúzia e meia de pessoas de seleção, seleção não em classe, mas em gosto, o que é menos comum.” Trata-se, certamente de indivíduos de classe média, provavelmente jornalistas como o próprio Julio Mariano. É possível também, dado que o cronista classifica o estilo como “música folclórica”, que o espetáculo tenha atraído a atenção de alguns membros do CCLA que à época já tinha o folclore como um de seus temas de discussão. Estão distinguidos no registro desse evento singular, portanto, para além da classe trabalhadora, pelo critério da definição de cultura legítima, e do gosto que cabe a cada tipo de posição social, dois estratos sociais em disputa.

É importante notar que a questão das elites era de fato uma preocupação em pauta na época, sendo muitas vezes tratada a partir da ideia de que era tarefa de uma classe dominante a qualidade da cultura e o desenvolvimento da cidade ou do país. Em um texto publicado na mesma Revista Palmeiras pelo professor Luciano Prestes Perroni sobre “O Sentido Social da Biblioteca Pública”, está presente uma concepção de elite que pressupõe também considerações sobre o lugar da “massa” na civilização, uma vez que o debate encontra-se situado em termos de “formação do homem”.<sup>293</sup> Para compreender com quais questões esse texto dialoga, é importante levar em conta o aumento da população operária pelo qual a cidade passou entre o fim da década de 1930 e o início da de 1940, daí em diante aumentando continuamente. Em 1939 a prefeitura realizou um cadastro no qual constava a existência de 74 cortiços, habitados por 586 famílias (2321 pessoas).<sup>294</sup> Esses números foram levantados na época para darem subsídio a estudos a partir dos quais se pretendia resolver o problema das habitações operárias. Nos anos seguintes, até 1956, os relatórios mencionam questões relativas à instalação dos bairros operários. Essas resoluções traduzidas em estatística, é preciso compreender, indicam apenas o nível superficial do problema, ou seja, como lidar, do ponto de vista da gestão do espaço, com um contingente crescente de pessoas vivendo em condições de risco. Existem, contudo, mais que isso, questões de valores e elementos próprios a uma concepção particular de sociedade que orientam os termos das políticas sociais, no sentido, por exemplo, de que nos documentos oficiais da prefeitura a população de cortiço seja designada por referências a sua classe social, seu papel e o lugar que lhe cabe na cidade. As moradias que visam substituir os cortiços, nesse sentido, são chamadas de habitação operária, proletária, destinada às classes laboriosas, e assim por diante.

O texto mencionado anteriormente, sobre o papel social da biblioteca pública, está em diálogo com as concepções correntes a respeito da natureza da população pobre urbana, as quais orientam políticas sociais de habitação, e das prerrogativas que a elite tem em relação a sua formação. O autor do texto, Luciano Prestes Perroni, aborda o assunto considerando a “formação do homem” como “notadamente a formação do homem que seja

---

<sup>293</sup> Palmeiras, 1938-1948, p. 20. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

<sup>294</sup> Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1939. Campinas, Livro Azul, 1941, p. 59. Arquivo Municipal de Campinas.

ao mesmo tempo **massa e escol.**”<sup>295</sup> Perroni tem em mente, ao argumentar dessa forma, a civilização e a hierarquia social: “é possível que o homem seja ao mesmo tempo servidor da aristocracia e tenha espírito de elite, pela meditação dos grandes problemas da vida.” Ou seja, o “espírito de elite” sem ser elite é uma ideia notável do ponto de vista do debate que a presente pesquisa deseja propor, sobre o sistema de valores que permite a sustentação do poder pela ocultação de seus pressupostos objetivos. A formação do homem, “homem de qualquer credo, de qualquer classe”, cabe, então, segundo Perroni à biblioteca pública a partir do princípio da democratização da cultura, com proveito para a vida da cidade uma vez que “Campinas é uma cidade moderna [...]. Porém, é uma cidade provinciana em muitos aspectos.” Este complexo de provincianismo que insistentemente parece emperrar os ideais de modernidade, é o que se deseja superar pela formação do homem cabível à biblioteca. O “homem massa”, ao contrário do que acreditava o diretor da Biblioteca Pública de Campinas, Luciano Prestes Perroni, ao trocar o cortiço pela habitação operária e ao ter a sua disposição a biblioteca pública, continuará, no entanto, a ter sua própria cultura, frustrando o desejo de uma “socialização do homem, pela aculturação democrática do seu espírito e do seu coração.”<sup>296</sup> O fundamento da segregação que contamina a própria elite, cuja vida se torna cada vez mais avessa à experiência, cada vez mais motivada por uma satisfação amortecida<sup>297</sup> no conforto dos ambientes privatizados e monótonos, está na sua convicção de que é sua missão generalizar seu estilo de vida, gosto e boas maneiras – a despeito das diferenças materiais, que devem ser mantidas – à toda a sociedade.

Também é marca de um processo de longa duração pelo qual historicamente a burguesia pretendeu universalizar seus valores, instituições e estilo de vida, a imposição de consensos como condição indispensável da condução da opinião pública. Uma das preocupações fundamentais da Comissão de Melhoramentos Urbanos, nesse sentido, conforme foi proposto pelo vereador engenheiro Roberto Marinho Lutz, em sessão realizada em 13 de Abril de 1937, era que os membros da comissão fizessem constante

---

<sup>295</sup> Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP. Palmeiras, 1938-1948, p. 20. Negritos do autor.

<sup>296</sup> Idem.

<sup>297</sup> O amortecimento da sensibilidade na vida moderna é um fenômeno de longa duração na história da interação entre corpo cidade. Sobre isso ver Cf. SENNETT, Richard. *Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro, Record, 1997. p. 277

propaganda do plano de urbanismo, “a fim de que a população acompanhe com simpatia e colabore com os poderes públicos para tornar realidade no mais breve prazo possível o embelezamento da cidade.”<sup>298</sup>

“Formar o homem” pressupõe a convicção de que tal homem está incompleto. A formação deve contar, além da função social da biblioteca pública, com uma orientação precisa: “Não basta o consulente ler; é preciso entender o seu feitiço psicológico, para a (sic) que a leitura **forme** e não **desajuste**.” A racionalidade que está na base das soluções pensadas para a cidade, também visa formar o homem, incidindo sobre a vida particular das pessoas, a partir da autoridade da finalidade econômica e da cientificidade da estatística. Algumas prescrições, como um ato de regulação de divertimentos públicos promulgado em 1938, trazem em seus dizeres uma advertência a respeito do risco de prejuízo econômico juntamente com uma implicação moral mais explícita. Trata-se do artigo 29º do Ato 123 que determina o horário de funcionamento de estabelecimentos de diversão pública, no máximo até as 23 horas, quando suas atividades perturbarem o sossego dos prédios vizinhos, ou quando “contrariem a economia”, “induzindo os munícipes à dissipação em detrimento da família”.<sup>299</sup> Certamente que este Ato expressa o valor da família, que estabelecido na longa duração, justifica quase que invocando uma lei sagrada a ideia de que os ganhos do trabalho honesto devem ser revertidos em seu sustento e não desperdiçados em jogo de azar. De todo modo, ao colocar em termos tão diretos tal determinação, o Estado assume seu papel de guardião dos valores fundamentais, inclusive definindo limites para a sociabilidade na cidade, dado que a circulação pelos espaços públicos depende em boa medida dos horários de funcionamento dos estabelecimentos, ainda mais aqueles cuja função é o lazer. Novamente é importante dizer que esse tipo de intervenção não é particularidade de Campinas. Colocar, então, em destaque circunstâncias relacionadas a um processo mais amplo do momento histórico nacional e da vida das cidades ocidentais, de modo geral, tem como objetivo motivar uma reflexão que permita desnaturalizar ou tornar menos óbvios certos aspectos da vida que por perdurarem acabam ganhando a aparência de eternidade e necessidade indispensável.

---

<sup>298</sup> Atas da Comissão de Melhoramentos Urbanos (1935-1938), Arquivo Municipal de Campinas, fls. 37

<sup>299</sup> Atos diversos promulgados no exercício de 1938. Campinas, Casa Genoud, p. 74. Arquivo Municipal de Campinas.

Também estava bastante naturalizado nesse período o uso de termos que atualmente são claramente preconceituosos, em relação à população pobre. Em um debate da Comissão de Melhoramentos Urbanos ocorrido no dia 2 de Dezembro de 1935, a respeito de defeitos ocorridos em uma linha de bondes, o Dr. Azael Álvares Lobo, demonstrou sua revolta em relação aos maus serviços prestados pela Companhia Campineira de Tração Luz e Força nesse caso, congratulando a população de Campinas, que cumprindo seu dever, repudiou tais serviços. “Trata-se do povo – acrescenta – que olha pela cidade.” O médico aproveitou para finalizar suas considerações conclamando que fossem realizadas logo as reformas da Praça Visconde de Indaiatuba, “Assim o povo não mais reclamará. Frisa ainda que, refere-se ao povo, e não ao populacho.”<sup>300</sup> Esse tipo de distinção feita sem nenhum constrangimento, demonstra muito bem o patamar em que se encontrava o juízo compartilhado por esta classe de homens a respeito da população pobre da cidade. A divisão entre povo e populacho parte das abstrações que caracterizam, no conjunto das representações das elites, o povo purificado daqueles seus atributos de classe que justamente frustram ou ofendem o estilo de vida e as disposições estéticas dos homens colocados em posições de decisão.

Na mesma sessão da Comissão de Melhoramentos Urbanos, outra discussão permite identificar alguns indícios a respeito dos critérios a partir dos quais se decidia qual seria a melhor forma de lidar com a presença operária na cidade. A respeito de uma subdivisão irregular de lote, devido ao fato de que tais subdivisões só eram permitidas em bairros operários, a discussão seguiu no sentido de que se definisse uma maior precisão sobre quais seriam os bairros operários, para que se pudesse aplicar a formulação legal que regulava o tamanho dos lotes, implicada na distinção entre casa operária e casa residencial: “Não tendo, entretanto, ficado determinado quais são os bairros considerados operários, e havendo casas operárias disseminadas por todos os bairros da cidade, há dificuldade na sua aplicação.”<sup>301</sup> O testemunho que diz que havia casas operárias presentes em todos os bairros atesta, como se pretende argumentar nessa dissertação, que as iniciativas tomadas a partir da década de 1930, tinham como necessidade implícita a redução da diversidade e a

---

<sup>300</sup> Atas da Comissão de Melhoramentos Urbanos (1935-1938), Arquivo Municipal de Campinas, fls. 21

<sup>301</sup> Idem. p. 20

constituição de um espaço urbano homogeneizado, como medidas indispensáveis a uma cidade racionalmente ordenada. O Sr. Manuel Galvão, membro da Comissão, representante da Companhia Telefônica, que levantou a discussão na dita sessão, concluiu seus argumentos afirmando: “Uma casa operária em bairro rico, prejudica a estética do lugar”<sup>302</sup>

### 3.3 OS BAIRROS OPERÁRIOS E A EXPANSÃO DO PERÍMETRO

É importante dizer que essa discussão tem por base algumas determinações legais formuladas no ano anterior pelo Código de Construções de 1934. Este documento primeiramente determinava que as casas operárias agrupadas constituindo vilas, “só poderão ser construídas além da segunda zona da cidade, sujeitas sempre ao recuo obrigatório de 4 metros.”<sup>303</sup> Uma das determinações do código era a divisão da cidade por zonas, sendo que a primeira zona corresponde à região central da cidade, a segunda, é delimitada internamente pela zona central e externamente por outro perímetro, e assim por diante. Para a quarta zona previa-se que suas áreas urbanizadas, gradualmente fossem incorporadas à terceira zona<sup>304</sup>. As vilas operárias, então, deveriam ficar além da segunda zona, obedecendo a uma lógica de segregação social e funcional dos espaços. Existem também determinações para a casa operária, que deveria dispor, “no mínimo de um dormitório, uma cozinha, e um compartimento para latrina e banheiro, e, no máximo de uma sala, três dormitórios, cozinha, dispensa e compartimento para latrina e banheiro.”<sup>305</sup> A determinação tanto do mínimo como do máximo prescreve uma casa compatível com as definições estabelecidas pelo próprio código: “Habitação popular é toda aquela que dispõe, no mínimo de um aposento, de uma cozinha e de um compartimento para latrina e banheiro, [...]” Interessante é a definição de “habitação residencial”, na qual “dispondo de qualquer número de peças, as dimensões destas excedem aos limites máximos impostos para os das habitações ‘populares’.”<sup>306</sup>

---

<sup>302</sup> Idem.

<sup>303</sup> Código de Construções Campinas, Typografia da Casa Genoud, 1935. p. 107. Arquivo Municipal de Campinas.

<sup>304</sup> Cf. idem. p. 137-138

<sup>305</sup> Idem. p. 107

<sup>306</sup> Idem. p. 146

Tendo em vista que estas prescrições tinham como objetivo evitar condições semelhantes às dos cortiços, a intervenção sobre a casa, quanto ao mínimo necessário, representa uma medida sanitária, enquanto que a delimitação do máximo permitido, marca o controle e a distinção do “popular” em relação ao “residencial”. A intervenção do poder público que não se limita a definir o lugar da cidade em que ficará a vila, mas determina como deve ser o próprio espaço privado das pessoas, demonstra o alcance, ou a pretensão do alcance da fiscalização municipal. O artigo 194º do Código de Construções, por exemplo, prescreve disposições sobre o acesso aos dormitórios: “Em toda habitação o acesso a cada um dos dormitórios e a uma, pelo menos das privadas deve ser realizado sem que se passe por qualquer dormitório.”<sup>307</sup> A disposição determina corredores na arquitetura interna da casa, define novos padrões de sociabilidade e sensibilidade, inclusive nas relações íntimas e familiares. Evita a promiscuidade no espaço da casa e intensifica a noção de privacidade, ao estabelecer que é necessário chegar ao próprio dormitório sem passar pelo do outro.

Ainda sobre a evolução das determinações em relação às vilas operárias, em 1940 está colocado no relatório da Diretoria de Obras e Viação que apesar das vantagens oferecidas pela construção de casas de tipo mínimo como negócio, “tem sido pequeno o interesse dos proprietários na construção de casas desse tipo. Esta Diretoria fará, no ano próximo, uma divulgação maior das disposições que beneficiam os capitalistas, procurando incrementar a construção da casa mínima, até o limite das necessidades da cidade.”<sup>308</sup> Em 1941, a prefeitura “entrou em acordo com o Snr. Estanislau Ferreira de Camargo”<sup>309</sup> para a construção “de um núcleo residencial operário, composto de 150 residências, de 1 a 4 dormitórios, casa comercial, escola e clube, praça de esportes e diversos recantos arborizados [...]”. A vila foi construída em terras recebidas de herança por Estanislau Ferreira de Camargo, o qual era descendente de tradicionais fazendeiros, cuja atividade

---

<sup>307</sup> Idem. p. 66

<sup>308</sup> Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1940. Campinas, Livro Azul, 1942, p. 44-45. Arquivo Municipal de Campinas.

<sup>309</sup> Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1941. Campinas, Companhia Stella Ltda., 1943, p. 37. Arquivo Municipal de Campinas.

cafeeira já não dava mais rendimentos.<sup>310</sup> Essa estratégia do poder municipal para “solucionar o problema das habitações proletárias”, proporcionando, ao mesmo tempo, oportunidades de ganhos a um empreendedor imobiliário, aparece no próprio relatório revestida de termos morais, uma vez que ao conceder isenção de imposto predial por 5 anos, e oferecer cooperação técnica da DOV, a prefeitura contribuiu “na execução de tão importante obra filantrópica, a qual mais uma vez ligará, a Campinas, o nome do seu digno realizador.”<sup>311</sup> A noção de que era filantropia a execução de políticas sociais de habitação, acentua o caráter paternalista que caracteriza a relação entre essas elites e a classe trabalhadora no período, confirmando ainda, para essa mesma elite suas convicções a respeito de seu papel como manifestação de inclinações morais. Ao estarem, então, construídas em 1943, 49 casas na Vila, a prefeitura reconheceu que a iniciativa do Sr. Estanislau Ferreira de Camargo “repercutiu favoravelmente em nosso meio, devendo servir de exemplo e estímulo para outros capitalistas.”<sup>312</sup>

A Vila Estanislau atualmente é um bairro de residências de classe média-alta situado entre o Cambuí e a Avenida Norte-Sul. A fundação de uma vila operária nessa região tinha por base a classificação da Diretoria de Obras e Viação de 1925, que considerava a localidade como periferia ou arrabalde<sup>313</sup>, o que possibilitava que fossem construídas as chamadas habitações de tipo mínimo. Que o tipo de classe social predominante do bairro tenha se alterado radicalmente com o passar dos anos, é uma consequência da expansão contínua pela qual passou Campinas da década de 1940 em diante, deslocando os parâmetros de centro e periferia. Obviamente, a transformação ocorreu de acordo com a tendência do padrão de urbanização do período, no qual se pode observar, em sintonia com a especulação imobiliária, uma valorização das zonas mais centrais, a ponto de torná-las inviáveis para a habitação das classes populares, cuja única saída foi deslocar-se cada vez mais para longe do centro. Essas transformações colocam fundamentalmente a questão das distâncias na cidade, que se tornaram cada vez maiores

---

<sup>310</sup> Segundo Daisy Ribeiro, não é esse o único caso em que um antigo proprietário rural se converte em construtor de vila operária nos arrabaldes da cidade. RIBEIRO, op. cit. p. 103.

<sup>311</sup> Idem.

<sup>312</sup> Diretoria de Obras e Viação. Relatório Geral do Exercício de 1943 da Prefeitura Municipal de Campinas. Campinas, Arquivo Municipal, 1943. p. 8

<sup>313</sup> Idem. p. 105



implicando também o aumento da velocidade, conforme o deslocamento tornou-se uma realidade dominante na vida, sobretudo da classe trabalhadora.

Desse modo, é relevante a divulgação dos números referentes ao serviço de bondes em 1948, em que foram transportados 24.054.689 de passageiros, contra 21.657.178 do ano anterior, ainda mais pela inauguração da extensão de 460 metros da linha Bonfim<sup>314</sup>, outro bairro, à época, afastado do centro. No mesmo documento está registrada a construção de 245 prédios residenciais no bairro São Bernardo, indicando mais uma frente de expansão do perímetro, com apoio da Fundação da Casa Popular, “para satisfação de 245 famílias, que tiveram possibilidade de encontrar habitação higiênica e confortável.” Pode ser lida em associação a essa informação, outro registro no qual estão anunciados estudos estatísticos que deviriam anteceder a contratação de uma empresa de ônibus.<sup>315</sup> Claramente as novas distâncias já permitiam ao poder público antever a insuficiência das linhas de bonde, além do que a maior eficiência do transporte rodoviário coincidia com os interesses econômicos dos empresários do setor de ônibus urbano.<sup>316</sup> E, de fato, em 1949, o relatório municipal declara que as melhorias nas linhas dos bondes estavam se realizando com “grande morosidade”, tendo o número de passageiros apresentado apenas um pequeno aumento em relação ao do ano anterior. Em seguida, atribui-se a estagnação dos serviços de bondes – além do fato do aumento do preço da passagem – à concorrência dos ônibus, que “contrariando nossa primeira impressão, estão prestando serviços satisfatórios, mormente nos bairros não servidos por bondes, entre os quais se destaca o S. Bernardo, ora em grande desenvolvimento devido ao núcleo de ‘Casas Populares’”<sup>317</sup>. Nota-se com estes registros justamente o momento de transição para uma convicção acerca da superioridade do transporte público realizado por ônibus.

Vale ressaltar, novamente, de acordo com Fabíola Rodrigues, o caráter segregador dos rumos tomados pelo processo no qual ficaram definidas as localidades dos

---

<sup>314</sup> Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas em 1948. Campinas, 1948. p. 4. Arquivo Municipal.

<sup>315</sup> Idem. p. 7.

<sup>316</sup> De acordo com Fabíola Rodrigues é preciso considerar as constantes pressões para a contratação do Plano de Melhoramentos Urbanos realizadas por parte de três setores: industrial, imobiliário e de transportes. Cf. RODRIGUES, op. cit. p. 69-70

<sup>317</sup> Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas no exercício de 1949. Campinas, 1949. fls. 7. Arquivo Municipal.

bairros operários. Embora esses desdobramentos de ocupação de novas áreas urbanas tenham acontecido de acordo com a lógica do capital imobiliário, premissas urbanísticas no mesmo sentido já estavam previstas nas formulações de Prestes Maia em 1935.<sup>318</sup> Em seu “rascunho de exposição preliminar”, o urbanista argumentou no sentido de afirmar o quanto seria conveniente a localização dos bairros operários em regiões próximas às zonas industriais, para que fosse fácil o “recrutamento da mão de obra”.<sup>319</sup> No mesmo parágrafo Prestes Maia parece não se dar conta da discriminação existente em seu modo de pensar, ao dizer que esta localização da zona industrial era favorável também pelo fato de que, dada a direção dos ventos, não haveria na cidade incomodo causado pela fumaça. Certamente que está desconsiderado nessa afirmação, o incômodo causado aos operários.

Em 1953, o Departamento de Obras e Viação declarou que a expansão da cidade estava fora de controle, apesar das restrições urbanísticas que se pretendeu colocar em prática desde a década de 1930. Nesse ano foram construídos 900 novos prédios na “parte antiga” da cidade, ou seja, no perímetro central, e 903 na “parte nova”, a qual correspondia aos arruamentos recém aprovados.<sup>320</sup> Está presente no relatório a percepção de que o “super aproveitamento” das áreas centrais urbanas tornou-se causa de diversos problemas, sem que as autoridades municipais pudessem tomar qualquer atitude que os amenizasse: “Como sabe digna Diretoria, foram criadas leis nesse sentido, porém posteriormente revogadas. O Estado estabeleceu limites de altura, dependendo entretanto segundo nos parece de atos municipais, a sua ampliação no municípios.”<sup>321</sup> Trata-se de um registro que demonstra o alcance do poder das elites locais, para a realização de alterações legais de acordo com seus interesses de negócios. São esses os desdobramentos de uma nova mentalidade que, já em 1951 demandava que fosse anunciada a revisão do ato nº 118, pelo qual fora aprovado o Plano de Melhoramentos Urbanos em 1938. Tal mudança foi sinteticamente divulgada nos seguintes termos: “Influíram também em certas modificações do Plano o extraordinário desenvolvimento da cidade nos últimos anos e a confiança na

---

<sup>318</sup> RODRIGUES, p. 97

<sup>319</sup> Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1935, Campinas, Casa Genoud, 1938. p. 108. Arquivo Municipal de Campinas

<sup>320</sup> Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas no exercício de 1953. Campinas, 1953. fls. 59. Arquivo Municipal de Campinas

<sup>321</sup> Idem.

continuação do progresso da cidade.” Essas declarações em tom otimistas são seguidas pela previsão de um crescimento de 100% nos dez anos seguintes.<sup>322</sup> Em 1954 a DOV declarou novamente que, “Por outro lado a expansão da área da cidade atingiu proporções alarmantes”<sup>323</sup>. A legislação, portanto, dava à iniciativa privada tal liberdade, que a própria DOV não tinha nenhum controle sobre a expansão, restando a seus representantes lamentar as consequências da nova tendência de crescimento urbano.<sup>324</sup>

Visando encontrar soluções para esses problemas, foi formada no ano de 1954 a Comissão de Planejamento do Município. O Dr. Ernani Fonseca, membro da comissão, em palestra proferida no Rotary Club, declarou que essa instituição estava encarregada de formular um Plano Municipal, “que se refere aos problemas de habitação, trabalho, circulação e cultura do corpo e do espírito”<sup>325</sup>. Como se vê, passadas duas décadas, o Rotary Club continuava sendo lugar privilegiado de comunicação de questões ligadas ao urbanismo. Além dos mais, expressões como “circulação e cultura do corpo e do espírito”, levam a crer que estavam preservadas algumas das imagens pelas quais se expressava certos ideais de moralidade e civilidade vigentes desde a década de 1930. Os membros dessa Comissão de Planejamento do Município representam uma tentativa de retomada das concepções de cidade existentes no período em que fora contratado o engenheiro Francisco Prestes Maia, no entanto, em um momento no qual já parece inteiramente irreversível o processo de expansão do perímetro e adensamento da verticalização.

A despeito das condições impostas pelos agentes da especulação imobiliária, os membros dessa Comissão seguem propondo seu debate em termos de “difundir entre a população os sábios ensinamentos urbanísticos [...]”<sup>326</sup>. É o que estava em pauta por conta do dia mundial do Urbanismo discutido na sessão do dia 14 de Outubro de 1955, e que seria celebrado “em todas as capitais civilizadas do mundo, no próximo dia 8 de novembro, como ocorre todos os anos”. Mais uma tentativa de retomada da tradição parece estar no

---

<sup>322</sup> Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas no exercício de 1951. Campinas, 1951. fls. 6. Arquivo Municipal de Campinas

<sup>323</sup> Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas no exercício de 1954. Campinas, 1954. fls. 6. Arquivo Municipal de Campinas

<sup>324</sup> Sobre as posições ambíguas da prefeitura e da DOV em relação à especulação imobiliária a partir da década de 1950, ver BADARÓ, op. cit. p. 115-121; RODRIGUES, op. cit. p. 98-99

<sup>325</sup> Atas da Comissão de Planejamento do Município (1955-1958), p. 4v. Arquivo Municipal de Campinas

<sup>326</sup> Idem. p. 20

convite do presidente da Comissão, Dr. Ruyrillo de Magalhães, para que os senhores membros se associassem ao CCLA, no qual poderiam fazer parte do Departamento de Estudos de Direito e Administração Municipal. Esse convite realizado em Maio de 1956 parece indicar a existência de uma aspiração à retomada de um centro de formação das elites, no sentido de uma atuação em favor dos interesses públicos. O próprio fato de que o convite precisasse ser feito já demonstra, contudo, o declínio do prestígio do Centro de Ciências Letras e Artes, assim como da concepção do papel do homem público cabível aos homens cultos da elite.

Com a aproximação da data da demolição da Igreja do Rosário, os membros da Comissão de Planejamento do Município decidiram ir, no dia 6 de Junho de 1956 até a sede da Associação dos Amigos da Cidade de Campinas para decidirem conjuntamente qual destino dar ao espaço que em breve estaria livre no Largo do Rosário. Nessa reunião encontraram-se com homens poderosos do passado, que continuavam suas atividades agora restritas à AACC e não muitos outros círculos. Estavam presentes Azael Álvares Lobo, Rubens Segurado, Mario Camargo Penteado, Cleso de Castro Mendes, Celso Maria de Mello Pupo, Carlos Penteado Stevenson e Lix da Cunha, entre outros.<sup>327</sup> As discussões são prolongadas e tratam de questões estéticas, do ponto de vista daquilo que elas são capazes de definir na sociabilidade da população. Basicamente, o debate se divide entre aqueles que consideram importante o ajardinamento da praça, como se estava fazendo em Milão, com finalidade de humanizar o centro da cidade, constituindo uma paisagem menos monótona e “que, assim, se tornam pontos forçados para encontros dos habitantes da cidade, propiciando um melhor entendimento, verdadeira cruzada de entrelaçamento social”<sup>328</sup>. Outros defendiam que houvesse espaços livres, argumentando que o cidadão precisa de espaço para se deslocar livremente. Havia ainda uma terceira proposta pela qual se sugeria a colocação de árvores ornamentais, “conservando-se, contudo ampla circulação [...]”<sup>329</sup>. O debate não chegou naquele momento a uma definição, mas em 9 de fevereiro de 1958 foi publicado no Correio Popular o descontentamento de Azael Álvares Lobo quanto a uma apresentação de acrobatas alemães no Largo do Rosário, que ficou prejudicada quando foi

---

<sup>327</sup> Idem. p. 30

<sup>328</sup> Idem. p. 30v

<sup>329</sup> Idem. p. 41

preciso a intervenção de guardas para evitar que o público estragasse as os jardins: “Certamente, um jardim como aquele atrai, e serve de logradouro e ponto de encontro de amigos e conhecidos. Será o centro de humanização. Mas o centro cívico, esse foi tirado ao povo pela execução de um plano que não atendeu à opinião e ao desejo desta Sociedade, [...]”<sup>330</sup>

As atas da Comissão de Planejamento do Município, portanto, para a presente pesquisa, são relevantes para apontar, na década de 1950, a existência de uma fração de classe com características próximas àquelas que deram aos personagens principais da presente pesquisa sua autoridade sobre as questões de urbanismo. No entanto, dada a reconfiguração da estratificação social pelo novo patamar de acumulação do capital econômico pela fração dominante da elite, pode-se dizer que embora as propriedades intrínsecas (prática profissional, etc.) desse grupo fossem semelhantes àquelas que caracterizavam os intelectuais da década de 1930, suas propriedades de posição eram decisivamente diferentes.<sup>331</sup> Desse modo, os debates giram em tornos de alguns arremates do Plano de Melhoramentos Urbanos, como se vê, com insistentes diálogos com instituições culturais e cívicas do passado. Para além, disso, há algumas considerações laterais sobre aspectos cuja menção demonstra a irrefreável expansão descontrolada da cidade, ou seja, questões sobre a estrada para Valinhos e para Souzas, além de inúmeras discussões sobre a necessidade de espaços livres que, cada vez mais se tornavam escassos.

---

<sup>330</sup> Sociedade dos Amigos da Cidade. Um biênio de realizações em prol dos assuntos de Campinas, [...] *Correio Popular*, Campinas, 09 de Fevereiro, 1958. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/CMU-UNICAMP.

<sup>331</sup> Sobre condição de classe, posição de classe e estrutura social, ver BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1998, 5ª ed, p. 3-6



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa pretendeu, em primeiro lugar, propor possibilidades de análise pelas quais fosse possível expandir os limites estabelecidos na bibliografia já existente sobre a história de Campinas no século XX. As escolhas de abordagem definidas pelo diálogo com tendências recentes das ciências sociais, representadas principalmente por Pierre Bourdieu e Richard Sennett, permitiram compor uma narrativa explicativa na qual tem centralidade para os desdobramentos históricos, os valores morais, os discursos de legitimação do poder de classe e construção de identidade, como também as condicionantes tácitas da vida social inscritas na cultura material e nas tradições de longa duração que pautam as relações. Desenvolver o tema a partir desse tipo de perspectiva permitiu, mais especificamente, propor um ponto de vista a partir do qual aparecessem certas circunstâncias centrais da vida pessoal privada e individual, que costumam estar ocultas em meio às grandes relações de causalidade constituídas pela história econômica – a qual tem certamente também sua importância.

Nesse sentido, as perguntas que orientaram a leitura dos registros levaram à reconstituição de um pequeno círculo de sociabilidade no qual tinham valor, e legitimidade, algumas fórmulas recorrentes de exposição pública da personalidade, das atitudes e do estilo de vida daqueles homens merecedores do reconhecimento geral, e responsáveis, pela qualidade de seus atributos, pela decisão sobre diversos aspectos da vida da cidade. A composição de uma relação lógica entre os fragmentos nos quais foi possível identificar o diálogo entre as diversas divulgações de feitos cotidianos e trajetórias biográficas, tem como elemento importante de coesão as instituições culturais e de serviço para as quais convergiam as formas de sociabilidade e visão de mundo da fração da elite objeto dessa pesquisa. Por tratar-se de registros produzidos a partir de formulações estilísticas repetitivas e tendenciosamente elogiosas, é limitada a profundidade das informações que se pode retirar desses documentos isoladamente. Tratando, portanto, tais testemunhos de um modo metodologicamente próximo ao que se costuma abordar memórias, aquilo que se pode desvendar a respeito dos personagens principais dessa pesquisa carecia ainda de consistência.

A reflexão sobre a cultura material pareceu o complemento adequado para levar a diante o debate a respeito do estilo de vida e suas imagens públicas como elementos relevantes da dominação de classe. Novamente, esse tipo de abordagem implicou a reunião de diversos fragmentos nos quais existisse a presença de testemunhos que evidenciassem o papel de distinção social cabível aos objetos todos que preenchem a vida social. O estado fragmentário das fontes como foram encontradas relaciona-se, na verdade, à própria natureza da cultura material, no que diz respeito à suas funções simbólicas uma vez que as diversas intermediações que os objetos realizam no interior das relações devem sua eficácia justamente à natureza tácita daquilo que confere ao proprietário de um objeto, distinção em seu uso. Deste modo a análise nessa direção implica um esforço de interpretação coerente, uma vez que as fontes nunca trazem explicações a respeito daquilo que é dado como óbvio pelas pessoas diretamente envolvidas nos processos históricos.

Dessa reflexão mais teórica a respeito da cultura material, foi necessário dar um salto na direção da análise de documentos mais diretamente referentes ao urbanismo, na qual se pretendeu concluir de modo a estabelecer as conexões propostas inicialmente entre projetos da elite, cultura material e cidade. A conclusão está, nesse sentido, baseada em uma concepção segundo a qual a cidade define de forma considerável a natureza das relações sociais pelo modo como se encontra construído o espaço no qual as pessoas circulam, se encontram, trabalham e se divertem. O urbanismo, portanto, como instrumento técnico de intervenção sobre a cidade, pode ser visto como um meio de redefinir parâmetros de uso do espaço de acordo com critérios que nem sempre correspondem às aspirações da população. Ao mesmo tempo, necessariamente, o urbanista, sempre associado ao Estado tem à mão um repertório de justificativas que legitimam a autoridade de seu ofício, notadamente pelo discurso da técnica como um saber neutro, dado seu fundamento científico, cujo papel é melhorar a vida das pessoas, sanando a cidade da desordem historicamente promovida pelo processo de industrialização.

Verifica-se, contudo, que o urbanismo em Campinas – como em muitas, senão todas, as cidades ocidentais – esteve em todo seu período de elaboração e aplicação, associado a um poder de classe, o qual tomou para si a prerrogativa de decidir quais eram as aspirações da coletividade. Após ter delimitado alguns dos aspectos principais que



compunham o estilo de vida da fração da elite campineira envolvida nos debates sobre urbanismo, e pressupondo que é neles que se definem os critérios para suas atitudes públicas, inclusive no que diz respeito à intervenção sobre a cidade, a discussão foi desenvolvida a partir da análise das propostas de Prestes Maia. Para que se chegasse a um termo quanto à relação entre as disposições de classe dos envolvidos e o tipo de crescimento urbano pelo qual Campinas passou a partir da década de 1930, foram importantes os registros deixados por Prestes Maia em sua exposição preliminar publicada no relatório municipal de 1935. Nele foi possível encontrar, apesar de algumas incompatibilidades específicas em relação às representações de Campinas presentes nos discursos da elite campineira, convergências fundamentais a respeito da compreensão sobre o papel do urbanismo na cidade moderna.

Prosseguindo com a discussão, os documentos referentes ao período que se inicia em meados da década de 1940, conduziram a análise para o apontamento de uma virada no lugar ocupado pelo urbanismo na mentalidade da elite, e mesmo para a ascensão de uma outra elite capaz de definir pelo poder do capital os rumos da forma urbana que se seguiu a partir de então. Nesse ponto, na verdade, a pesquisa limitou-se a propor uma nova hipótese, dado que não cabia às pretensões aqui anunciadas, nomear e prosseguir na investigação do estilo de vida, da visão de mundo e dos meios de propagação da ideologia própria a essa nova elite hegemônica. Uma proposição fundamental dessa hipótese, é que essa elite, cujo poder se afirmava pela força do capital econômico, tornou obsoletas as restrições feitas, sobretudo, à especulação imobiliária, à expansão desmedida do perímetro e ao adensamento da verticalização no centro desconsiderando a largura das ruas, mas preservou, como herança da elite representada pelos personagens principais dessa pesquisa, o elitismo pelo qual a constituição do espaço urbano socialmente segregado se manteve justificada, inclusive com seu agravamento pela nova lógica de valorização do território.

Por fim, é importante destacar que ao longo da dissertação toda, a direção dos argumentos foi em grande medida definida pela convicção de que é central nesse estudo, apontar a presença de elementos de longa duração e a persistência com a qual eles se impõem, seja pela transmissão da tradição seja pela própria materialidade da cidade. É tendo em vista a noção de longa duração, que é discutido nessa pesquisa o tão recorrente

discurso da modernidade que, sob essa perspectiva, fica colocado entre os desejos de transformação, os desejos de conservação e as possibilidades concretas para um e outro. A natureza dos conflitos que pontuam o crescimento da cidade, seja controlado por prescrições urbanísticas, seja de acordo com um aparente descontrole definido pelas necessidades de reprodução do capital, depende, portanto, do estado em que se encontram as contradições próprias ao estilo de vida de cada classe social. É este o aspecto que deve definir fundamentalmente as possibilidades de lidar com forças conservadoras ou transformadoras, definindo os critérios para o tipo de vida que se pode ter na cidade.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*, Rio de Janeiro, 1983, 2ª ed
- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*, São Paulo, Perspectiva, 1972
- BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. *Campinas, o despontar da modernidade*, Campinas, CMU-Unicamp, 1996
- BARBUY, Heloísa. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*, São Paulo, Edusp, 2006
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte; São Paulo. UFMG; Imprensa Oficial do Estado, 2007
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o ofício do historiador*, Rio de Janeiro, Zahar, 2002
- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 1998, 5ª ed
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*, São Paulo, Edusp, 2008
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1975
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Autêntica, Belo Horizonte, 2011
- BRAUDEL, Fernand. *Capitalismo e civilização material: as estruturas do cotidiano*. São Paulo, Martins Fontes, 1995
- CARMO, Vitu do; ALVIM, Zuleika. *Chão Fecundo*, São Paulo, Marprint, 1987
- CARNIELLI, Flávio. *Gazeteiros e Bairristas*. Dissertação de Mestrado – IFCH/UNICAMP, Campinas, 2007
- CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo - Rio de Janeiro, Difel, 1976. 2ª ed.

- CARPINTEIRO, Antônio Carlos Cabral. *Momento de Ruptura*, CMU-UNICAMP, Campinas, 1996
- CARVALHO, Edemir de. *Crise Urbana e Habitação Popular em Campinas. 1870-1956*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – IFCH/UNICAMP, 1991, Campinas
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material, espaço doméstico e musealização. *Varia história*, vol. 27 n 46, Belo Horizonte Julho/Dezembro, 2011.  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752011000200003&script=sci\\_arttext#back38](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752011000200003&script=sci_arttext#back38)
- CASTEL, Robert, *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, Petrópolis, Vozes, 1998
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*, Campinas, Editora Unicamp, 2008, 2ª ed.
- DEZAN, Waldir Vilalva. A implantação de uma modernidade: O Processo de verticalização da área central de Campinas. Dissertação de mestrado, FAU-UNICAMP, Campinas, 2007.
- FERREIRA, Caio de Souza. O Edifício Sant’Anna e a Gênese da Verticalização em Campinas. *Arquitextos*, nº 078.3. São Paulo, Portal Vitruvius, nov. 2006  
[www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq078/arq078\\_03.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq078/arq078_03.asp)
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*, São Paulo, Martins Fontes, 2008
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 2009
- GALDINO, Antônio Carlos. Campinas, uma cidade Republicana: Política e eleições no oeste paulista (1870-1889). Tese de Doutorado em História. IFCH-UNICAMP. Campinas, 2006
- GORZ, André. *Ecológica*. São Paulo, Annablume, 2010
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1980, 4ª ed
- HALBWACCS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*, São Paulo, Paz e Terra, 2009, 15ª ed
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*, Rio de Janeiro, Eduerj; Contraponto, 1999
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Cidade, os cantos e os antros. Campinas 1850-1900*, Campinas, Ed.Unicamp, 2008.

- LEFBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*, São Paulo, Centauro, 2009
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas, ed.Unicamp/Papirus, 1989, 2ª ed
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*, São Paulo, Huicitec, 1996, 10ª ed,
- MILANEZI, Siomara Barbosa Stroppa de Lima. As áreas verdes no plano de melhoramentos urbanos de Campinas. In: VIII Seminário da história da Cidade e do Urbanismo, 2004, Niterói. Anais - VIII SHCU, 2004
- PUPO, Celso Maria de Mello Pupo, *Campinas, seu berço e juventude*, Campinas, Academia Campinense de Letras, 1969
- Rede Anhanguera de Comunicação, *Campinas – 100 anos de história*, Callis editoria Ltda., 2000
- RIBEIRO, Daisy Serra. *Campinas no Estado Novo: Política de Habitação Popular na Formação da Cidade Industrial*. Tese de Doutorado em História. IFCH-Unicamp. Campinas, 2007
- ROCHE, Daniel. *A história das coisas banais*. Rio de Janeiro, Rocco, 2000
- RODRIGUES, Fabíola. *A Invenção da Cidade*. Tese de Doutorado em Demografia. IFCH-Unicamp. Campinas, 2008
- ROSSETTO, Pedro Francisco. *A cidade do curto século vinte: uma história social do advento da casa urbana isolada no lote em Campinas como história da síntese (1917-1929) de um novo padrão de cidade*. Dissertação de mestrado em História e Fundamentos sociais de Arquitetura e Urbanismo-USP. São Paulo, 2006.
- RUSS, Jacqueline. *O socialismo utópico*. Martins Fonte, São Paulo, 1991
- SANTOS, Antônio da Costa. *Campinas, das Origens ao Futuro*, Editora da Unicamp, Campinas, 2002
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro, *Campinas (Evolução Histórica)*, Atlântida Editora, Coimbra, 1969
- SCHORSKE, *Pensando com a história*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000
- SEMEGHINI, *Do café à indústria*. Campinas, Ed. Unicamp, 1991
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: As tiranias da intimidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002

SENNETT, Richard. *The uses of disorder*, New York, Norton, 1970

SENNETT, Richard. *Carne e pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro, Record, 1997

SETTON, Maria da Graça Jacinto. *Rotary Club. Habitus, estilo de vida e sociabilidade*. São Paulo, Annablume, 2004

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*, Companhia das Letras, São Paulo, 2003, 2ª ed.

THOMPSON, E. P.. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981

UHLE, Águeda Bernadete. *Comunhão leiga: o Rotary Club no Brasil*. Tese de Doutorado em Educação. Faculdade de Educação – Unicamp. 1991

VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro, Zahar, 1973, 2ª ed.

ZAKIA, Silvia Amaral Palazzi. *Construção arquitetura e configuração urbana de Campinas nas décadas de 1930 e 1940*. Tese de doutorado em Arquitetura. FAU-USP, São Paulo, 2012

## **FONTES**

ACADÊMIA CAMPINENSE DE LETRAS, *Antologia: Obra comemorativa do décimo aniversário da Academia Campinense de Letras*. Campinas, Komedi, 1966

*Álbum Propaganda de Campinas 1930*. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

Atas da Comissão de Melhoramentos Urbanos (1935-1938), Arquivo Municipal de Campinas

Atas da Comissão de Planejamento do Município (1955-1958). Arquivo Municipal de Campinas

Atos diversos promulgados no exercício de 1938. Campinas, Casa Genoud Arquivo Municipal de Campinas.

Azael Álvares Lobo. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

*Campinas de ontem e hoje*, Campinas, Empresas Lix da Cunha, 1988

CASTRO, Francisco Galvão de. *Roteiro do progresso autêntico*, Campinas, Editora Palmeiras, 1976

Centro de Ciências Letras e Artes. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

Correio Popular da Kermesse. Campinas, 1934. Arquivo Edgar Leuenroth – Unicamp.

DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO. Relatório Geral do Exercício de 1943 da Prefeitura Municipal de Campinas. Campinas, Arquivo Municipal, 1943

Elias Álvares Lobo. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

GUIMARÃES, Alaôr Malta. *Campinas: Dados Históricos e estatísticos*, Campinas, Livraria Brasil, 1952

Lavoisier Neger Segurado. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP

Leis, resoluções e atos diversos promulgados no exercício de 1937. Tipografia Paulista, Campinas. Arquivo Municipal de Campinas.

Lix da Cunha. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

Monografia Histórica do Município de Campinas, Rio de Janeiro, Serviço gráfico do instituto brasileiro de geografia e estatística, 1952

NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideias e lutas de um burguês progressista*, São Paulo, ed. Anhembi, 1958

Palmeiras, 1938-1948. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

Palmeiras, Ano I nº 2 Setembro de 1938. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

Palmeiras no Cine Voga, Março de 1941, Ano II nº 25. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

Palmeiras Ano IV nº 50 Outubro de 1943. Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

Processo de Desapropriação nº 9319, 1º of., 1937. Centro de Memória da Unicamp.

Processo de Desapropriação n° 3931, 4° of., 1938. Centro de Memória da Unicamp.

Processo de Desapropriação, n° 4387, 4° of. 1940. Centro de Memória da Unicamp.

Processo de Desapropriação n° 4383, 4° of.. 1940. Centro de Memória da Unicamp.

Processo de Desapropriação n° 148, 3° of. 1939. Centro de Memória da Unicamp.

Processo do Executivo Fiscal, n° 04642, 3°of. *Correio Popular*, Campinas, abril de 1940. Centro de Memória da Unicamp.

Processo de ação ordinária, n° 09345, 1° of. *Correio Popular*, Campinas, Setembro de 1940. Centro de memória da Unicamp.

Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1935, Campinas, Tipografia da Casa Genoud, 1938. Arquivo Municipal de Campinas.

Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1940. Arquivo Municipal de Campinas, Campinas, Livro Azul, 1942

Relatório dos trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas durante o exercício de 1948. Campinas, Arquivo Municipal, 1948

Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, Campinas, Tipografia Casa Genoud, 1936.

Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, Campinas, Tipografia Casa Genoud, 1938

Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, Campinas, Tipografia Casa Genoud, 1953

Rotary Club. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP

Sylvino de Godoy. Hemeroteca da Biblioteca José Roberto do Amaral Lapa/ CMU-UNICAMP.

TOLEDO, Maria Conceição Arruda. *Academia Campinense de Letras. Patronos, fundadores e titulares*. Campinas, Komedi, 2006

Z Aidan, Rosana. *O diário de JB: José Bonifácio Coutinho Nogueira*, Campinas, Terra da Gente, 2009



## SITES

Site oficial do Rotary Internacional Brasil -  
<http://www.rotary.org.br/>

Site da Assembleia Legislativa de São Paulo -  
[http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/integra\\_sessao/025aSS070903.htm](http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/integra_sessao/025aSS070903.htm)

Site do Instituto Agronômico de Campinas -  
<http://www.iac.sp.gov.br/areadoinstituto/instituto/galeria.php?numpagina=3>

Site do Grupo de Estudos Rotários -  
<http://www.ebanataw.com.br/geroi/otoniel/hr18.htm>

Site da Wikipedia: lista dos cinemas de Campinas  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_dos\\_cinemas\\_de\\_Campinas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_dos_cinemas_de_Campinas)

Site da Prefeitura de Campinas  
<http://www.campinas.sp.gov.br/sobre-campinas/atracoes-culturais.php>

Site do Colégio Culto à Ciência  
[http://www.cultoaciencia.net/pag\\_pessoas.htm](http://www.cultoaciencia.net/pag_pessoas.htm)

Site do Centro de Referência em Educação Mário Covas  
[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1825-1896/1874\\_Colegio\\_Culto\\_a\\_Ciencia.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/neh/1825-1896/1874_Colegio_Culto_a_Ciencia.pdf)